



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS

CARLA SILVA DO CARMO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE CIDADANIA
Reflexões sobre as Políticas Públicas Educacionais e o discurso Neoliberal

MANAUS/AM

2023

CARLA SILVA DO CARMO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE CIDADANIA

Reflexões sobre as Políticas Públicas Educacionais e o discurso Neoliberal

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito para Defesa e obtenção do título de mestra em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), vinculado à UEA.

Orientador: Professor Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle.

MANAUS/AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

C287ee Carmo, Carla Silva do
Educação e Formação de Cidadania : Reflexões sobre as
Políticas Públicas Educacionais e o discurso Neoliberal /
Carla Silva do Carmo. Manaus : [s.n], 2023.
120 f.: color.; 30 cm.

Dissertação - PGSS - Mestrado Interdisciplinar em
Ciências Humanas (Mestrado) - Universidade do Estado
do Amazonas, Manaus, 2023.

Inclui bibliografia

Orientador: Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

1. Cidadania. 2. Educação. 3. Neoliberalismo. 4.
Políticas Públicas Educacionais. I. Geraldo Jorge
Tupinambá do Valle (Orient.). II. Universidade do
Estado do Amazonas. III. Educação e Formação de Cidadania

A crise da Educação no Brasil não é uma crise, é um projeto.

- Darcy Ribeiro

Já agora, ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

- Paulo Freire

DEDICO

À Carlos e Janey, por todo suporte, estratégia e crença destinados a mim. Por cultivarem o sonho.

À Maria das Graças C. Barreto, *in memoriam*, por apontar os primeiros passos desta pesquisa e por contribuir com a Educação no norte do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Como disse Paulo Freire (2021) na obra Educação como prática da liberdade; “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”, portanto, produzir uma pesquisa e chegar a sua conclusão, é sempre o resultado do esforço de uma coletividade! Do início ao fim! E esse é o espaço em que destacamos as partes que compõe o todo, esses que tornaram possibilidade e prepararam caminhos para a concretização de meu projeto de pesquisa.

Início agradecendo à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que gere e existe em função da dissipação da Educação no Amazonas, tem sido casa e lugar de transformação de pessoas, assim como eu. Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), instituição que fomenta a pesquisa e me concedeu financiamento em forma de bolsas mensais.

Ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), sua coordenação e equipe de profissionais competentes que deram vida, mantém e garantem o futuro do programa e a qualidade da formação de seus pós-graduandos. Agradeço em especial ao meu orientador Geraldo Valle, cuja sabedoria se expressa além da sala de aula e formulações teóricas, mas sim em sua humanidade, sensibilidade, incentivo e parceria. Sua generosidade tornou melhor a caminhada, e seu coração muda o mundo em cada pessoa que alcança.

Toda caminhada apresenta obstáculos, mas esse caminho também apresentou pessoas com quem compartilhar os desafios, agradeço aos meus colegas de turma que em meio aos desvios provocados pela dinâmica da vida, foram acolhimento, diálogo e troca. Quando nos propomos a realizar algo, não colocamos apenas nossa cognição em ação, nos colocamos por inteiro, por isso o suporte rotineiro, emocional, material e logístico oferecido pela minha família foram cruciais, e por isso eu sou grata a vocês, Rodrigo, Daniel, Carlos e Janey.

Quero enaltecer a riqueza presente nos diálogos. Seja meu diálogo com a escola, com as ruas, com os livros, com crianças ou com outros adultos. Os encontros e reflexões realizadas a partir deles, fizeram germinar questionamentos em minha mente, e esse sempre será o motor de qualquer pesquisa, questionar o mundo. Por fim, que agradecer ao Divino, por ter me concedido a centelha da vida, a consciência de si, a capacidade de criação, a magia da coragem e um espírito inquieto.

RESUMO

Cidadania e Educação são dois grandes conceitos das Ciências Humanas e dois fatos da vida social. Sendo a Cidadania entendida como pertencimento e participação ativa em um Estado-nação, o cidadão é aquele que tem garantido os direitos civis, políticos e sociais; Educação entendida como um mecanismo de socialização de valores em uma sociedade e como processo de formação humana; ambas estão interconectadas e dependem uma da outra para sua expansão. Esta pesquisa objetivou problematizar a legislação educacional neoliberal e seus desdobramentos na formação de Cidadania, para isso, teve como objetivos específicos entender a constituição e conceituação de Cidadania e Educação ao longo do tempo histórico; descrever a relação entre Educação e formação de Cidadania; e refletir sobre os sentidos de Educação expressos na Resolução nº3/2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no Brasil. A pesquisa possui caráter qualitativo, de tipo bibliográfico e documental e as principais referências teóricas utilizadas foram Pinsky e Pinsky (2014); Marshall (1967); Costa e Ianni (2018); Carvalho (2013); Aranha (2012); Libâneo (2011); Freire (2013 e 2021) e Ball (2018). Historicamente, a Cidadania avança a medida em que, em momentos-chave, os seres humanos se associaram e coletivizaram em função da alteração da realidade. A Educação crítico-reflexiva forma cidadania pois ela é a única capaz de conscientizar os indivíduos sobre seu lugar social e de o inserir num movimento de práxis social, conceito que associamos ao exercício pleno de cidadania. O fato de vivermos atualmente em um contexto neoliberal nos apresenta desafios, esta ideologia está invadindo o Estado e as Políticas Públicas; no que diz respeito à Educação, foi possível constatar a partir da análise da Resolução nº3/2018, significativa submissão das políticas educacionais à lógica neoliberal. Isso representa um perigo pois a educação neoliberal se constitui sobre a competitividade, eficiência e lucro, assim, individualiza e super responsabiliza os sujeitos; portanto, inviabiliza a reflexão e crítica, a reconstrução do associativismo e a emancipação da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania; Educação; Neoliberalismo.

ABSTRACT

Citizenship and Education are two fundamental concepts within the field of Social Sciences and essential aspects of social life. Citizenship is understood as belonging and active participation within a nation-state, wherein citizens are guaranteed civil, political, and social rights. Education, on the other hand, is perceived as a mechanism for socializing values within a society and as a process of human formation. Both concepts are interconnected and rely on each other for their development. This research aimed to problematize neoliberal educational legislation and its implications for the formation of citizenship. To achieve this, the specific objectives were to understand the historical constitution and conceptualization of Citizenship and Education, describe the relationship between Education and the formation of Citizenship, and reflect upon the meanings of Education expressed in Resolution No. 3/2018, which updates the National Curriculum Guidelines for High School in Brazil. The research adopted a qualitative approach, employing bibliographic and documentary analysis. The main theoretical references used were Pinsky and Pinsky (2014), Marshall (1967), Costa and Ianni (2018), Carvalho (2013), Aranha (2012), Libâneo (2011), Freire (2013 and 2021), and Ball (2018). Historically, the advancement of Citizenship has occurred through key moments when individuals have associated and collectively acted to bring about changes in reality. Critical-reflexive education shapes citizenship as it is the only form capable of raising individuals' awareness of their social position and engaging them in a movement of social praxis, a concept associated with the full exercise of citizenship. The challenges we face in our current neoliberal context are significant. This ideology is permeating the State and Public Policies. Regarding Education, the analysis of Resolution No. 3/2018 revealed a significant subordination of educational policies to neoliberal logic. This presents a danger, as neoliberal education is based on competition, efficiency, and profit, thereby individualizing and overburdening individuals. Consequently, it hinders critical reflection, undermines the reconstruction of collective action, and impedes the emancipation of citizenship.

Key words: Citizenship; Education; Neoliberalism.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Conceito de Cidadania – Pinsky.....	p.14
Figura 2: Linha do Tempo História da Cidadania – Pré-história.....	p.25
Figura 3: Linha do Tempo História da Cidadania – Modernidade.....	p.37
Figura 4: Representação interrelação entre séculos XIX e XX.....	p.41
Figura 5: Linha do Tempo História da Cidadania – Cidadania no Brasil.....	p.55
Figura 6: Linha do Tempo História Geral da Educação.....	p.82
Figura 7: Representação do conceito de práxis.....	p.87

LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira
ALN – Aliança Nacional Brasileira
AI – Atos Institucionais
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE – Conselho Nacional e Educação
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e Desporto
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE – Plano Nacional de Educação
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

AVOZ DO “EU” QUE RESSOA NO “NÓS”	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – A CIDADANIA COMO NEGOCIAÇÃO E LUTA SOCIAL	17
1.1 Pré-história da Cidadania	24
1.2 Cidadania na Modernidade.....	33
1.3 Cidadania no Brasil.....	52
1.4 Algumas palavras finais	68
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA: o Estado como mediador e a Cidadania como produto da Educação	69
2.1 Educação como formadora de Cidadania.....	82
CAPÍTULO 3 – O DISCURSO NEOLIBERAL E AS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS	90
3.1 Discurso Neoliberal e a Educação Brasileira	100
3.2 Políticas Educacionais Neoliberais e Cidadania	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXOS	116

AVOZ DO “EU” QUE RESSOA NO “NÓS”

A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania

Paulo Freire

A dissertação que agora apresentamos, retrata um sentimento e um desejo nutridos há tempos. É uma localização da parte da trajetória em que se encontra a pesquisa e pesquisadora, afinal, ainda que se finalizem etapas reconhecidas pelo sistema de ensino brasileiro, a pesquisa segue conosco, segue na vida. É a vida. O que apresentamos aqui é uma parada no meio de um caminho que foi iniciado anos antes, com outras paradas anteriores... Um caminho que segue, acrescenta e amadurece. Vamos situá-los.

Em termos, esse caminho se inicia na graduação de Pedagogia, quando uma menina ingressa, bem feliz, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e é forçada a pensar sobre a realidade do mundo. O primeiro período já se apresentou como um marco em minha história, frustrada por não receber a “receita de bolo” para ser professora, tive que estudar sociologia, filosofia, psicologia, história... E o sentimento de ignorância começou a incomodar minha cabeça, junto com esse sentir nasceu também o desejo de compreender a dinâmica do mundo e aprender a lê-lo.

Vou citar um exemplo. Em uma das primeiras aulas de sociologia, o professor fez uma pergunta curiosa para a turma: vocês pensam na sociedade?, automaticamente, respondemos que não, ele seguiu: e vocês acham que a sociedade pensa em vocês? , a resposta demorou um pouco mais para ser ouvida, percebendo a dúvida ele mesmo respondeu “pensa, o tempo todo”. Essa informação me parecia um enigma a ser resolvido, por que a sociedade precisaria pensar em mim?

Na verdade, estávamos sendo questionados em relação ao nosso lugar social, se tínhamos consciência dele, os debates, as leituras e reflexões promovidas intencionavam nos levar para esse caminho de consciência. Aprendi que a primeira coisa importante na formação de um professor, é que ele saiba que é um ser histórico, que ocupa um lugar e exerce uma função dentro de uma sociedade organizada, e atuar na formação de seres humanos é prepará-los para essa sociedade, e colaborar para sua manutenção ou para sua evolução.

Claro, esse entendimento e a construção de um pensamento crítico, não se deu apenas no primeiro semestre da graduação, foi caminhando longo e lento. Privilegiada, pude participar de alguns programas de incentivo à pesquisa e extensão que foram cruciais para meu processo formativo, como por exemplo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC) e o programa de Monitoria.

O PIBID é um projeto da Capes, financiado pelo governo Federal que proporciona aos alunos das licenciaturas um contato direto e frequente com a realidade da escola pública e seu cotidiano, a aproximação com a sala de aula e os processos de aprendizagem. Eu pude ser beneficiada com uma bolsa ofertada pelo programa durante o período de um ano (2017 a 2018).

Durante esse período estive atuando como auxiliar de professora em uma turma do segundo ano do Ensino Fundamental de uma Escola Militar de Manaus, junto a crianças de 7 e 8 anos de idade. Senti toda a emoção do primeiro contado com a escola no papel de futura professora, só por esse fato a experiência já teria sido muito válida, no entanto, os questionamentos gerados em mim a partir da vivência nessa escola, considero mais valiosas, pois me levaram para outros horizontes.

O que experienciava contradizia muito o que estudava na universidade, o discurso de “na prática a teoria é outra”, “teoria e prática são diferentes” era repetido todos os dias, enquanto estudava que não existe prática destituída de teoria; quando via todos os dias a violência, um processo de aprendizagem permeado de choro, medo e angústia, iam totalmente contra a importância do afeto e do bem-estar para a aprendizagem que eu encontrava nas leituras.

Saí da escola com questionamentos latentes, me perguntava por que a comunidade escolar e a própria sociedade aprovavam tanto aquele tipo de escola, mesmo estando nos anos iniciais do curso de pedagogia já percebia algo de errado, elementos desfavoráveis à aprendizagem e formação do sujeito, mesmo que não soubesse denominar. Assim, finalizando o quinto semestre, escolhi o tema da minha pesquisa para o trabalho final do curso.

O recorte escolhido foi a abordagem sobre o disciplinamento do corpo, embasado na teoria de Michel Foucault (2014), entendendo o disciplinamento como tecnologia para a formação de corpos dóceis, úteis e manipuláveis na sociedade do trabalho, neoliberal e capitalista. A violência é uma ferramenta usada pela escola (e outras instituições sociais) para chegar a esse fim, a escola portanto, se apresenta como instituição disciplinadora.

Nessa discussão, questões como o papel social da Educação e da Escola; a ideologia militarizada vista como a “salvadora da escola”; a cultura da violência; o fomento a criação de escolas-cívico militares por parte do governo federal (2019); foram norteadores da minha pesquisa e me fizeram pensar a todo instante que havia algo maior que a escola, e fatores sociais, estruturantes talvez, que determinavam e incidiam sobre a Educação.

Algun tempo depois ingressei no programa de iniciação científica (PAIC), orientada pela professora Dr. Leni Coelho, passei um ano estudando sobre a História da Educação no Amazonas, especificamente sobre o desenvolvimento do Movimento de Educação de Base (MEB) em Tefé, na década de 1960. O MEB foi difundido pela Ação Popular da Igreja Católica e apoiado pelo governo federal, seu objetivo era a Educação Popular e nesse primeiro momento, adotava o método de Paulo Freire para alfabetizar jovens e adultos.

Sem dúvidas um marco na minha trajetória na Universidade, pude ler documentos originais, sistematizar dados, escrever meu primeiro artigo; foi um período de muita comunicação, apresentação e publicação de trabalhos. Além de aprender sobre a história da Educação no Amazonas, no Norte, no meu lugar. Aprendi muito!

Próximo ao fim do curso, comecei a perceber que me encontrava em situação de certo privilégio, por estar em um ambiente que me proporcionou tantas experiências provocadoras e ricas em aprendizado, por meio delas estava formando o que Bourdieu (2007) descreveu como “capital cultural e simbólico”, e estava conhecendo coisas que talvez muitas pessoas não conhecessem e talvez nunca viriam a conhecer.

Digo “privilégio” porque ainda é para poucos. O conhecimento, a reflexão e leitura crítica ainda é acessível a poucas pessoas. E aqui está a questão, por que nem todos tem acesso ou mesmo tempo para estudo? Por que alguns iniciam a graduação, mesmo na Universidade pública e não conseguem concluir? Porque nossa realidade ainda está assentada sobre a desigualdade! E nem todos possuem recursos ou tempo para empregarem em refinamento intelectual pois os empregam primeiramente em sua própria sobrevivência.

Entendendo de onde nasceram essas desigualdades, desmistifiquei totalmente a ideia de mérito e comecei a entender que o “sucesso” profissional e acadêmico tinha mais a ver com as estratégias empregadas pelas famílias para melhor formação de base de um sujeito e com as Políticas Públicas implantadas pelo poder político que funcionam como uma intervenção nesse sistema desigual e favorece quem tem menores condições de acesso à Educação.

Só depois de anos nesse casulo da graduação que passei a olhar com clareza para o caminho que comecei antes dela, e perceber as estratégias e políticas que perpassaram minha história e me ajudaram a chegar até a universidade. Lembrei que meu pai, carteiro, funcionário de uma empresa pública, recebia benefícios (como plano de saúde e ticket alimentação) que o permitiam investir o dinheiro do salário em minha educação escolar, que também só foi possível por existir um sistema de bolsas implantado nas escolas privadas, que tornava o valor da mensalidade possível para a realidade de nossa família.

Meus pais priorizaram e fizeram o máximo para dar suporte e possibilidades de estudo para mim e meus dois irmãos, até mesmo enquanto acadêmicos; o setor público criou e manteve uma Universidade gratuita e de qualidade, o governo lançou os programas de pesquisa e extensão que pude participar com suas respectivas bolsas de auxílio financeiro. E ainda assim eu fui privilegiada.

O que meus professores lá do início da graduação queriam ensinar, é que mesmo que a formação de um sujeito não seja determinada exclusivamente pelo acesso à Educação, este acesso não acontece de maneira aleatória e espontânea, depende de uma estratégia. A construção de nossas subjetividades como sujeitos (e cidadãos) é sempre social e histórica e dependerá sempre da Educação como um processo também social e histórico; na medida em que a Educação for inclusiva e universalizada, a cidadania se expande pelos tecidos sociais, como nos ensinou Freire (2013) “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

A relação entre Educação e Cidadania é estreita, a educação pode formar cristãos como aconteceu na Idade Média; pode formar corpos dóceis e para a competição, como vi nas escolas militarizadas com um sistema de vigilância e punição panóptico; a educação mecanizada e ameaçada, como vimos recentemente no Brasil, por exemplo, com o projeto Escola sem partido, poderia impedir a construção de um pensamento crítico.

A partir dos apontamentos feitos pela banca na defesa do trabalho final do curso, composta pela professora doutora Maria das Graças Barreto e o professor doutor Márcio Santos, formulei um projeto de pesquisa para submissão no programa de mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Inicialmente amplo, buscando entender o sujeito e a Educação pós-moderna. Depois burilado e focado na relação entre cidadania e educação, nas demandas da Educação brasileira e manauara e o gerenciamento feito pela política.

Se entendemos que a Educação é fator crucial na formação da Cidadania, e que o acesso à Educação depende de estratégias e de políticas públicas; a Educação precisa ser, de fato, direito universal e amplo, para que a Cidadania exista e seja exercida pelos indivíduos. Como seria possível existir cidadania na vivência cotidiana, se não existir uma educação que ajude a construir uma estratégia familiar e social para o desenvolvimento dos sujeitos, através da própria Educação? Uma não existe sem a outra.

A Educação e Cidadania também se apresentam como discursos do imaginário social em determinado tempo histórico e social, o “algo maior” que pensava na minha graduação, agora seus nomes são “neoliberalismo” e “neocapitalismo”, eles gerenciam as políticas ao redor do mundo e a política gerencia a Educação.

Diria que é essa “parada” em que me encontro no momento, pessoa e pesquisa, entendendo a Educação (consequentemente a Cidadania) vinculada as variantes políticas e econômicas locais, nacionais e internacionais. Orientada pelo brilhante professor doutor Geraldo Valle, investigamos esse tripé Educação – Cidadania – Estado e Neoliberalismo.

Carla Silva do Carmo
Manaus, 17 de maio de 2023

INTRODUÇÃO

A Educação tem o poder de nos colocar sempre em confronto com nós mesmos. Sempre olhamos para o que já adquirimos de conceitos, o que formulamos como verdade ou crença, e então precisamos olhar novamente e talvez atribuir novos sentidos e significados. E por isso mesmo a Educação é transformadora, porque ela pode fazer e refazer os seres humanos, desde que eles estejam em constante processo de diálogo e reflexão.

Isso aconteceu com esta pesquisa – e acredito que acontece em qualquer uma. A primeira versão deste trabalho tinha como título “Educação e Cidadania” e seguia para um subtítulo mais descritivo. Ao chegar no exame de qualificação, uma das professoras que compunham a banca, Guiomar Lima, fez uma observação curiosa que inicialmente me pareceu sem muita relevância. Ela pediu para que se invertesse a ordem em que apareciam os conceitos-chave, que a sequência do título fosse “Cidadania e Educação”.

A quase clássica briga das Ciências Humanas por palavras e nomenclaturas. Até que de fato, me dei conta de que a mudança fazia total sentido. Cidadania é um termo utilizado para descrever o pertencimento de uma pessoa à um Estado, os direitos que a pessoa possui ao fazer parte desse coletivo e sua participação nele. Cidadania quer dizer atuar na construção da realidade do “grupo” ao qual pertence.

O termo foi cunhado e tem relação com o modelo de gestão democrática, que desde a modernidade se organiza por meio de um Estado-Nação. O Estado em geral regula os meios para garantir o bem-estar de seus cidadãos e cidadãs, bem como viabiliza maneiras de participação deles. Burocraticamente, isso se efetiva por meio de legislações, que são os referenciais para qualquer ação prática do Estado.

É por isso que o cidadão precisa ter seus direitos básicos estabelecidos como lei. Assim, conforme Pinky (2014), a cidadania pode ser entendida como o acesso aos direitos civis, políticos e sociais, pois na prática, o conjunto destes deveria garantir o bem-estar e a participação social dos sujeitos, logo, a cidadania. A Educação se configura como um dos direitos sociais, portanto, como uma das partes que compõe a cidadania.

E agora entendemos a lógica da professora Guiomar; na sociedade de hoje, não faz sentido falar em Educação (e sua universalização) se primeiro não houver a Cidadania, ou seja,

a garantia do acesso aos direitos e dentre eles, o direito à Educação; sem que haja uma organização e gestão do Estado para sua promoção, de maneira direta por meio das instituições educativas e de maneira geral, propiciando condições sociais favoráveis ao cultivo intelectual e à reflexão.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que a Educação, nos moldes sociais que temos, depende da garantia da cidadania gerenciada pelo setor político. A cidadania não é exercida plenamente, sem que exista educação entre a população. A Educação oferece as ferramentas necessárias para que os sujeitos consigam compreender, se conscientizar e participar ativamente na sociedade a qual fazem parte.

A educação é o processo de formação dos indivíduos dentro dos seus respectivos grupos sociais em uma dinâmica de transmissão dos valores e dos elementos reconhecidos como a cultura em comum. O problema então que nos mobiliza seria entender como este processo foi acontecendo ao longo da vida social e em quais circunstâncias ele se transformou em algo que identificamos com o que chamamos de “privilégio”.

Para que possamos entender esta questão e que é fundamental de nossa reflexão, precisamos começar pela compreensão do que é coletivo e do que é individual, pois é nessa dinâmica de troca, encontros, diálogos entre o individual e o coletivo, que se formaram esses dois conceitos das Ciências Humanas e dois fatos concretos da vida social: a Educação e a Cidadania.

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, de tipo bibliográfica e documental. Como questão central, nos propomos a problematizar a legislação educacional neoliberal e seus desdobramentos na formação de cidadania; como objetivos específicos, entender como a Educação e a Cidadania se constituíram ao longo do tempo histórico e como se conceituam atualmente, a intenção nesse primeiro momento era de contextualizar e apresentar os momentos históricos pelos quais passamos e o cenário que se apresenta hoje. Como segundo objetivo específico estabelecemos, discorrer sobre a relação existente entre Educação e formação de Cidadania; e por fim, refletir sobre os sentidos expressos na Educação brasileira a partir da Resolução nº3/2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e seus desdobramentos para a Cidadania.

No primeiro capítulo a Cidadania ocupa centralidade, discorreremos sobre seus conceitos formados ao longo do tempo histórico. Seu longo caminho a fez efetivar-se de maneiras

diferenciadas. O capítulo predominantemente histórico, descreve alguns eventos importantes na história geral e na história do Brasil, para a compreensão do cenário atual, das instituições e forma de organização social que temos hoje. Usamos como referencial Jaime e Carla Pinsky (2014), T.H Marshall (1967), José Murilo de Carvalho (2013), Maria Izabel Costa e Aurea Tanni (2018).

O próximo capítulo destina-se a Educação. Num primeiro momento, a revisão histórica dos avanços e contradições que ela sofreu na história geral, a partir da leitura de Aranha (2012) e Bittar (2009); em seguida, a reflexão sobre a relação entre a conscientização através da educação e a consequente atuação social, ou práxis (ou exercício de cidadania), para isso dialogamos com Paulo Freire (2013 e 2021) e Mészáros (2008).

O terceiro capítulo abriga a discussão sobre neoliberalismo e sua crescente intromissão no Estado e nas Políticas Públicas, em especial, nas políticas educacionais, mercadorizando a Educação; utilizando como principais interlocutores Stephen Ball (2020) e Libâneo (2012). Neste momento do texto discutimos brevemente sobre as principais legislações educacionais brasileiras, em especial a BNCC e a Resolução nº 3/2018, documento que complementa e possui detalhamento sobre a implementação do “Novo Ensino Médio”. O debate é realizado com a intenção de evidenciar o discurso neoliberal presente na educação brasileira e o prejuízo decorrente na formação de cidadania.

Cada capítulo se inicia com uma narrativa verídica de situações vivenciadas pela pesquisadora, são utilizadas para introduzir o assunto do capítulo e provocar a reflexão. Mesmo que estejam alinhadas com o trabalho de maneira geral, não serão exploradas diretamente, possuindo apenas caráter ilustrativo e introdutório.

Acreditamos que este trabalho se faz importante por registrar e denunciar a crescente usurpação da Educação por parte do capital e seus agentes. A fase neoliberal é violenta e quer reduzir cada vez mais as possibilidades de universalização da Educação Pública. Essa é uma enorme ameaça às perspectivas de criação de outros modos de existências, que não sejam pautados na exploração ou lucro, e à própria idealização de uma sociedade equânime e participativa, em que o exercício da cidadania seja pleno.

Desejamos que este trabalho contribua com a reflexão sobre nossa realidade, que sirva como crítica que leve a ação, que amplie olhares. Que esta leitura seja proveitosa, conscientize

e promova esperança. Esperança de que a Educação pode libertar pessoas, e estas podem recriar o mundo.

CAPÍTULO 1 – A CIDADANIA COMO NEGOCIAÇÃO E LUTA SOCIAL

Meu pai é carteiro há 22 anos. Conhece muito bem algumas zonas de Manaus e recentemente, tem trabalhado na zona sul da cidade. Um dia, por alguma necessidade que hoje não sei explicar, o acompanhei por uma meia hora enquanto finalizava a entrega de correspondências, estávamos no bairro do cresso, que fica próximo ao bairro em que moramos; a igreja em que cresci e participei durante a infância e adolescência fica no cresso, portanto, não estava em um lugar desconhecido para mim.

Seguimos por uma rua que já conhecia desde a infância, uma via para trânsito local que se ramificava partindo da rua principal, caminhamos pelos cantos dividindo o espaço com carros que conseguiam passar por ali, calçadas nem se questiona não existirem por lá. O asfalto aparecia misturado com o chão de barro compactado. Alguns buracos, esgoto aberto, lixo. Tudo fazia parte do cenário como que naturalmente, é o que se espera quando se chega para explorar o espaço de uma favela como aquela.

Chegamos ao fim da rua e havia uma bifurcação, desviamos nosso trajeto para a direita. Na esquina a casa de uma família comum fora adaptada e na frente construída uma espécie de peixaria rústica, peixes expostos ao sol, a poeira, a moscas, exalando seu cheiro forte característico. Restos dos peixes tratados e vendidos estavam espalhados no chão daquela rua, pareciam ser de dias anteriores pois o fedor estava tão insuportável que precisei prender a respiração enquanto passava.

Olhei com atenção por onde andava e seguimos na mesma rua, notei *kitnets* em quantidade, casas um pouco mais estruturadas com acabamento em grades e cerâmica, outras menos finalizadas, sem pintura, sem portão ou grades. De uma casa de madeira velha e assoalho alto, saiu uma mulher negra com um carrinho parecido com os de supermercado, cheio de papelão e latinhas de metal. Uma catadora. Eu e meu pai acenamos, havia uma correspondência para ela, enquanto ele entregava saiu de dentro da casa uma menina que aparentava ter menos de dois anos de idade, chorando, só queria a mãe. Ela teve que voltar para dentro com o choro mais intenso depois de levar algumas palmadas. A mãe estava de saída.

Algumas casas a mais e uma taberna compunham o cenário... A rua não tinha saída, era atravessada por um pequeno igarapé, mais um cheiro forte e desagradável, esgoto e ratos. Casas coladas umas nas outras margeavam o pequeno igarapé, olhei e tentei enxergar onde terminaria

aquela fila de casas, não conseguia ver seu fim. Que bom que era tempo de seca, pudemos então atravessar a ponte de concreto. Até aqui nada desconhecido, andava tranquila e desatenta.

Depois da ponte a rua que seguia foi se estreitando, apesar de permitir o trânsito de motos não era larga o suficiente para um carro e desembocava em outra rua principal. Distanciando-se da principal, meu pai dobrou para a direita e entramos em um beco, comecei a ficar em estado de alerta, nunca precisei andar naquele caminho, mas confiei na presença do meu pai e na luz da manhã amena.

As casas espremidas compartilhavam o espaço e seguiam os meandros do chão do beco, não seguiam a lógica da linearidade, e sim da necessidade. No pedaço estreito de rua destinado a circulação coletiva – o beco; a luminosidade era mais baixa, a luz do sol quase não podia entrar. Pulei poças de lama, o asfalto sumira por completo, em variados muros vi sinalizado nas iniciais pintadas em tinta vermelha, a demarcação do território de determinada facção criminosa. Deste, surgia outro beco.

Mais casinhas de tijolo sem reboco, barracos arranjados, tudo o que sabemos existir, mas nos chocamos ao ver com os próprios olhos. Meu pai parou para fazer uma entrega e foi recebido por uma criança. Crianças! Quantas crianças vi nessa caminhada, brincando na rua entre esgoto e restos de peixe ou confinadas em pequenos quartos-casa tolhendo sua necessidade de movimento hipnotizadas por uma tela.

Era um labirinto de becos e casas, no mínimo desconfortável! Tivemos que percorrer o caminho de volta, encontramos alguns olhares desconfiados, mais poças, mais crianças, idosos. A sensação de aperto, a dificuldade para andar em um chão seco e limpo, falta de luz de ar, o cheiro vindo do igarapé... o medo. Senti medo ao lembrar que um conhecido da infância, que participou comigo no clube de Desbravadores, foi morto e esquartejado em um beco muito parecido com aquele, mas em outro bairro de Manaus. Tudo me incomodou. Fiquei aliviada ao sair de lá.

Essa experiência chegou para mim como um chacoalho, um lugar que eu achei que conhecia há tanto tempo, porém, não tinha ciência dos submundos escondidos por entre as ruas principais. O choque de realidade me trouxe várias perguntas, quais seriam as condições de vida das pessoas que moram ali? Como elas “decidiram” morar naquele lugar? Naquele beco?

Quais histórias estariam por trás de cada casa construída? Que segurança teriam as pessoas da região? O que falar de salubridade, saneamento, meio ambiente e bem-estar, de alimentação e acesso à educação? Será que aquele espaço é favorável ao desenvolvimento do corpo, da cognição, da saúde mental? Qual a mobilidade social possível para uma pessoa que mora nesse labirinto esquecido e maquiado? Será que existe cidadania nesse beco?¹

Quais as expectativas de vida para aquelas crianças? O que será que elas terão condições de ser? Fui questionada por meu orientador logo que ingressei no mestrado, sobre quem teria mais cidadania, ele ou eu. Voltei à mesma pergunta, lançada dessa vez para os moradores do mosaico de becos: Será que essas pessoas são cidadãs? Será que eu sou mais cidadã que elas?

Pode ser que agora você esteja recorrendo à sua memória e procurando na sua memória de longo prazo, o conceito de cidadania, para tentar responder a essas perguntas. Foi isso o que eu fiz quando fui questionada pela primeira vez pelo meu professor orientador. Percebi que a ideia de cidadania que tinha era baseada no senso comum e além de falta de aprofundamento, não daria para analisar nada mais na sociedade.

Mas então, o que é cidadania?

Definir o conceito de cidadania não é uma tarefa tão simples. Podemos afirmar que ela está conectada com o conceito de Democracia, associada ao Estado Democrático de Direito, ao pertencimento à uma nação e a ideia de coletividade. Cidadania representa também o movimento histórico do pensamento social (talvez exclusivo, da sociedade ocidental), portanto seu desenrolar acompanha a dialética e complexidade da História, sendo ressignificada, expandida, acrescentada e reinventada em cada contexto.

Muitos dos conceitos e instituições da atual pós-modernidade (ou modernidade tardia), foram forjados na sociedade europeia moderna e impostos aos outros povos pelo domínio que já tinham por conta da colonização, um evento histórico de tamanho impacto do qual as consequências são nitidamente sentidas ainda hoje, pelas nações colonizadas e escravizadas. Instituições como o capitalismo, sistema econômico hoje universalizado; o modo de organização política em Estado-nação; o trabalho como exploração humana; a Escola, são exemplos.

¹ Fotografias dos becos e igarapé citados, estão em anexo no fim deste trabalho.

É fato que a Cidadania não escapa a essa lógica, termo nascido na Grécia, desenvolvido inicialmente na Itália, Inglaterra e França, chega ao Brasil pelos europeus de maneira contraditória – cidadania apenas para alguns. Nossa fala irá apresentar este caminho percorrido pela cidadania nas sociedades ditas ocidentais, e poderá privilegiar eventos históricos europeus.

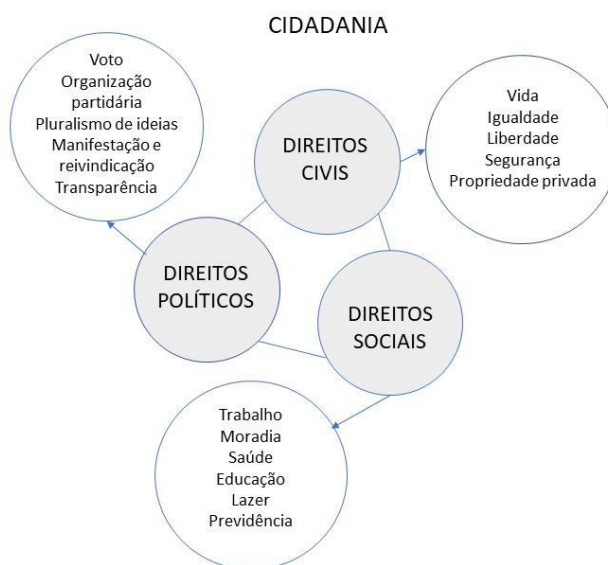
Por entender que essas bases da filosofia grega, do iluminismo e da modernidade em geral, foram constituintes de grande parte da ideia e prática que se tem a respeito da cidadania, em especial no Brasil. Cientes de que antes e durante a colonização havia grupos que se organizavam em outra lógica que não a ocidental e que outras formas de existência sempre coexistiram, e constituíram sua própria História.

Jaime e Carla Pinsky organizaram uma coletânea intitulada “História da Cidadania”, nela discorrem desde os Hebreus até o Brasil pós-moderno, sobre as transformações histórico-sociais no conceito de cidadania, foi uma obra chave em nossa pesquisa. Pinsky e Pinsky (2014), de maneira sintética, definem a cidadania como a garantia de acesso aos Direitos Fundamentais, são eles os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Como podemos perceber no trecho a seguir:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. *Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.* (PINSKY; PINSKY, 2014, p. 9, grifo meu)

Esta é a maneira como a cidadania é entendida hoje, o conjunto desses três tipos de direitos, combinados e garantidos a uma pessoa: a cidadã. Os direitos civis e políticos são os principais no exercício prático da cidadania, porém a participação democrática não é assegurada se não houver o acesso aos direitos sociais, pois são eles que fornecem ferramentas para o exercício pleno da participação social de um indivíduo. Se materializarmos esse pensamento de Pinsky, cidadania seria representada dessa maneira:

Figura 1: Conceito de cidadania



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Pinsky.

Essa forma de se pensar a cidadania é uma conquista recente, que considera a interrelação entre os três tipos de direitos a serem garantidos ao ser humano; veremos adiante que por muito tempo e em variados contextos apenas alguns deles eram assegurados. A separação em três categorias se justifica por cada uma delas possuir características diferentes, falemos sobre elas.

Costumamos abordar primeiro o grupo dos direitos civis, por ter sido historicamente o primeiro a ser de fato pensado e reconhecido. Este grupo abarca os direitos básicos à vida, resguardar a própria vida, garantir o direito à igualdade entre os seres humanos, direito à liberdade (de ir e vir, liberdade de expressão e liberdade religiosa), à segurança e aos bens, o direito à propriedade. Já o segundo grupo, dos direitos políticos, envolve os meios para a participação direta do indivíduo nas decisões da sociedade/nação que faz parte, assuntos de interesse coletivo. Fazem parte deste, o direito à organização partidária, ao pluralismo ideológico, à manifestação, à transparência e reivindicação de direitos e o direito ao voto.

A última categoria dos direitos essenciais a cidadania é a dos direitos sociais, estes correspondem aos instrumentos necessários a cada ser humano para sua subsistência no corpo social, por exemplo, o direito ao trabalho, direito à moradia, direito à saúde, à previdência (velhice digna) e direito à Educação. São elementos básicos que concedem ao indivíduo uma vida sadia, plena e principalmente, propiciam as ferramentas para a reivindicação e exercício dos direitos políticos e civis.

De certo a divisão dessas três categorias não é criação apenas de Pinsky, antes dele Marshall (1967) já havia sinalizado e analisado ao longo do tempo histórico o surgimento dessas três classificações dos direitos e a relação com a construção da cidadania. Em sua perspectiva, “nos velhos tempos” os direitos eram unidos, “fundidos” e não havia distinção, porque também não havia limites claros sobre os deveres do Estado, “os direitos se confundiam porque as instituições estavam amalgamadas” (MARSHALL, 1967, p.64). Com a chegada da modernidade e necessidade de distinção, se afastaram e foram reconquistados ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX (MARSHALL, 1967).

Marshall é uma referência nos estudos de Cidadania, por isso se torna indispensável apresentar também a sua definição sobre os três elementos que constituem o conceito. Foi ele um dos primeiros a fazer essa subdivisão, além de explicitar as características de cada grupo também aponta as instituições responsáveis de promover e resguardar cada um deles. Vejamos as próprias palavras de Marshall (1967):

Chamarei estas três partes, ou elementos de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e os direitos à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (1967, p.63-64).

Não perdendo de vista que esse texto é da segunda metade do século XX, portanto, já permitia uma análise dos séculos passados e um apontamento de questões problematizadoras como a Declaração de Direitos Humanos, porém sem abranger totalmente os principais desafios da cidadania na pós-modernidade. Nosso momento histórico atual.

O caminho que a Humanidade trilhou chegou até aqui, na reunião desse conjunto de regras estabelecidas pelo Estado para garantir ao ser humano uma vida digna. Chamamos essas regras de direitos e deveres, pois são preservados a cada vida que nasce no solo de cada nação e como compactuantes desse acordo obedecemos e damos esse poder de regulação para o Estado. Atualmente, há um movimento de ressignificação e ampliação desses direitos, tendo

em vista a necessidade de atender a minorias invisibilizadas bem como as novas formas de existência e de identidades.

Outra percepção sobre o conceito é a de Costa e Ianni (2018), que a definem como uma “identidade social e política”, entendendo que identidade social é o que diferencia uma comunidade de outra, portanto, sua construção está intimamente ligada ao contexto geográfico, histórico e cultural. Essa identidade social também é política pois as formas de relação entre cidadão e Estado resultam dessa interação histórica, cultural etc. A cidadania então é essa identidade social política pois implica no vínculo de pertencimento de um sujeito com determinada comunidade ou nação, e esta possui suas características próprias decorrentes de sua construção histórica.

Para as autoras, existem três elementos que constituem essa identidade social política, são eles: o vínculo de pertencimento, a participação política/ coletiva, e a consciência de ser portador de direitos e deveres. O primeiro elemento diz respeito ao vínculo jurídico de um sujeito com uma comunidade política – o Estado-nação; o pertencimento confere a ele direitos e deveres, bem como implica em restrições a quem não pertence à comunidade. Dessa forma, o Estado-Nação dá sentido à identidade nacional (COSTA E IANNI, 2018).

A cidadania além de um status, é uma prática, por isso seu segundo pilar é a participação política. Muitas vezes vista resumida ao voto direto, na realidade se apresenta com maior nível de complexidade. A participação, para além do voto, envolve várias instâncias das instituições públicas, e a organização partidária. Enfatize-se a relação direta com o Estado democrático – sistema que favorece a participação civil.

Já o terceiro elemento, a consciência de portar direitos e deveres, tem que ver com a construção histórica da cidadania e o conhecimento das legislações vigentes. Quer dizer que o indivíduo tem autonomia, tem direitos assegurados e a possibilidade de criar outros. A atribuição de direitos desde o nascimento de um ser humano, é inaugurado junto com o surgimento da individualidade, no Estado de Direito, em que todos nascem com direitos naturais. A partir do momento em que o indivíduo passa a ser mais importante que o Estado, surge essa figura individual portadora de direitos, o cidadão (ibidem).

Costa e Ianni (2018) consideram a junção desses três elementos como sendo o tipo ideal de cidadania, porém conscientes que os processos de implementação são complexos e variam de contexto para contexto. Isso nos leva a pensar de que existem vários tipos de cidadania,

resultado da combinação de dois elementos, apenas um ou os três. O único elemento imprescindível é o vínculo de pertencimento.

As autoras tipificaram a Cidadania em três categorias, o cidadão pleno (combinação dos três elementos), o cidadão tutelado (apenas o vínculo de pertencimento à comunidade) e o cidadão político passivo (pertencimento e consciência dos direitos e deveres). Sendo assim, a cidadania pode ser vivenciada e exercitada em diferentes níveis de consciência, logo incide sobre a participação efetiva do cidadão. Essa perspectiva nos faz pensar que a Cidadania a qual objetivamos alcançar, se refere à cidadania plena, ao esclarecimento e atuação dos sujeitos nos três níveis descritos.

1.1 Pré-história da Cidadania

Jessé Sousa² importante pesquisador brasileiro, fez um estudo sobre as camadas sociais brasileiras e “descobriu” uma nova categoria, “a ralé”, sua discussão tem tudo a ver com cidadania, para falar sobre as classes ele precisou explicar também sobre as estruturas históricas e sociais do Brasil, nesse percurso é muito frisado em sua produção que as gêneses são importantes, essenciais para a leitura crítica de qualquer objeto social. A compreensão do início dos processos, e da concepção de ideias.

Seguindo seu conselho, voltemos então ao início, aos primeiros traços do que hoje convencionamos chamar de cidadania, à gestação do pensamento de bem-estar coletivo no mundo ocidental. Para isso, recorremos novamente à Jaime Pinsky (2014) que um pouco diferente de outros teóricos, inicia essa linha do tempo histórica da cidadania pelos Hebreus. Considera-se como o primeiro registro que se tem dos traços do que um dia poderia vir a ser chamado de cidadania, nesse caso, o pensamento de bem-estar coletivo, o olhar para grupos desfavorecidos e a intervenção em benefício destes.

O povo Hebreu organizava-se de maneira tribalista e monoteísta. Um único Deus que ditava as regras sociais, a respeito da alimentação, das festas, dos casamentos, dos negócios, das guerras etc. seguidas por todos; a comunicação entre Deus e o povo se dava por meio dos

² Em especial a obra “A Ralé Brasileira”, 2009. Sua contribuição no âmbito dos estudos de Cidadania e Educação, é a demonstração concreta da não aleatoriedade e casualidade quando se fala de lugar social, pelo contrário, há total causalidade e estratégia na construção das estruturas brasileiras.

profetas, são os registros dos escritos desses profetas que foram conservados até os dias de hoje, e nos permite uma leitura da cultura hebreia em geral. Em especial, Pinsky cita Amós e Isaías, como defensores da justiça social, dos “órfão, viúva e do pobre”, os grupos mais vulneráveis naquele contexto.

Contudo, a propagação de uma mensagem de solidariedade não surgiu de maneira gratuita, havia um contexto histórico que tornou necessária essa lembrança. O povo hebreu até em torno do ano 1000 a.C havia sido Tribalista, se organizavam em 12 tribos sem hierarquia e tinham juízes como lideranças. Depois passaram a viver uma monarquia e a desigualdade social e outros malefícios desencadeados a partir disso, chegaram a eles. Após a instalação da monarquia, esta também entrou em crise, provocando a divisão das tribos em duas partes, uma tribo ao sul (Judá) e dez ao norte (Israel) (PINSKY, 2014).

Amós e Isaías viveram cerca de 300 anos depois da instauração da monarquia, mas os relatos orais e anseios imaginários da época Tribalista (uma realidade que eles não sabiam se havia, de fato, existido) os levaram a propagar as mensagens que “profetizavam” e representar a insatisfação da população. “Lembranças” do tempo em todos eram iguais, sem pobreza nem fome.

O povo hebreu não foi pioneiro na invenção do monoteísmo, mas foi pioneiro na visão de um Deus que se preocupa com a ética e solidariedade de seus seguidores, que se preocupa com “pobres, órfãos e viúvas”. Por meio dos profetas Deus expressa em vários momentos que mais valoriza o cuidado com o próximo à ritos, festas e templos. É primeira vez que um deus não exige toda glória para si e cobra a justiça e igualdade. Nas palavras de Pinsky (2014), sobre os hebreus:

Seu grande legado foi a concepção de um deus que não se satisfazia em ajudar os exércitos, mas que exigia um comportamento ético por parte de seus seguidores. Um deus pouco preocupado em ser o objeto da idolatria das pessoas e com o sacrifício de animais imolados em seus holocaustos, mas muito comprometido com problemas vinculados à exclusão social, à pobreza, à fome, à solidariedade (2014, p. 16).

O autor resume as ideias de senso de comunidade, senso de justiça e crítica a distribuição da riqueza, tão faladas pelos profetas, na expressão “monoteísmo ético”. Significa que a ética era cobrada como um fator diferencial entre um hebreu e um não hebreu, esta ética estava ligada

à uma exigência divina, era um elemento presente no imaginário religioso do povo. Conforme o autor, essa ética foi uma criação dos profetas (PINSKY, 2014).

O monoteísmo ético, por sua vez, foi transferido para as religiões que nasceram a partir do povo Hebreu, por exemplo, judaísmo, islamismo e o cristianismo que em particular, influenciou fortemente por séculos os valores sociais ocidentais. Aí está o valor histórico do registro da ética dos profetas, por ser um valor cultural que foi incorporado por toda Humanidade por meio da religião cristã, transcendeu os limites geográficos e o próprio tempo histórico, portanto, é uma conquista de toda a Humanidade. Incidindo sobre a História da Cidadania. Em síntese (PINSKY, 2014, p.17):

A doutrinação dos chamados profetas sociais estabelece os fundamentos do monoteísmo ético, que é, por sua vez, a base das grandes religiões ocidentais (cristianismo e islamismo, além do judaísmo) e se constitui, provavelmente, na primeira expressão documentada e politicamente relevante (até por suas consequências históricas) do que poderíamos chamar de pré-história da cidadania.

Após a contribuição do monoteísmo ético dos Hebreus, a próxima manifestação histórica que incidiu vastamente na cidadania ocidental, ocorreu na clássica Grécia. Muitas idealizações são feitas da Grécia e dos ideais de democracia e participação social, beirando ao anacronismo em muitos casos. Para essa diferenciação, a primeira coisa que precisamos entender é a forma de organização que se tinha, em Cidades-Estado, e não em Estados-nação como na modernidade.

As cidades-estado surgiram do aglomerado de comunidades e propriedades existentes às costas do Mediterrâneo, entre os séculos IX e VII a.C. Nesse contexto essa zona ainda era periférica e vivia a sombra dos grandes Impérios do oriente, hoje denominado Oriente Médio. As grandes mudanças econômicas e sociais que provocaram a movimentação em torno da região e aumento do fluxo de pessoas (GUARINNELLO, 2014).

É importante essa lembrança de que os acontecimentos históricos na Grécia se situam em um tempo e um espaço únicos e definidos, sem tanta necessidade para a História do mundo em geral, como fizeram parecer os europeus; Guarinello (2014) reforça que essa foi uma estratégia de autoafirmação eurocêntrica criada para justificar o domínio e exploração de outras regiões ao redor do globo.

As mudanças econômicas vieram a partir da busca por uma matéria prima, o ferro. Procurada pelos grandes “impérios guerreiros do Oriente Médio”, e difundido de maneira ampla nas artes, na arquitetura, na fabricação de objetos, nas armaduras dos exércitos etc. o manejo dos metais preciosos. A descoberta e criação dessa tecnologia, aliado a riqueza de matéria prima na região do Mediterrâneo, proporcionaram essa efervescência social e econômica, aumento da população e a criação das cidades-estado (ibidem, 2014).

Estas eram compostas por um conjunto de proprietários de terras agrícolas, camponesas. “Em uma cidade-estado, cada família camponesa cultivava um ou mais lotes com contornos bem definidos, que eram sua propriedade individual, de onde obtinha seus meios de subsistência” (ibidem, 2014, p.32). Ao longo dos séculos, gradualmente essas propriedades se aglomeraram em centros, em nichos, distribuídos por toda região Mediterrânea.

Podemos chamar esses “centros” de comunidades, pois os habitantes protegiam suas terras das outras comunidades e excluía os estrangeiros. Exemplos de cidade-estado que se destacam são: Esparta, Atenas, Roma, Macedônia e império Persa, as mais poderosas nos aspectos econômico e bélico/militar. Em relação à cidadania podemos citar alguns pontos relevantes gestados nas cidades-estado.

O primeiro deles é a existência de um espaço público, ainda que diferentes e variando de uma cidade para outra, havia a presença de um espaço comum: o templo, a praça, o porto, ou todos eles. Localizado na área urbana, nele aconteciam as assembleias e resolução de conflitos de ordem interna ou externa. “Seus conflitos internos (...). Tinham que ser resolvidos comunitariamente, por mecanismos públicos, abertos ao conjunto de proprietários” (ibidem, 2014, p.33).

O princípio admirável do debate coletivo tinha suas limitações, por não considerar como cidadãos todas as classes de pessoas. Cidadãos e aptas a opinar eram somente as pessoas que carregassem alguns marcadores, especificamente o gênero, idade e a propriedade. Mulheres não tinham participação pública; o fator idade era importante, a opinião de maior peso era dos mais velhos, eles comandavam; e o fator propriedade tinha a ver com a posse, terras, riquezas.

Mesmo que a cidadania não fosse estabelecida por vínculos de sangue, muitos habitantes das cidades-estado, por sua condição de pobreza, não eram considerados cidadãos, bem como os estrangeiros e os escravos. A palavra cidadão surge nesse contexto da relação com a cidade, o indivíduo homem, velho e rico que pertencia a uma cidade.

Inicialmente, a Aristocracia instalada dava aos donos do poder militar, o poder político também, eram os considerados cidadãos. O poder militar, no entanto, era concentrado em quem tinha muitas riquezas. Com a difusão do uso do ferro, outras classes também passaram a manusear as ferramentas de guerra, os principais defensores das cidades-estado passaram a ser os camponeses, isso abriu margem para maior participação política da classe menos favorecida.

Ainda que seja considerado o surgimento da democracia na Grécia Antiga (ou clássica?), é válido lembrar que não havia representatividade de grupos sociais ou partidos políticos, cada indivíduo representava apenas a si mesmo e a seus interesses, um pouco diferente do sistema que temos hoje. Mesmo apontadas as contradições, as cidades-estado (nesse caso, Atenas como referência) instituíram o voto, a participação política; leis consentidas pela coletividade e válidas para todos.

Sintetizando, “cidade-estado” foi uma expressão criada para definir a centralização do poder na cidade, como um centro autônomo em sua gestão. Suas atribuições assemelhavam-se em alguns traços às funções de um Estado, criado posteriormente; contudo, a ideia de tomada de decisões para a comunidade, pensadas pela própria comunidade, a conferem o título. Guarinello (2014) em uma explicação sobre espaço público e Estado, resume muito bem algumas das principais contribuições da Grécia e suas cidades-estado para a história da cidadania, a saber a participação coletiva, a participação política por meio do voto e a criação de leis comuns. Vejamos a seguir.

Espaço público e Estado parecem se confundir nas origens das cidades-estado. Não é fácil defini-los cabalmente: variaram de cidade para cidade e se alteraram com o tempo, mas a tendência geral foi de expansão. Foram primeiramente, um espaço de poder, de decisão coletiva, articulado em instâncias cujas origens se perdem em tempos remotos: conselhos de anciãos (como o Senado romano ou a *gerousia* espartana) ou simplesmente de “cidadãos” (como a *boulé* ateniense), assembleias com atribuições e amplitudes variadas, magistraturas e, posteriormente, tribunais. Foi o espaço de uma lei comum, que obrigava a todos e que se impôs como norma escrita, fixa, publicizada e coletiva. (GUARINELLO, 2014, p. 33, grifos do autor).

Foi natural que as cidades-estado mais poderosas quisessem se sobrepor às outras menores, quem conseguiu realizar este feito foi Roma, dominando as outras cidades-estado e se tornando um grande Império em todo o Mediterrâneo. Como dito anteriormente, as cidades-estado estavam cedendo espaço para que os camponeses alcançassem posições mais altas, isso

resultou em conflitos entre ricos e pobres, por se mostrar mais discrepante as diferenças entre os grupos. Levando as cidades-estado de maneira geral, à formação de oligarquias cada vez mais fechadas como estratégia para centralizar o poder.

Roma sofreu grande influência e domínio do povo Etrusco, pois participaram desde a formação da cidade, a começar pelo nome, que pode ter raízes etruscas (Ruma). Uma característica dominante foi a divisão social bipartida ou dual herdada, na cultura desse povo só havia duas classes, os nobres e o restante da população (FUNARI, 2014).

Essa maneira de organização social foi instalada entre os romanos, representada nos grupos dos patrícios e dos plebeus. Abaixo dos plebeus havia ainda os clientes (uma espécie de servos que só prestavam serviços e comercializavam com os patrões a quem deviam fidelidade) e os escravos, sem possibilidade nenhuma de mobilidade social. “Durante a Monarquia (753-509 a.C) e no início da República (509-31 a.C), essa elite da sociedade romana constituía uma nobreza de sangue, hereditária. Por um bom tempo este foi um grupo fechado, um verdadeiro estamento, inacessível” (ibidem, 2014, p.51).

Essa bipartição provocou muitos conflitos sociais, os patrícios se agrupavam em famílias (se chamavam “gentes”) que monopolizavam o poder militar, os cargos públicos e religiosos; a primeira ideia de “povo” vem da junção dos plebeus e demais categorias em suas lutas contra os patrícios, reivindicando direitos (ibidem, 2014).

Entre oligarquias e República, assassinatos e guerras civis, avanços e retrocessos, a cidadania em Roma viveu vários ciclos, como qualquer movimento histórico é, dinâmico. Vamos listar agora algumas das características e avanços para a história da cidadania criados em Roma, sem poder detalhar a fundo as questões históricas que abarcam cada uma.

Uma das primeiras sinalizações da organização popular foi a criação de um “Tribunado da Plebe”, em 494 a.C, os plebeus puderam se reunir, se organizar como grupo, fazer reuniões, discutir as decisões tomadas pelos patrícios e até mesmo questionar junto a eles. Outra conquista dos plebeus foi a divisão da população em tribos de acordo com a localização geográfica, e não pela hereditariedade. Nessa configuração, a plebe era maioria nos “comícios de tribos” (ibidem, 2014, p.53).

Embora já houvesse leis conhecidas e obedecidas por todos, na metade do século V foi publicada a Lei das Doze Tábuas, essa lei instituiu a prerrogativa da lei escrita, a importância

de ter um texto comum a ser consultado em caso de dúvida, enquanto não se tinha o princípio da lei escrita, era a palavra do patrício que prevalecia. Por isso, esse também é um marco importante para a cidadania.

O Tribunado da Plebe, por meio dos plebiscitos (seus comícios) conseguiu o direito de criar leis, conquistando cada vez mais direitos para a plebe, como por exemplo, o direito a terra limitando o tamanho das propriedades, os camponeses tiveram acesso a terras romanas. Outras leis foram a “Lei Potélia Papíria” que aboliu a servidão por dívida, e a “Lei Hortênsia” que deu aos plebiscitos o poder de força de lei sem precisar passar pela aprovação do Senado.

Outra medida conseguida pelo tribuno da plebe foi a lei lançada em 122 a.C. que garantia aos plebeus o direito de recorrer às autoridades, aos juízes em caso de injustiças contra os cidadãos simples, ao menos legalmente o acesso à informação, a investigação, ao julgamento, se tinha na sociedade romana. Conforme Funari (2014, p.60) “esses são dois princípios basilares da cidadania: a possibilidade de recorrer do abuso e o amplo acesso à informação dos direitos”.

As duas grandes preciosidades da cidadania em Roma são as eleições e o voto secreto. A organização em tribos exigia que por meio de assembleias e comícios as leis e outras questões fossem decididas, nas assembleias também se elegiam “questores, edis, tribunos militares e tribunos da plebe”; o voto era por grupo, e no final da República foi adotado o voto secreto, para isso o voto passou a ser escrito. “À diferença de muitas cidades gregas, em que o direito de voto era restrito, em Roma votavam pobres e mesmo libertos” (ibidem, 2014, p.63).

Os jogos dos gladiadores também representavam outro momento de participação popular, diferente do exposto na indústria cinematográfica, os jogos dos gladiadores tinham um significado religioso (a vitória da vida sobre a morte), nem sempre se lutava até a morte e o imperador não decidia o destino do perdedor, quem decidia era o povo. No meio das arquibancadas dos anfiteatros se misturavam nobres, pobres, mulheres, libertos e estrangeiros, eram eles quem opinavam, era um ato de soberania popular.

Os jogos aconteciam para celebrar algum guerreiro corajoso e não apenas por pura diversão. O critério que definia o destino do perdedor era a valentia, se ele se mostrasse valente seria poupado. A manifestação da “opinião pública” também aparecia em outros contextos, paredes de “tabernas”, grafites, frases em muros da cidade, expressando preferência a

“candidatos” ou conflitos entre indivíduos, são exemplos. Tais atitudes não existiram se em tal sociedade não houvesse abertura para a opinião dos sujeitos.

Para finalizar a lista das conquistas da cidadania romana, queremos falar da tão querida liberdade. Entre os romanos a liberdade era muito valorizada, é notável esse valor em narrativas literárias como a fábula e em discursos de figuras políticas importantes. Esse valor estava também na base da Revolução Gloriosa, Revolução Americana e Revolução Francesa, como veremos a seguir, ou seja, estava na base da cidadania moderna anos depois e já se fazia presente entre os romanos. Nesse sentido, Funari (2014, p.73) afirma que “esse amor à liberdade estava na base da cidadania romana [...] funda-se na distinção romana da chamada liberdade negativa, ou seja, a liberdade de não se submeter a vontade de outrem”.

Foi também no seio do império romano que surgiu o Cristianismo, um movimento que se expandiu em alta velocidade por uma enorme extensão territorial. A principal hipótese que apresenta evidências históricas para tal acontecimento é do associativismo social, um engajamento cidadão das classes que mais sofriam restrições.

Mesmo com as amplas conquistas da cidadania romana, havia um grupo que não era beneficiado de nenhuma forma: os escravos. A escravidão era tratada com naturalidade na sociedade, ninguém ao menos questionava o fato. “Para pelo menos 80% da população do imenso Império, a vida é trabalho, sofrimento, violência [...] a respeito da vida extremamente breve dos escravos, quase sempre inferior aos 25 anos” (HOORNAERT, 2014, p.86).

Essa classe desassistida unida aos plebeus de baixas camadas se organizaram, a lei permitia que homens que cultuassem o mesmo deus e exercessem o mesmo ofício, pudessem se reunir e formar uma associação, um clube. O cristianismo se espalhou entre os mais pobres e a formação dessas associações proliferou também de maneira intensa. Em resumo, o que deu força e visibilidade ao cristianismo foi “a formação de uma rede associativa que cobre uma área social totalmente negligenciada pela administração romana. Ou seja, a luta organizada pela cidadania (*avant la lettre*, é claro) dentro da sociedade romana” (ibidem, 2014, p.82).

Destacando que as comunidades cristãs referidas aqui se localizam no início do movimento, nos primeiros séculos. A mensagem pregada pelo cristianismo era de solidariedade e amor ao próximo, portanto, essas associações formadas prestavam um serviço social amplo para os “necessitados”, estavam no foco as viúvas, órfãos e os estrangeiros, uma herança do judaísmo hebreu.

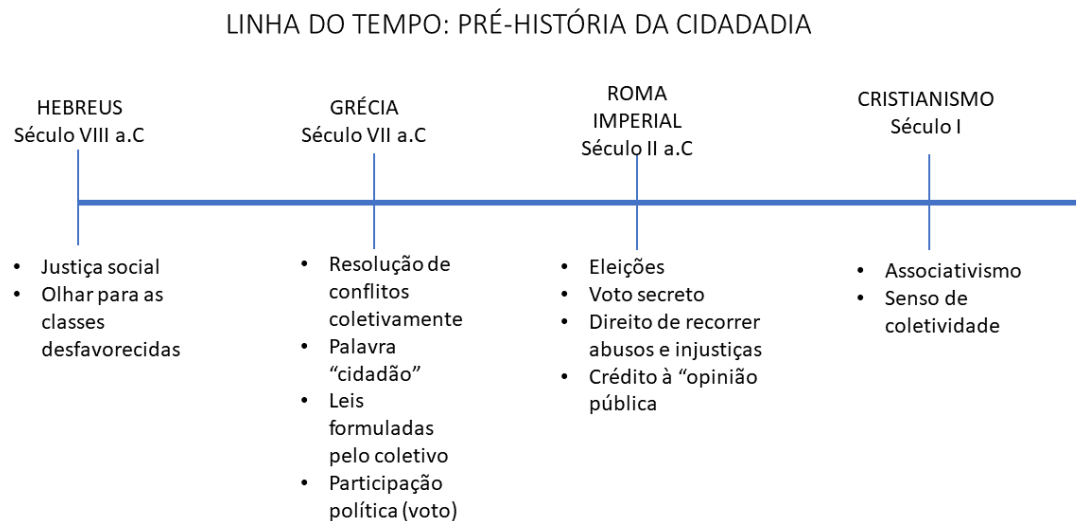
A seguir alguns exemplos dos serviços organizados pelos primeiros cristãos, a citação é longa mas, vale a pena por sintetizar muito bem o que foi chamativo e arrastou aos montes seguidores para o cristianismo. Nesse sentido, Hoornaert (2014, p.90) nos elucida.

Os estrangeiros que chegavam a Roma, por exemplo, podiam contar com um eficiente serviço de hospitalidade. [...] As pessoas encontravam acolhida na casa do bispo cristão, hospedeiro por excelência. [...] Alimentos são levados para viúvas necessitadas e órfãos. Em algumas comunidades há um serviço regular de alimentação e hospedagem para necessitados, viúvas e órfãos, uma caixa de ajuda mútua para casos de urgência. [...] Outro serviço bem organizado é o do enterro aos falecidos [...] Quando alguém cai doente, pode contar com visitas regulares e até nos melhores casos encontrar um lugar tranquilo para se recuperar. Na hora de interrogatórios pelas autoridades, os cristãos se dão mutuamente apoio moral. Procuram ativar a coragem por ocasião de *pogroms* e outras atitudes de hostilidade por parte de grupos e indivíduos. Há um serviço de visitação aos presos, e em certos casos um amparo psicológico para os que, desesperados tentam o suicídio”. (HOORNAERT, 2014, p. 90, grifo do autor)

Ampla era a rede de amparo humanitário, que de acordo com Hoornaert (2014), a ela se deve o apoio popular e o crescimento do cristianismo durante os primeiros séculos. A lição que fica é a do senso de coletividade, do apoio mútuo, os cristãos se concentravam na parcela pobre da sociedade, mas juntos puderam melhorar a condição social uns dos outros e reivindicar também direitos. Esse associativismo incidiu diretamente sobre as conquistas da cidadania plebeia romana citados anteriormente.

Sua força política foi tão grande que Constantino, que assumiu o poder partir do século IV, converteu-se ao cristianismo como parte de sua estratégia política, e iniciou um novo momento na história, instalando o Império Romano Cristão. Fato que declinou a cidadania romana clássica e impôs novas barreiras a cidadania, agora apoiadas no discurso religioso.

Encerramos assim o primeiro ciclo dentro da história da cidadania. Com o intuito de facilitar o entendimento, recordar e sintetizar os principais pontos, formulamos uma linha do tempo dos momentos históricos citados até aqui. Lê-se abaixo na figura 2.

Figura 2: Linha do Tempo História da Cidadania – Pré-História

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta linha do tempo podemos observar um panorama geral dos ideais lançados na história antiga que abriram espaço para o pensamento e a constituição da cidadania. Pensamentos de justiça e liberdade que induziram os indivíduos a organização e reivindicação de melhores condições sociais, o que denominamos de direitos. Sigamos em nossa jornada em busca da História da Cidadania.

1.2 Cidadania na Modernidade

Sabe-se que de Roma e do Cristianismo seguiu-se um longo tempo de domínio Imperial e do Papado, assim as conquistas cidadãs foram deixadas um pouco de lado nas cidades-estado da Itália. Apenas algumas permaneceram com as referências de Roma Republicana, se destacam Florença e Salamanca, por adotarem outra maneira de organização política e por terem sido palco do movimento Renascentista iniciado em meados do século XIV.

O que essas cidades tinham de especial que permitiu o nascimento de um movimento tão crucial na História Ocidental? Que estilo de vida permitiu aos sujeitos da época, possibilidade de pronunciar-se contra o poder Papal e colocar o ser humano no centro da História e não mais a divindade?

Alguns apontamentos podem ser feitos, entre eles o peso da herança republicana romana. Na República Florentina, por exemplo, o poder político era dividido em 3 esferas: o poder executivo, administrativo e o legislativo. O poder executivo estava subdividido em três classes também: a senhoria (9 membros) superior e assessorada pelos anciãos (12 membros) e os gonfaloneiros (16 membros), cada grupo permanecia a frente por um período pré-determinado de 2, 3 e 4 meses respectivamente. Assim, em teoria havia uma variação e descentralização do poder executivo (ZERON, 2014).

O poder administrativo fazia sua gestão a partir da distribuição de conselhos específicos de setores sociais, como segurança, justiça, defesa, comércio e finanças. Assim como na senhoria, as decisões só eram tomadas em assembleias, entre os conselhos (10) no caso do poder administrativo. Já o poder legislativo, elegia a cada 4 meses dois conselhos, o Conselho do Povo e o Conselho da Comuna, além destes havia assembleias extraordinárias e o parlamento (uma assembleia popular convocada em momento emergencial para assumir até que a emergência passasse e fosse sanada), (ibidem, 2014).

Mesmo parecendo um lindo sonho democrático, vale lembrar que nem todos os cidadãos (na qualidade de habitantes da cidade) poderiam se candidatar a qualquer um desses cargos, plebeus, por exemplo, eram excluídos e configuravam maioria da população; os artesão e baixa burguesia eram considerados “povo” e tinham uma participação mínima, podendo participar da Grande Assembleia ou Conselho do povo, mas excluído de qualquer outra assembleia. Restando assim apenas a alta burguesia e nobreza como elegíveis.

A existência desses critérios para que alguém fosse elegível permitiu que um grupo elitizado se perpetuasse no poder, e permitiu também que uma única família detivesse o poder da senhoria por 60 anos seguidos, como no caso da Família Medici. Por não haver pessoas elegíveis e pela participação popular ser mínima, “a República florentina era na realidade uma república oligárquica cuja máquina administrativa estava nas mãos dos representantes da alta burguesia e das grandes famílias aliadas a ela” (ibidem, 2014, p.104).

Salamanca por sua vez, nutriu em seu centro o conhecimento. A Universidade de Salamanca (fundada em 1230), abrigou intelectuais que pensaram o poder político de maneira contrária ao imperialismo. Nesse momento histórico específico (séc. XIV), um de seus protagonistas foi Francisco de Vitoria, professor na Universidade de Salamanca, condenava

qualquer forma de poder universal e defendia o direito das gentes. Sua contribuição foi tamanha que ele é considerado um dos fundadores do direito internacional.

Vitória seguia a perspectiva tomista do direito natural do homem, o direito originado da natureza do homem e não da instituição divina; influenciado pelos ideais humanistas e renascentistas (que valorizava a antiguidade clássica e a racionalidade humana). Como nos diz Zeron (2014, p.107), “no renascimento o debate político sobre o tema da cidadania [...], dá-se basicamente em torno da interpretação da tese aristotélica da natureza política do homem”.

Significa dizer que o homem, ou seja, qualquer ser humano tem direitos naturalmente, só pelo fato de ser humano. Antes mesmo de pertencer a alguma sociedade, país ou comunidade que o conceda e valide esses direitos, ele já é possuidor dos direitos a vida, a liberdade, à propriedade, naturalmente. Faz parte da sua natureza. Por ser humano.

O Renascimento foi marcado pelo humanismo e pela cientificidade – a exaltação da razão e foi um movimento de transformações no campo artístico, cultural político e econômico, iniciado na Itália e depois expandido pela Europa. O movimento buscava outras formas de explicação do mundo que não a divina e olhou para o ser humano como protagonista, dotado de habilidades e criador das coisas, das relações e da realidade do mundo. Este movimento foi precursor e “causador” da modernidade, um novo ciclo da história da Humanidade.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que Vitória foi um intelectual Renascentista por coadunar com os ideais humanistas e contribuir com o debate da criação do Estado e do direito. Zeron (2014, p.107) em comentário sobre a concepção de Vitória demonstra muito bem a presença desses ideais de “natureza política do homem” e de criação do poder público. Vejamos:

Para Vitória, apenas a solidariedade social faz dele um ser forte e conquistador, capaz de impor suas leis e vontades ao mundo, por meio de um governo da razão. Os Estados e as cidades não são invenções humanas, não são criações artificiais, mas por assim dizer produtos da natureza sugerido aos homens para sua proteção e conservação. O poder público é ele também, portanto, um “fato natural”, que se impõe absolutamente a toda a sociedade humana. O horizonte e a finalidade do poder público é o bem comum, isto é, a *res publica*”. (ZERO, 2014, p.107, grifo do autor)

O Renascimento compreendeu o período dos séculos XIV a XVI, no último século conhecido como quinhentista que as discussões sobre o Estado ganham espaço, Vitória já defendia o direito individual à liberdade (inclusive dos indígenas como livres para escolher sua fé), pois acreditava de que o direito fazia parte da natureza humana muito antes de qualquer organização política e social.

Esse movimento Renascentista é entendido como “um período de transição (nem ruptura nem continuidade) entre duas concepções políticas diferentes, que convencionamos chamar medieval e moderna” (ibidem, 2014, p.110). As famílias ricas, juizes que dominaram Florença também contribuíram com o Renascimento ao patrocinar os artistas e cientistas empenhados na descoberta nascente do ser humano e do mundo.

A chegada da Idade Moderna se confunde em meio a presença do Renascimento, na História é difícil estabelecer um dia e hora específicos para a mudança de uma era para outra. Os eventos acontecem e num emaranhado vão progressivamente alterando a realidade e criando o novo. O Renascimento abriu as portas para a modernidade, Era em que as pessoas estavam procurando explicar o mundo sem a variante do divino, aversa a Idade Média, os seres humanos precisavam descobrir como funcionavam as coisas de ordem natural, das relações humanas, do próprio corpo humano. Bem como estabelecer uma nova dinâmica de estrutura social e política.

O famoso Iluminismo é o retrato dessa busca, um conjunto de estudiosos da física, biologia, filosofia, política, artes, da sociedade... todos em buscas de respostas, de discursos, narrativas de explicação: por que determinado fato acontece? Que fatores implicam para que aconteça assim e não de outro modo? Com pontos de vistas opostos muitas vezes, teses lançadas e rebatidas... um verdadeiro embate de ideias.

Da modernidade surgem vários conceitos e Instituições que seguem instaladas na sociedade atual pós-moderna, como por exemplo a cientificidade, a escola, o sistema econômico capitalista, o Estado-nação e a cidadania. Alguns acontecimentos sinalizam as mudanças que ao longo dos séculos foram sendo efetivadas, o enfraquecimento do poder religioso por exemplo, se deu tanto pelo discurso externo do Renascimento e Humanismo como pelo discurso surgido internamente, com o questionamento das crenças católicas e tendo seu ápice na Reforma Protestante.

As proposições de ideias na verdade eram proposições de visões de mundo. Ao fragilizar a soberania da “ordem estabelecida por Deus”, muito pode ser revisto e questionado pelas

peessoas, em especial a condição social da população. A desigualdade existente entre privilegiados e não privilegiados foi o que mais causou efeitos na sociedade, se ser pobre não era mais algo natural e necessário para a vida eterna, esse fato poderia ser refutado, questionado e mudado.

Essencialmente, essa ideia – acompanhada da transformação do mercantilismo em capitalismo, levou a muitas Revoluções Burguesas, acontecimentos estes que marcam a Idade Moderna. Falaremos das três principais revoluções burguesas que transformaram a história da cidadania ocidental moderna, da qual somos herdeiros, a saber: Revolução Inglesa, Revolução Americana e Revolução Francesa.

A Revolução Gloriosa ou Revolução Inglesa, ocorreu no século XVII na Inglaterra. Guiada pelo amadurecimento do capitalismo ainda em sua primeira fase (a transformação de terras uteis para a subsistência em terras úteis para o lucro) e pela influência da Ética Protestante (que supervalorizava o trabalho e repudiava o ócio) que a burguesia fez sua primeira tentativa de revolução em 1640.

Nesse tempo histórico a monarquia já dividia seu poder com o parlamento, poder que já estava sendo diluído entre outras classes já que a burguesia também conseguia espaço entre a nobreza por possuírem propriedades e bens. O objetivo da burguesia era o de ter mais espaço para a industrialização, iniciaram então uma guerra civil entre os que ficavam ao lado do rei Igreja e grandes proprietários e os que ficavam ao lado do parlamento, mercantes e pequenos proprietários rurais. A tentativa por meio da violência fracassou e a classe precisou trabalhar por mais 48 anos até conseguir por meio do domínio político a industrialização. Foi a segunda tentativa ocorrida em 1688, e bem-sucedida, a Revolução Gloriosa (MONDAINI, 2014).

As lutas sociais levaram primeiro à Proclamação da República em 1649, o rei Carlos I executado e o vínculo com a monarquia foi rompido. Monarquia em que o rei concentrava o poder nas mãos e o passava de geração em geração; anos depois, após muitas mudanças no país (até mesmo a tentativa de dissolução do parlamento) o medo tomou conta e em 1660 o filho de Carlos I, Carlos II é chamado a assumir o trono novamente. Com uma diferença, o poder agora estaria centralizado no parlamento, “o rei reina, mas será o parlamento a governar” (ibidem, 2014, p.126).

O que nos interessa aqui no âmbito da cidadania é olhar para dois ingleses que formularam ideias sobre o Estado Absoluto em meio a esses eventos históricos citados

anteriormente, uma fundamentação teórica que a época exigia. Thomas Hobbes desenhou o estado como resultado de um “contrato social”, pois os homens seriam tão livres ao ponto de exercerem sua vontade independente do bem-estar dos outros, para preservar o direito de vida de todos, os seres humanos concederia ao Estado esse poder de regulação, trocando liberdade por segurança. O *Leviatã*, é a obra de Hobbes que apresenta esse “monstro” criado pelos próprios seres humanos para protegê-los.

Os indivíduos precisavam, porém, se proteger da própria tirania do Estado e garantir o direito à liberdade sob qualquer custo, criando leis que os protegessem, prioritariamente, assegurar os direitos civis. A esse ideal se denominou Liberalismo, John Locke o seu representante. A visão de Locke sobre o Estado era de um acordo, de consentimento entre as partes, retirando da concepção de estado a hierarquia em que um é soberano absoluto e outro submisso. Para ele o poder era divisível, então o que deveria reger os cidadãos seriam os direitos e deveres acordados mutuamente. A concretização desse pensamento se deu na “Bill of Rights”, Carta de Direitos, escrita após a Revolução Gloriosa, que conferiu ao parlamento a soberania e passou a reger o Estado Inglês (ibidem, 2014).

Em sua perspectiva, o Estado tem como principal finalidade a preservação da “propriedade”, mas propriedade era entendida por Locke como os direitos naturais do homem: a vida, a liberdade e os bens. Ele ainda propôs que o poder estatal fosse dividido em três partes, poder legislativo, executivo e poder federativo para melhor cuidar da propriedade dos cidadãos. O pensamento liberal enalteceu a liberdade e os direitos básicos dos cidadãos, mas tinha sua limitação ao condicionar esse direito à propriedade, os sem posses portanto, não tinham os mesmos direitos. Sobre isso Mondaini (2014) corrobora:

A cidadania liberal, no entanto, foi um primeiro – e grande – passo para romper com a figura do súdito que tinha apenas e tão somente deveres a prestar. Porém, seus fundamentos universais (‘todos são iguais perante a lei’) traziam em si a necessidade histórica de um complemento fundamental: a inclusão dos despossuídos e o tratamento dos ‘iguais com igualdade’ e dos ‘desiguais com desigualdade’. (2014, p. 131).

A História exige paciência, cada passo é conquistado um a um. Os Ingleses nos trouxeram a criação do Estado de Direito, continuemos averiguando que outros passos já foram dados e os que ainda precisamos dar. Falemos agora dos americanos e seu ideal de liberdade

singular. Em breve retrospectiva, lembremos que desde o século XV os europeus iniciaram as grandes navegações e o pior evento histórico já ocorrido chamado “Colonização”.

O contexto da Revolução Americana já se dá no século XVIII, e o “Novo Mundo” estava sendo invadido e reformulado há pelo menos dois séculos enquanto colônia inglesa. A ideia de liberdade foi cultivada a partir de referências como o discurso religioso (a ética protestante) e discursos de intelectuais ingleses, os escritos de Locke e Montesquieu por exemplo, assim como a inspiração na democracia grega e romana (KARNAL, 2014).

A situação colonial e a luta contra a Inglaterra também contribuíram na construção desse “mito de nação” em torno da liberdade. O conceito de “mito fundacional ou mito de nação” é explicado por Stuart Hall (2006), Jessé Sousa (2009) e José Murilo de Carvalho (2013), e quer dizer que toda nação precisa de uma narrativa que explique seu surgimento e que seja capaz de unir todos os habitantes (considerando toda diversidade), em um sentimento de pertencimento, e em único propósito de contribuir com a pátria a qual pertence.

Nem sempre essa narrativa é verdadeira, mas precisa ser eficiente em sua tarefa. No caso dos Estados Unidos a narrativa dos “pais peregrinos” que atracam a bordo do *Mayflower* representando o sofrimento dos ingleses fugindo da repressão de sua terra natal e trazendo para esse novo lugar o sonho de liberdade, se tornou o mito fundacional celebrado no feriado nacional *thanksgiving* ou dia de ação de graças. De acordo com Karnal (2014), o povoamento no litoral leste da América do Norte já estava acontecendo há 35 anos, com algumas cidades já estabelecidas. Essa narrativa, no entanto, reforçava esse ideal de liberdade tão importante.

A Revolução Americana aconteceu em 4 de julho de 1776, sua independência da Inglaterra, resultado de um processo social anterior é claro. A inspiração de liberdade trazida pelos imigrantes também veio acompanhada de atos práticos, como a escrita do *Mayflower Compact*, o documento escrito pelos pais peregrinos, materializando seus desejos por leis e igualdade.

Na Declaração de Independência temos outra demonstração desse momento histórico e dos anseios de seus habitantes, começa pela afirmação de “que todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade, busca da felicidade” (ibidem, 2014, p.142); ao menos no imaginário todas as pessoas eram iguais. Contradições são evidentes, como o fato do massacre dos povos indígenas e a convivência com a escravidão de negros não considerados merecedores de direitos.

A contradição também se apresenta na exclusão de mulheres e brancos pobres que não podiam votar, se apresenta na manutenção status quo pois na intenção de criar algo novo, o velho foi fortalecido, nesse caso o domínio dos homens ricos (grandes proprietários) e protestantes. Contudo, esses documentos não devem ser desprezados pois mesmo beneficiando um grupo específico, foi a partir do que estava escrito na Declaração de Independência e na Constituição que os grupos não beneficiados tiveram abertura para questionar e reivindicar os mesmos direitos para si.

Mesmo enquanto colônia, a América já era vista como um lugar de esperança e recomeço para muitos migrantes, a diversidade foi marcante nesse período de povoamento da região, por isso, durante o processo de criação de uma nação livre da Inglaterra, na Constituição são previstas medidas para assegurar a liberdade da diversidade, como a “quase absoluta liberdade de expressão, o direito de o cidadão comum portar armas, a necessidade de julgamentos abertos e com júri, proibição de penas cruéis e outras liberdades” (ibidem, p.142). Emendas do Bill of Rights também foram adicionadas, uma clara influência inglesa. Outra marca da diversidade é a presença de diferentes religiões, portanto, outra pauta em destaque foi a questão da liberdade religiosa.

Após a Revolução, com a abertura concedida pelos documentos oficiais que as lutas pela cidadania plena começaram. Algumas das principais conquistas foram a abolição da escravidão em alguns estados, a flexibilização das exigências para direito a voto (principalmente o fator renda) em alguns estados também, conquistando progressivamente o sufrágio masculino – branco, oficialmente no governo do presidente Andrew Jackson, entre os anos 1830 e 1840 (ibidem). A educação pública também foi conseguida alguns anos depois.

Algo que sempre acompanhou e impulsionou as revoluções foi o sistema capitalista. Na sociedade todos os setores se interrelacionam, é claro que o setor social sofre influência do econômico e o econômico sofre influência do político, cultural etc. No caso da primeira revolução moderna que abordamos, a Revolução Gloriosa inglesa, o capitalismo estava em seu momento nascente, a burguesia abrindo espaço político para se fazer atendida, estar a frente, dominando e exercendo poder na sociedade.

Fez valer os valores de trabalho árduo (ética protestante), mudou a forma de relação do ser humano com a natureza de subsistência para lucratividade, iniciou um movimento de educação baseada nas necessidades da classe (escrita, cálculo e comportamento) e criou a

escola. Já na América, o capitalismo estava em outro estágio, os valores que impulsionaram nesse momento foram o da liberdade atrelada ao sucesso material, da riqueza advinda pelo esforço pessoal, ou seja, o valor da meritocracia.

A crença de que qualquer pessoa que se esforçasse poderia enriquecer se tornou um enorme atrativo para os imigrantes, vindo de países sem tantas possibilidades de progressão. O individualismo iniciado com a ética protestante e o capitalismo, foi largamente ampliado com a meritocracia. A pobreza ou falta de sucesso era vista apenas como falta de vontade do próprio indivíduo.

Tocqueville, um historiador francês que visitou pessoalmente os Estados Unidos da América a fim de estudar e conhecer o sonho de liberdade concretizado de que tanto ouvira falar, observou que o individualismo exacerbado tornava mais difícil a vida em sociedade, “a possibilidade de enriquecer destruía os valores da convivência harmônica. Essa elite que tinha sido pobre agora queria, mais do que nunca, o bem-estar material” (ibidem, p.148)

Apresentando contradições, a cidadania americana fazia-se apenas para cidadãos internos (excluídos os indígenas e negros), ao mesmo tempo em que tinha a visão de “missão social” de espalhar suas “virtudes” pelo mundo inteiro, não concebia que os outros estivessem em condição de ter os mesmos direitos e exercer cidadania como eles. Numa relação com traço de autoritarismo entre a América do Norte e outras nações. O encanto de riqueza, liberdade e educação, no entanto, foi anunciado e influenciou outras nações, como por exemplo, a francesa.

O século XVIII é conhecido como o século dos direitos civis, ou direitos naturais. Isso se deve a vários acontecimentos históricos os quais estamos discorrendo, é importante olhar para cada evento sempre como resultado de uma construção. A Revolução Francesa ocorrida em 1789, por exemplo, tem raízes no liberalismo inglês, na revolução industrial, na influência americana, na influência dos iluministas, ou seja, nos eventos sociais daquele século e do anterior.

A contribuição da Primeira Revolução Industrial é muito curiosa; com a automatização dos processos, ou seja, a fabricação de objetos por máquinas – por tecnologia além do que se fazia com mãos humanas; os objetos puderam ser confeccionados em maior quantidade e em uma velocidade muito maior. Assim, acreditava-se que todos pudessem ter ao seu alcance objetos que facilitassem o cotidiano e trouxessem mais conforto. Que todos tivessem acesso a itens que até então eram de uso apenas da nobreza e alto clero (ODALIA, 2014).

Somente após a possibilidade de toda população ter acesso a bens materiais, à comodidade, que a sociedade pode colocar como meta a felicidade. Na revolução Americana já se via listada a felicidade como parceira da liberdade, e novamente, na França se vê registrado esse desejo de que todos sejam iguais em bens, em acessos, em conhecimento, em condições de existência, em felicidade.

Um fator que distingue a liberdade reivindicada pelos franceses, é justamente o caráter de universalidade. Por mais que os outros movimentos sociais do século XVIII entendessem o homem como um ser de direitos “naturais”, ou seja, que já nasce com direitos civis, estes eram exclusivos da sociedade que o reivindicava. A Revolução Francesa trouxe essa característica coletiva, todos os homens de qualquer lugar e de qualquer cor, todos são iguais e possuem direitos, sem exceção.

A expressão mais conhecida da reivindicação francesa pela igualdade foi o evento da Queda da Bastilha, acontecido em 14 de julho de 1789, data que se comemora a Revolução Francesa até hoje. Se tornou o símbolo da revolução pois representou o momento em que a força popular se sobrepôs ao domínio do rei, na bastilha ficavam presos os inimigos do monarca, sua invasão foi um ato direto de confrontação e recusa da soberania real. Resultou também de uma série de movimentos sociais pré-existentes.

O cenário anterior social francês anterior ao dia 14 de julho era o seguinte: a monarquia ao longo do tempo, havia dado abertura para a burguesia se inserir no setor político, o poder então estava dividido entre o Rei, os Estados Gerais e o Terceiro Estado. Os Estados Gerais era composto de alguns deputados e nobres (ricos e alto clero) que aconselhavam o rei em momentos pontuais; o Terceiro Estado era composto pelo restante da população, a burguesia em seus diferentes níveis e plebeus em geral (ibidem, 2014).

Ao perceber a fragilidade do seu reinado, observando a insatisfação popular demonstrada na tomada da bastilha, e com o Terceiro Estado se autodeclarando “Assembleia Nacional”; o rei Luís XVI decide convocar os Estados Gerais para uma assembleia, eles negociam impostos e outras questões de justiça, o rei cede a algumas medidas na tentativa de manter-se no poder. Sem sucesso, Luís XVI se vê obrigado pelas circunstâncias a convocar uma Assembleia Constituinte reunindo todas as categorias.

Antes da realização dessa assembleia Constituinte, porém, o Terceiro Estado lança em 26 de agosto a Declaração dos Direitos do Homem, com o apoio de nobres e membros do alto

clero. Essa Declaração é de extrema importância para as próximas cenas da história ocidental, reuniu nela um ideal de sociedade almejada, e mesmo sendo lançada um mês depois da queda da Bastilha, é um marco crucial na Revolução Francesa.

A Declaração dos Direitos do Homem tinha 17 artigos e um preâmbulo, as poucas páginas dessa declaração fizeram literalmente, nascer um novo homem, ou melhor, um novo ser humano. Seu primeiro artigo já garantia a cidadania para todos desde o nascimento, sobre isso Nilo Odalia (2014) pode nos elucidar

O artigo primeiro da Declaração estabelece que ‘os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos’, tais direitos são *naturais e imprescritíveis* e cabe a toda e qualquer associação política sua defesa e conservação. Esses direitos consistem na liberdade, no direito à propriedade, na segurança e na resistência à opressão. (2014, p. 167, grifo do autor)

E aqui percebemos a característica universalizante da Revolução Francesa. Outros aspectos importantes da Declaração foram: o de especificar o entendimento de liberdade como a possibilidade de fazer tudo que não prejudicasse os outros; o estabelecimento de deveres dos cidadãos; exaltação da lei acima dos direitos individuais; o direito da propriedade a todos; os cargos públicos acessíveis a qualquer cidadão e a instituição da função do Estado, tendo como objetivo principal assegurar os direitos civis aos seus cidadãos (idem, 2014).

A Revolução foi acompanhada de violência contra os que representavam o poder monárquico, muitas mortes aconteceram, o próprio rei foi guilhotinado. A guilhotina também se tornou um símbolo da revolução. Sem nenhum impedimento, as ideias da Declaração dos Direitos do Homem continuaram com sua força e abriram caminho para a sociedade sonhar com outras realidades.

A partir do pensamento de igualdade e liberdade universal, foi que a sociedade começou a pensar em ir além. Quem era igual? Somente os homens? Quem tinha direito à propriedade? Só quem já tinha propriedades? Se todos eram iguais, por que as condições de vida também não eram iguais?

Foi após a Revolução na França que surgiu o Socialismo, alguns alimentavam a ideia que seria uma última e definitiva revolução. O pensamento socialista iniciou-se primeiro com um grupo denominado “Iguais” que defendiam o fim da propriedade privada e o uso destas de

acordo com o interesse da sociedade, eram liderados pelo ex-jacobino Gracchus Babeuf. Porém, o grupo foi delatado e preso antes de qualquer revolução.

As ideias socialistas seguiram com Saint-Simon e Fourier, e outros franceses como Owen e Godwin, eles pensavam em redistribuição de propriedades de maneira a beneficiar a todos, criticavam os banqueiros e sonhavam com outra organização social diferente da capitalista. Godwin falava inclusive em extinguir o Estado, falava em anarquia.

Com a burguesia já no poder, o mercado se tornava cada vez mais o centro da vida social. Foi com os alemães Marx e Engels, no entanto, que o socialismo realmente tomou força, especialmente por conquistar nova classe social surgida com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII: o proletariado.

Por conta da complexidade e amadurecimento da teoria de Karl Marx, que formulou a partir da observação da situação dos operários e do próprio capitalismo no século XIX. Criou conceitos importantes como o de ideologia, práxis e luta de classes, além de incentivar ainda mais a movimentação das massas, criou também o comunismo. Marx e Engels escreveram o Manifesto Comunista, texto que repercutiu grandemente entre os grupos operários e movimentos revolucionários da época.

O que ficou do socialismo para a cidadania foi a abertura para participação das mulheres, a organização popular em associações que depois se transformaram em partidos, a formação de sindicatos e mais outras reivindicações que ampliavam a participação popular e a democracia. Alguns exemplos são, conforme Konder (2014):

Entre suas reivindicações, podemos lembrar: sufrágio universal, eleições diretas em âmbito nacional, estadual e municipal; participação popular nas decisões de política externa; democratização do aparelho judicial (com eleição dos magistrados); ensino básico gratuito e obrigatório para todos; liberdade de expressão e de organização; abolição da pena de morte; imposto incidindo sobre as rendas dos ricos; leis de proteção aos trabalhadores, assistência médica gratuita para a população, cobrindo inclusive gastos com os partos e os funerais; e revogação de todos os dispositivos legais que resultassem em discriminação contra as mulheres (KONDER, 2014, p. 185-186).

Aqui já percebemos petições de direitos políticos e alguns direitos sociais (como o acesso a saúde e educação públicas), essa citação específica se refere a reivindicação do Programa de Erfurt em 1891, anos após a morte de Marx, demonstrando tamanha influência do

seu pensamento e seus escritos, aliás, influência percebida facilmente ainda hoje, nos tempos ditos pós-modernos. Os socialistas marcaram efetivamente por ter uma visão de política para as massas, centrada na educação como promotora de cidadania, por fomentarem a participação feminina e é claro, contribuírem com as políticas e condições trabalhistas por meio da constituição de partidos e sindicatos.

Sintetizamos no quadro a seguir os principais eventos da história da cidadania na modernidade. Podemos perceber que cada avanço na liberdade e existência humana não veio sem muito esforço, muita luta, especialmente das classes desfavorecidas, portanto, representam conquistas e não benesses. Ressaltamos também que muitos dos direitos conquistados eram relegados a grupos restritos, na América por exemplo, ao mesmo tempo em que a liberdade era garantida existia a escravidão dos negros e a perseguição aos indígenas. Assim, valorizamos o avanço sem deixar de reconhecer suas limitações.

Figura 3: Linha do Tempo História da Cidadania – Modernidade



Fonte: Elaborado pela autora.

É perceptível nesse quadro elencados alguns dos direitos que consideramos como sociais, como por exemplo a Educação Pública e as questões trabalhistas. Isso se deve a dinâmica da História, que escapa a lógica da fragmentação e isolamento entre as três categorias de direito privilegiadas aqui. Contudo, é possível perceber uma tendência geral, uma predominância, concentração de um grupo específico de direitos em cada século.

Na verdade, foi Marshal (1967) quem fez essa análise e agrupou nos séculos XVIII, XIX e XX as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais. Ele considera toda a história anterior a esses séculos, mas argumenta que a cidadania de que fala é nos moldes modernos, uma cidadania já universal e relacionada ao contexto de nação. Nos momentos históricos que precedem a modernidade, a cidadania era entendida como um status, para determinar quem pertencia a cidade, quem era cidadão (e humano) e quem não era, portanto, a cidadania era excludente. Já na cidadania moderna a intenção é que os direitos sejam universais.

Além desse argumento, Marshal também explica que na antiguidade e Idade Média existiram exemplos de cidades (comunidades) que tinham um regime de cidadania plena, mas eram específicas de determinado local e não universais, como a cidadania moderna. Ele desenvolve a ideia de que nesses casos, as três categorias (civil, político e social) eram unificadas na cidadania antiga coexistiam de maneira articulada, sem diferenciação; foi a partir do tecnicismo criado ao longo do tempo que houve um distanciamento entre elas, e o distanciamento entre a cidadania e os cidadãos que agora precisariam de especialistas que os ensinassem a exercer e reivindicar direitos.

Para ele, a aproximação entre os três grupos começou a acontecer a partir da modernidade e por isso “enquadra” os direitos civis, políticos e sociais nos séculos subsequentes. Não quer dizer que desconsidere o caminho da cidadania na história ocidental, quer dizer que ele considera os movimentos dos séculos XVIII, XIX e XX um retorno a essa unificação e integralidade do que compõe a cidadania. Em suas próprias palavras,

Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem destorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos. (MARSHAL, 1967, p.66).

Esta ordem posta sinaliza uma progressão histórica, o desencadear de uma sequência. A conquista da liberdade, dos direitos civis levou a aquisição da liberdade política e inserção das classes baixas cada vez mais na esfera estruturante da sociedade, o que abriu margem para a

organização política de grupos, minorias, para reivindicar direitos sociais. Em particular, a conexão entre os direitos políticos e sociais nos interessa mais.

Marshal estudou a cidadania no contexto britânico e sinaliza que a política de educação gratuita expandida na Inglaterra no século XIX, foi necessariamente o que oportunizou as lutas em favor dos direitos sociais no século XX, a Educação teve relação direta no exercício da cidadania inglesa, o acesso à Educação é indispensável na formação de um cidadão, como veremos mais adiante.

Retornando os direitos sociais, temos que considerar a dinamicidade da História. É claro que os movimentos listados até aqui não tiveram o mesmo impacto em todas as nações do globo, não representam necessariamente uma linearidade. Percebe-se ainda que tais revoluções sociais se concentram na história da Europa e América do Norte, aparentemente ideias que influenciaram as outras nações. No caso, por exemplo, dos países colonizados, foi imposta a organização Estatal que mais tarde munuiu os trabalhadores, recém-libertos, os sem-terra, de argumentos para reivindicar seus próprios direitos.

Ao pensar em direitos sociais, pensemos também na articulação entre o setor econômico e o político. Como vimos, a primeira Revolução Industrial no século XVIII criou uma nova classe social: o proletariado. Esta, a partir das ideias da Revolução Francesa e do Socialismo/Marxismo, passou a lutar por direitos políticos e trabalhistas no século XIX. A classe percebeu que a mudança nas condições de trabalho, viriam a partir da seguridade política, através das legislações. Ou seja, a conquista de um direito social (leis trabalhistas) passou pela articulação desses dois fatores.

Esse movimento entre política e economia perpetuou, na verdade a maior parte das mobilizações do século XIX e XX que levaram a conquistas concretas de direitos sociais, foram impulsionadas pela questão “trabalho”. A partir do momento em que a sociedade ocidental se organiza em torno do trabalho e do lucro, portanto, o capitalismo como lógica vigente – fim do renascimento, início da modernidade – o trabalho assalariado passa a ser um fator indispensável para a sobrevivência. A sua garantia, um direito social.

Algo que demorou a chegar, pois no início do capitalismo o desemprego era visto apenas como falta de iniciativa dos indivíduos, nos Estados Unidos imperava a lógica da meritocracia e na Europa a visão da má vontade, preguiça ou displicência. Na Inglaterra, havia lei proibindo a mendicância e “vagabundagem”, no século XVII a rainha Elisabeth I baixou a

famosa “Lei dos Pobres” que destinava às paróquias a responsabilidade pelos pobres de sua membresia e a criação de meios de trabalho para os que não tinham (SINGER, 2014).

Já no século XVIII foram implantadas as “Workhouse” ou Casas de Trabalho, lugares em que os mendigos eram “internados” e postos para trabalhar. Na França um modelo similar surgiu, o chamado “Hospital Geral”, internava também doentes, crianças abandonadas, idosos, loucos, pessoas que não podiam trabalhar em geral.

Após as Revoluções da Inglaterra, França e América, o cenário começou a mudar. A Constituição Francesa escrita em 1791 previa assistência aos pobres, a promoção de trabalho, e a “Instrução Pública” gratuita; alguns anos depois, em 1793 em meio a uma Convenção foi aprovada uma lei determinando impostos para os mais ricos, com a finalidade de cobrir custos das guerras, a restituição de terras, leis sobre heranças para dividir a riqueza e o “socorro público”, uma medida de saúde pública. Apesar dos esforços da Comuna, tais medidas não foram implementadas, ainda assim, essa Constituição configura um marco para a democracia e para cidadania (ibidem, 2014).

Na mesma época na Inglaterra havia a figura de Tom Paine, envolvido nas revoluções da época, tinha ampla formação política, escrevia panfletos para atingir as camadas populares com suas ideias. Uma de suas ideias era estabelecer um sistema tributário redistributivo e garantir o direito ao trabalho. Ainda que houvesse a movimentação intelectual, as primeiras conquistas sociais na Inglaterra foram as Leis Fabris, colocada em voga pelos industriais, no início do século XIX.

Recheado de conflitos entre os sindicatos trabalhistas e os empregadores, o século XIX foi um tempo de avanços nas legislações trabalhistas, após a primeira lei fabril aprovada, sucederam outras com ampliações. O direito a organização operária, o direito a greve, redução da jornada diária, fixação de idade mínima, proibição do trabalho infantil, alguma proteção para as mulheres (como a proibição de trabalhar em minas no turno noturno), podem ser citados como exemplos. Tudo isso é claro, conquistado em um longo caminho de luta de classes. Singer (2014, p.233) discorre sobre a influência das ideias marxistas para a formação das lutas proletárias e consequente conquista de direitos.

Como Marx previu, as fileiras do proletariado foram aumentando gradativamente, pela contínua expansão do capitalismo, até abrangerem a grande maioria da População Economicamente Ativa dos países da Europa e mais tarde dos outros continentes. Com a expansão de sua base social, os partidos socialistas, os sindicatos operários e as cooperativas passaram a ter cada vez mais apoio em suas lutas pelos direitos sociais. E, como veremos, as conquistas de direitos cada vez maiores modificaram a vida social no capitalismo, à medida que o Estado foi se transformando em agente, como disse Marx, da classe trabalhadora (SINGER, 2014, p. 233).

O “problema” do trabalho era que o Estado precisaria se reconhecer como responsável por promover o direito ao trabalho, seria o chamado Estado de bem-estar social, o que veio acontecer de fato somente no século XX. Até então o Estado era considerado liberal e não podia interferir nas relações do mercado e nem na liberdade dos indivíduos, essa justificativa era muito utilizada por parte dos empregadores e do próprio Estado.

O evento histórico que acelerou os movimentos em busca dos direitos sociais foi a Grande Guerra, em especial a primeira em 1914. Os países que vivenciaram a I Guerra Mundial se encontraram durante e após a guerra em um cenário de muita miséria e escassez, em especial a maior parte da população que não tinha recursos para subsistência. Além do desemprego, em alta pois os soldados que retornaram da guerra não tinham onde se realocar. Diante disso, as manifestações do povo tomaram força e cobraram do Estado uma intervenção.

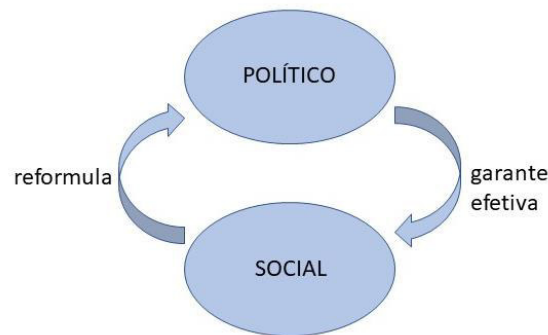
É ainda antes da Guerra que nasce o Estado de bem-estar social, em 1911, com a legislação da Grã-Bretanha (ibidem,2014). Prevendo seguro-desemprego, seguro contra enfermidade, proteção a mulheres, escolares e idosos. Bem como a Alemanha, que há 25 anos já havia lançado bases nesse sentido. A partir desse ato pioneiro, outros países passaram a seguir os mesmos passos, e uma demonstração desse posicionamento foi destinar uma porcentagem do PIB para fins de promoção da seguridade social. Os primeiros países a adotar esse sistema foram os países europeus, a Nova Zelândia, Áustria, países baixos e Estados Unidos. Implantados em cada país de maneira particular.

O Estado de bem-estar tem como premissa o bem-estar dos cidadãos, sendo assim, pode intervir quando necessário mesmo no mercado para abrir possibilidades aos indivíduos. Observando a Alemanha e Grã-Bretanha, apoiado nas ideias do economista Maynard Keynes os Estados Unidos decide agir na Grande Depressão em 1930, elevando o gasto público e

aumentando a oferta de crédito. Inaugurando o Estado de bem-estar social em seu território e contribuindo para sua expansão.

Nessa concepção, o Estado tem como principal função promover o bem-estar de seus cidadãos e garantir que tenham acesso aos meios de subsistência para uma vida plena. Ele nasce dos movimentos sociais da classe trabalhadora, proletarizada, permanece beneficiando a todos, mas em especial as classes menos favorecidas.

Figura 4: Representação interrelação entre séculos XIX e XX



Fonte: Formulado pela autora.

No esquema acima tenta-se exemplificar o entrelaçamento entre os séculos XIX e XX sinalizado por Marshal, como as transformações sociais aconteceram, por meio de uma troca constante entre as duas esferas. Foi a articulação entre a esfera dos direitos políticos (em destaque no século XIX) e a esfera dos direitos sociais (em destaque no século XX) que levou a formação do Estado de bem-estar social, permeados pelas necessidades econômicas do contexto.

A garantia da legislação e sua implementação pelo Estado, corresponderam a conquistas de direitos políticos; enquanto a legislação foi repensada e reescrita de acordo com as mobilizações e reivindicações da população. Num movimento cíclico e interdependente entre setor político e social. Por isso os dois séculos não podem ser separados em blocos enrijecidos determinados exclusivamente para os direitos políticos (XIX) ou sociais (XX), mas precisam ser vistos com essa fluidez e dinâmica.

Depois da I Guerra Mundial, em 1919 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada com o objetivo de manter a paz mundial; negociar e expandir direitos sociais nos países que compactuassem e se filiassem à Organização. Nas diversas conferências muito foi feito em favor dos trabalhadores³; mas não se pode perder de vista a terceira razão pela qual a OIT havia sido criada.

O terceiro objetivo da OIT era gerar um alinhamento entre todas (ou a maioria) das nações, garantindo que se comprometessem em efetivar os direitos sociais. Porque ao garantir melhores condições para a classe trabalhadora, os empresários desembolsam mais de seus recursos e por isso encarecem os meios de produção, pois o custo dos benefícios é embutido no valor final do produto; se alguma das potências econômicas decidisse agir na direção contrária, no fim da cadeia seu produto seria mais barato e representaria um perigo à concorrência.

A Segunda Guerra Mundial provocou novamente os efeitos de decadência e grande necessidade nas camadas populares dos países envolvidos, mais uma vez o anseio por bem-estar foi demandado e um documento culminando a expressão de todo o evento foi escrito: a Declaração da Filadelfia. O resultado dessas políticas efetivadas foi surpreendente, tão positivo que esses anos ficaram registrados na história como “os trinta anos de ouro”, entre 1950 e 1980 (ibidem, 2014).

O tempo histórico a partir da segunda metade do século XX já é denominado de pós-modernidade ou modernidade tardia, mais especificamente a partir da década de 1960, com a formação de grupos pouco representados politicamente (negros, indígenas, sem terras, antiarmas, feministas, diversas identidades de gênero, LGBTQIA+). No campo econômico também há uma alteração importante a ser pontuada, de acordo com Singer (2014), é com a ascensão de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1979 e 1980 respectivamente, que um liberalismo renovado começa a ser implantado, um neoliberalismo.

Este modo de organização trouxe retrocessos à cidadania, deixando as pessoas novamente a própria sorte, considerando o desemprego como má vontade ou preguiça, retornando em pensamento ao século XVII- XVIII. Sobre o neoliberalismo, Singer (2014, p.254) discorre:

³ Jornada de trabalho de 8 horas diárias; questão do desemprego; proteção à maternidade; idade mínima; trabalho noturno; liberdade de associação.

O neoliberalismo é umbilicalmente contrário ao estado de bem-estar, porque seus valores individualistas são incompatíveis com a própria noção de direitos sociais, ou seja, direitos que não são do homem como cidadão, mas de categorias sociais, e que se destinam a desfazer o veredicto dos mercados, amparando os perdedores com recursos públicos, captados em grande medida por impostos que gravam os ganhadores (SINGER, 2014, p.254).

A sociedade voltou a se organizar em associações, cooperativas e organizações não-governamentais (ONGs) como alternativa para mobilização social e reivindicação de direitos. Esse é o desafio da cidadania na atualidade, o neoliberalismo não erradicou os direitos já existentes, mas impediu de conquistar novos (SINGER, 2014); a população vive como que num cabo de guerra, organizando-se a todo instante para garantir novos direitos, preservar os vigentes e reconstruir o Estado de bem-estar, do outro lado o liberalismo, querendo a não intervenção do Estado e soberania do mercado.

1.3 Cidadania no Brasil

Entendendo “cidadania” como um termo ocidental, importado para o Brasil a partir de 1808 com a chegada da Corte Portuguesa à sua então colônia, já podemos prever que muitos aspectos de sua instituição ocorreram de maneira diferente da inglesa. Se julgarmos pelos parâmetros atuais, não houve nenhuma cidadania no Brasil por um longo período, e até hoje pode se considerar que ela seja negada para uma parcela da população.

Quem nos ajudará nessa empreitada, será o historiador José Murilo de Carvalho (2013), fazendo agora uma linha do tempo da cidadania em nosso país. Partindo do início, lembremos que o Brasil era vastamente habitado por povos originários em toda sua extensão, até que em 1500 ele foi invadido por portugueses e iniciou-se um grande período de extrativismo das riquezas naturais e exploração da mão de obra escrava indígena e negra.

Pensamos ser importante pontuar esse fato, pois a História do Brasil não começa com a escravidão e nem com a dominação europeia, existia diversidade de culturas, hábitos, sociedades, mitologias, tecnologias etc. que já eram cultivadas nessas terras anteriormente. A academia está atenta e avança cada vez mais no registro dessa História.

Muitos são os eventos históricos brasileiros, em geral divididos em quatro grandes períodos: pré-colonial (até 1530), colonial (até 1822), imperial (até 1889) e republicano (a partir de 1889). Sem intencionar demarcá-los e descrevê-los, falaremos sobre eventos pontuais importantes para as conquistas cidadãs.

Tendo em vista o tripé da cidadania – direitos civis, políticos e sociais; podemos inferir que durante o período colonial não havia garantia nem sequer menção de nenhum destes. Também pelo fato de não se ter instituído um Estado-nação, fator estruturante da cidadania. Sendo assim, em termos teóricos, se pode afirmar, que não havia cidadania no Brasil. O próprio Carvalho (2013) inicia sua obra considerando 1822 como ponto de partida, ano da Independência do Brasil.

Sinaliza também que no Brasil a sequência descrita por Marshall (1967) é invertida, a primeira garantia sólida foi do grupo dos direitos sociais, seguido dos direitos políticos e por último dos direitos civis. Esta diferenciação se dá por conta do contexto social-histórico específico, de uma população extremamente privada de educação, massacrada pela escravidão e violência. O que leva ao segundo argumento, a diferenciação da cidadania também pode ser percebida pela maneira em que o Estado foi implantado, em nosso caso, resultado de negociações entre elites sem contar com a participação popular; porém, com a ressalva de que Marshall se baseou na história da Inglaterra, sendo assim significa apenas um caminho para a cidadania, outros caminhos também são possíveis (CARVALHO, 2013).

Do período colonial destaca-se o quanto foi prejudicial à construção de uma cidadania brasileira, primeiro pela natureza comercial da colonização que determinou o tipo de relação exploratória, a formação de “grandes proprietários” e grande acumulação de capital. Segundo pela escravidão, “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão”, para José de Carvalho (ibidem, p.19).

Pois no cenário de uma sociedade formada em sua maioria esmagadora por escravos considerados não humanos e de outro lado seus opressores, não havia espaço para existência de direitos, nem mesmo os naturais, como o direito à vida; menor ainda eram as chances de haver espaço para a educação. Mesmo havendo uma parte da população que fosse considerada livre, não era do interesse de ninguém munir o povo de ferramentas para o exercício da cidadania.

Inclusive as pessoas consideradas livres dependiam muito da ligação com as grandes propriedades para garantirem sua subsistência, daí percebe-se o grande poder que era

concentrado nos donos dessas propriedades. Nesse período, as movimentações sociais foram poucas, houve revoltas escravas (Palmares a mais conhecida) e revoltas políticas, estas em especial ocorridas no século XVIII.

São elas, a Inconfidência Mineira (1789 – inspirada nos ideais iluministas), a Revolta dos Alfaiates (1798) e a revolta Pernambucana (1817). Elas foram lideradas por categorias elitizadas como militares, fazendeiros e padres; com exceção da Revolta dos Alfaiates, que contou com a participação de camadas mais baixas (militares de baixa patente, artesãos e escravos), e lutava contra a escravidão. A revolta Pernambucana também foi importante por despertar no pensamento social as primeiras ideias de direitos sociais e políticos, seus líderes proclamaram uma república independente e geriram a capitania por dois meses desligados da coroa (ibidem, 2013).

Em 1822, sob influência francesa e norte americana, o Brasil se torna independente e inicia um novo momento de sua história, o imperialismo. A independência não provocou muitos efeitos sobre a cidadania, a conquista mais significativa desse período foi a abolição da escravidão em 1888; contudo, com a Constituição de 1824 foi introduzido algo muito importante para participação social: o voto.

Dentro dos critérios estabelecidos pela Constituição, podiam votar homens a partir de 25 anos e com renda mínima de 100 mil-réis, mulheres e escravos eram excluídos, Carvalho (2013) afirma que essa legislação era liberal em comparação com outras da mesma época, a exigência da renda era mínima e pessoas sem alfabetização poderiam votar. Em um sistema diferente de eleições indiretas realizada em dois turnos.

As eleições e a população eram ainda imaturas, sem muito entendimento sobre governo representativo, muitos desvios aconteceram nesse processo histórico de aprendizagem. Sem muitas ferramentas para controle ou fiscalização, não se garantia a veracidade do processo e muitos resultados eram manipulados. Situações por vezes cômicas, outras vezes perigosas demonstram que o voto era ligado a dependência dos mais pobres em relação aos proprietários rurais; e a negociação do voto era pautada no medo ou na “gratidão e lealdade” por alguma “gentileza” recebida.

Nesse contexto o voto também era mercadoria, vendido a quem pagasse mais. Uma movimentação foi feita para baratear os custos das eleições para os proprietários, pois nos moldes estabelecidos o número de votantes era alto, o que significava desembolso de recursos

para oferecer “benesses” e garantir os votos. Além da negociação com os eleitores, havia personagens como o “cabalista”⁴ e o “fósforo” que também precisavam ser pagos.

As medidas foram tomadas em 1881, com aprovação de lei que estipulava novos requisitos para o voto, as eleições passaram a ser diretas e realizada em um único turno, a renda mínima subiu para 200 mil-réis, o voto passou a ser facultativo e principalmente, o voto dos analfabetos passou a ser proibido. Esse foi o principal fator excludente, já que somente 15% da população era alfabetizada. O número de 1 milhão de votantes em 1872, caiu para 100 mil em 1886 (ibidem, 2013).

Apesar das limitações, o exercício das eleições foi de suma importância para um amadurecimento que só aconteceria com o tempo e com a prática social, o afastamento das classes baixas não ajuda nesse aprendizado, pelo contrário, o atrasa. Mesmo nas situações em que o voto era vendido ou barganhado, percebe-se uma lógica de favorecimento do próprio eleitor, utilizando o voto como ferramenta, naquele sistema sem nenhum espaço de fala, para melhoria de sua condição de vida. Portanto, não se vendia por desvalorização do voto, mas por reconhecê-lo como um dos únicos meios para conquistas (ibidem, 2013).

Outro movimento ocorrido no mesmo período histórico, que atuou fortemente na direção da construção de uma cidadania ativa, foi o movimento abolicionista. Por seu caráter nacional, por envolver pessoas de várias classes sociais e por reivindicar um dos direitos civis mais básicos: a liberdade; o movimento foi um exercício de cidadania, concentrado nas cidades, mas que causou grande impacto. Da insatisfação popular resultou um grande movimento político que forçou a as autoridades a concederem a Abolição da Escravatura em 1888, por força de lei.

O povo estava acostumando-se a manifestar-se e encontrou meios para isso, podemos citar ainda outras rebeliões regionais que confirmam esse pensamento: a revolta dos Cabanos (1832) em Pernambuco e Alagoas; a revolta da Balaiada (1838) no Maranhão; a mais violenta delas, a revolta da Cabanagem no Pará (1835) e a revolta dos escravos malês (1835) em Salvador. Algumas lutavam contra o Império português em um certo ressentimento do regime colonial, outras lutavam pela Liberdade. Percebemos que as pessoas observavam as injustiças

⁴ Cabalista era uma pessoa responsável por reunir o maior número de votantes para um proprietário rural, ele negociava e acompanhava o grupo no dia das eleições. O fósforo era um personagem pago para se passar por outra pessoa e votar várias vezes, como não havia mecanismo de comprovação de identidade confiáveis, a argumentação era a comprovação da identidade.

e se posicionavam contra elas, tinham valores e crenças os quais defendiam até a morte se fosse necessário (ibidem, 2013).

Ainda no Império, houve num segundo momento, reivindicações de uma natureza diferente, após 1850 a população protestou contra a implantação de reformas, reagiu contra a lei do recrutamento militar em 1874, contra o novo sistema de pesos e medidas que devia entrar em vigor em 1872, entre outras leis. A mudança na característica das intervenções também está atrelada a mudança na organização política que se alterou no Segundo Reinado.

Conforme Carvalho (2013), a guerra do Paraguai (1865 a 1870) também foi um evento importante para a cidadania, pois, segundo ele foi crucial na construção de uma identidade nacional, o sentimento de nação criado a partir da experiência da guerra. A ideia de pertencimento a uma nação, leva ao pensamento de unidade, reúne os indivíduos em torno da defesa de sua terra, Estado e povo. A paixão cívica foi representada desde a cultura mais elitizada, em obras de arte e na criação de heróis militares, até a cultura mais popular em poesias e canções. A bandeira e o hino nacional foram valorizados de maneira singular na História.

Em 1889 acontece a Proclamação da República, a implementação da federação inspirada no modelo dos Estados Unidos. Apesar da nova organização política, os critérios eleitorais foram mantidos aos moldes de 1881, muitos equívocos guiaram à decisão de privação da participação popular; vimos até aqui que os direitos políticos foram os primeiros a desapontar no solo brasileiro, e emergiram a passos muito lentos. Ao ingressar nessa nova fase, alguns desafios precisavam ser enfrentados, Carvalho (2013) sintetiza:

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes (2013, p. 45).

Esse Estado nascia sobre as bases da escravidão e do poderio dos grandes proprietários de terras quem em sua maioria, também eram proprietários dos escravos antes de 1888. Os recém-libertos não contaram com nenhuma assistência do Estado, ficaram à mercê da própria sorte e boa vontade de seus antigos patrões, sem educação, terras ou empregos, muitos retornaram as fazendas para trabalhar em troca de salários baixos, nos serviços mais braçais e precários. Outros foram para as cidades, ficando sem trabalho, vivendo em condições de

miséria. A população negra precisou desenvolver outras estratégias para sua ascensão, o esporte, a música e dança, são exemplos.

O período que ficou conhecido como Primeira República, compreende os anos de 1889 a 1930, nesse momento o Brasil era predominantemente, rural e as elites concentravam-se na região de São Paulo e Minas Gerais, por conta das grandes plantações de café e da mineração. Com a chegada da federação, a estratégia de descentralização do poder foi adotada, pensada para fins de aproximação maior com os cidadãos do novo Estado, se concretizou de maneira diferente, fortaleceu oligarquias locais e o coronelismo.

A relação política entre a comunidade e os coronéis se dava na mesma base do medo e da lealdade, dificultando a cidadania ativa. O poder dos coronéis era aliado aos proprietários, e na prática era considerado acima da lei, os cidadãos eram seus súditos do coronel, o Estado não intervia diretamente em favor do cidadão, mas prezava pelo apoio político do coronel, fazendo acordos que o beneficiasse politicamente.

O coronel também indicava pessoas para cargos importantes, o que lhe dava poder de barganha com o governador e oligarquia econômica; já com os “súditos” barganhava pelo voto oferecendo menos (alimentos, favores, segurança), ou o impunha pela violência. Sobre esse domínio, Carvalho (2013) corrobora

A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça. O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. Seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos ou ficavam simplesmente sujeitos aos rigores da lei. Os dependentes dos coronéis não tinham outra alternativa senão colocar-se sob sua proteção (2013, p. 57).

Assim, inferimos que no início da Primeira República a cidadania estava relegada ao paternalismo da relação coronelista, da troca de favores se fazia a política. Esse fenômeno foi maléfico ao desenvolvimento da cidadania no país pois impedia seu exercício, impedia a livre manifestação e organização popular, impedia a criação de uma consciência crítica para escolher representantes. Impediu a garantia da segurança e integridade física das pessoas. O paternalismo criou dependência, cidadania requer autonomia.

A urbanização trouxe consigo a industrialização. Os principais centros urbanos e industriais eram Rio de Janeiro e São Paulo, a urbanização ainda era pequena no país inteiro e concentrou nessa região por receberem grande número de imigrantes estrangeiros, que passaram a trabalhar na indústria, fato que contribuiu, no olhar de José Murilo de Carvalho (2013), para a formação do movimento operário e para as primeiras greves da classe.

Em 1903 foram reconhecidos os sindicatos rurais como representantes dos operários e em 1907 os sindicatos urbanos. Os direitos cobrados pelos operários e as conquistas advindas a partir e suas lutas, foram um grande avanço na história que aqui delineamos. O movimento lutava por melhorias nas condições de trabalho, ou seja, a garantia de direitos trabalhistas, mas também lutava por direitos políticos e civis quando exigia o direito de organizar-se, manifestar-se e fazer greves.

Os operários se reuniam em congressos e o movimento tomou força, em 1917 organizaram uma greve geral. As inspirações do movimento eram socialistas, comunistas e até anarquistas, havia adeptos para cada um desses segmentos, todos reunidos sob o movimento maior dos operários. A coexistência dos pontos de vistas diferentes trouxe alguns conflitos no momento de definir as ambições no campo político, porém, aparentemente foram contornadas.

Em 1919 foi estabelecida lei que responsabilizava os patrões pelos acidentes no ambiente de trabalho; em 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, mas ficou inativo; no mesmo ano foi criada uma Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários e se expandiu para outros setores industriais, até o fim da Primeira República havia 47 caixas (ibidem, 2013); 1926 uma lei concedia o direito de férias e 1927 outra lei regulamentava o trabalho de menores; estas duas últimas, no entanto, não foram efetivadas.

Na análise de Carvalho, até 1930 a cidadania estava em “negativo”, pois não havia sentimento de nação estabelecido nem organização política do povo, as vivências no sentido de manifestações populares foram regionais e partiam do lugar de reação a medidas implantadas. Não havia sistema da federação que assegurasse a participação efetiva do povo no futuro do país. O povo assistia aos acontecimentos “curioso, desconfiado, temeroso”, faltava reivindicar seu lugar de protagonismo (ibidem, 2013, p.83).

Os militares tinham peso e influência nas decisões da vida política brasileira. Em 1930, em aliança com as elites de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e em discordância sobre o presidente eleito; os militares depuseram o presidente Washington Luís e colocaram em seu

lugar Getúlio Vargas. O que veio a partir desse dia foi uma série de leis sociais e políticas que significaram avanço singular e tornaram o ano de 1930 um marco na história da cidadania.

A largada começou com os direitos políticos, após a Revolta Paulista mudanças aconteceram na legislação eleitoral, foi instituído o voto secreto, criada a Justiça Eleitoral para que fossem profissionais a acompanhar o processo e apurar os votos, as mulheres foi permitido votar, também foi criado um mecanismo chamado “representação classista”, por ele os deputados seriam eleitos pelos votos de representantes dos sindicatos. Em 1923 essa regra já regia os processos eleitorais.

Havia dois movimentos políticos antagônicos, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) à esquerda, ligado ao partido comunista e à Terceira Internacional. O outro a direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de traços fascistas. Ambos tiveram alcance nacional e mobilizaram a sociedade, apesar da divergência de ideias contribuíram para a construção da identidade nacional, uma vez que reforçavam o fortalecimento do governo central, sobrepondo o interesse do país sobre o regional.

A defesa da centralização do poder tinha a ver com o repúdio ao poder exercido pelas oligarquias locais, ambos eram formados por pessoas da classe média, camada que mais sofria com as oligarquias. Os dois movimentos também defendiam um Estado intervencionista. Os líderes da ANL julgaram ter força para organizar uma revolta, acontecida em 1935, mas ao contrário de suas expectativas, não houve tanto envolvimento popular e revolta foi reprimida rapidamente. O governo criou um Tribunal de Segurança Nacional, assim a ANL foi desfeita e seus membros perseguidos (ibidem, 2013).

Acontecidas as duas revoltas (1932 e 1935), despertou-se entre os militares conservadores, a ideia de luta contra o comunismo. À sombra do cenário mundial e também crenças que o papel do Exército era de “tutelar” sobre a nação, que foi organizado o golpe de 1937 e estabelecido o Estado Novo mantendo Getúlio Vargas no poder até 1945.

Vargas conseguiu o apoio dos militares por defender um plano de modernização e industrialização nacional, o crescimento econômico aliado ao nacionalismo. No Estado Novo foi criado o Conselho Nacional de Petróleo, o que possibilitou o domínio do comércio do petróleo; a Grande Depressão norte americana, afetou a economia brasileira baseada na exportação, assim, a economia interna passou a ser fortalecida, Vargas facilitou a integração

entre os empresários nacionais e ampliou a industrialização brasileira, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ainda em 1930.

Nesse período houve um grande avanço na legislação trabalhista, em 1932 foi estabelecida a jornada de 8 horas de trabalho, regulamentado o trabalho feminino e de menores de idade, criada a carteira de trabalho e o documento de identidade do trabalhador; em 1934 o direito a férias; em 1940 o salário mínimo foi implantado; em 1941 a Justiça do Trabalho iniciou seu funcionamento e em 1943, culminando esse caminho e reunindo todas as medidas em um único documento, lançou-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que com algumas alterações, rege as relações trabalhistas até hoje (ibidem, 2013).

Outro avanço se deu na previdência, em 1933 foi criado o primeiro Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, que se expandiu para outras categorias de trabalhadores urbanos. Os fundos eram alimentados pelo governo, patrões e trabalhadores. Sua limitação era que não abrangia o grupo dos autônomos, trabalhadores domésticos e trabalhadores rurais.

Por outro lado, o regime era autoritário, não havia povo nas ruas manifestando, pois, a repressão era garantida pelas forças armadas. As legislações eram estabelecidas por decretos, havia censura na imprensa e os sindicatos passaram a ser vinculados ao governo federal. Os direitos sociais foram concedidos em detrimento dos direitos civis e políticos.

Vargas foi deposto em 1945, mesmo com o regime ditatorial, sua imagem perante a população pareceu positiva. Perto do fim de seu governo, falava em comícios diretamente aos trabalhadores e difundia também pela rádio as conquistas trabalhistas realizadas em seu comando. Com o título de “pai dos pobres”, ele foi o exemplo do poder do populismo, apesar com as restrições à liberdade e à participação política, ele foi eleito facilmente em 1950.

Após a retirada de Getúlio Vargas foram realizadas novas eleições, e o presidente eleito Eurico Gaspar Dutra, assumiu no ano seguinte, 1946. De acordo com Carvalho (2013), nesse momento houve a primeira experiência democrática de fato, no Brasil. A Constituição de 1946 devolveu aos brasileiros o direito de liberdade de imprensa e organização política, partidos políticos passaram a funcionar. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seu antagonista União Democrática Nacional (UDN), são exemplos.

A Constituição de 1946 também trouxe novos parâmetros para o voto, foi ampliado para quase todos, homens ou mulheres com mais de 18 anos podiam votar, mas ainda permaneciam

de fora os analfabetos. O voto era direto, secreto e obrigatório, mas excluir os analfabetos foi novamente prejudicial, 57% da população era analfabeta. Os soldados também foram excluídos do eleitorado. Foi criado o Tribunal Superior Eleitoral em Brasília e tribunais regionais nos estados (CARVALHO, 2013).

O debate em torno do monopólio do petróleo foi algo que mobilizou a nação, em vários extratos, estudantes, sindicalistas e militares fizeram manifestações e comícios. Guiados por um posicionamento nacionalista, os manifestantes lutavam contra a presença de empresas estrangeiras. Conseguiram êxito em 1953 com a aprovação da lei e criação da Petrobrás, no governo de Vargas que já havido sido eleito legal e popularmente.

Em seguida foi eleito presidente da república Juscelino Kubitschek e João Goulart como vice-presidente, em 1955. Fez um governo desenvolvimentista, que investiu bastante em infraestrutura, indústria, parcerias com multinacionais; criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) vinculado ao Ministério da Educação, além de construir e transferir a capital do país da cidade do Rio de Janeiro para Brasília.

Kubitschek soube contornar os conflitos com os nacionalistas radicais e terminou seu mandato com louvor, nas eleições de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente e João Goulart novamente como vice. Curioso é que os dois candidatos representavam e eram apoiados por partidos adversários, quando Jânio Quadros que se localizava mais a direita, renunciou 7 meses depois de assumir, as lideranças militares não queriam aceitar a substituição do cargo por João Goulart.

A resistência dos ministros militares reflete a luta presente no cenário mundial, do capitalismo versus comunismo, para eles Goulart representava a possibilidade de um Brasil Comunista. Para amenizar a crise política o Congresso decidiu estabelecer um regime parlamentarista, até o plebiscito de 1963 que restaurou o presidencialismo e devolveu a João Goulart os plenos poderes presidenciais. A partir daí a oposição passou a se organizar para lutar pelo “anticomunismo”.

Um avanço se deu para os trabalhadores rurais, a organização das Ligas Camponesas que já acontecia desde 1955 nas regiões rurais, cresceu e ganhou visibilidade na política nacional, as Ligas Camponesas recebiam recursos de Cuba, os Estados Unidos também se envolveram e enviaram pessoal para o Nordeste. Em 1963 o governo lançou o Estatuto do

Trabalhador Rural, garantindo legislação ao grupo dos trabalhadores rurais, o Estatuto também respaldou os sindicatos rurais, o que desfez progressivamente as Ligas Camponesas.

Esse período foi rico em greves e manifestações públicas, de ambos os lados. O próprio plebiscito para decidir pelo parlamentarismo ou presidencialismo foi realizado após greves dos trabalhadores, os estudantes universitários passaram a se mobilizar. O trabalho da Ação popular da Igreja Católica também contribuiu para a politização nas regiões e classes mais pobres do país, programas como o Movimento de Educação de Base e organizações como a Juventude Universitária Católica, foram fomentados nesse momento.

Porém, o medo do comunismo que era visto especialmente, pela categoria militar, como potencial no governo federal vigente, levou ao Golpe Militar em 31 de março de 1964, dando fim à experiência democrática e abrindo novamente um ciclo de regime ditatorial. Essa janela de tempo democrático de 1946 a 1964 foi essencial para a história do país, nela a participação política popular foi crescente, esse amadurecimento pode ser visto na organização partidária, pela primeira vez formaram-se partidos nacionais e de massa. De dois cresceram para doze.

A representação dos trabalhadores e partidos populares cresceu e os partidos conservadores perderam cadeiras nas câmaras. O que marca, para Carvalho (2013), a disputa política nessa época é a não priorização da democracia pela direita e pela esquerda; ambos estariam interessados em chegar ao poder e implantar o plano nacional que lhe parecia mais conveniente, sem tanta simpatia pelo governo representativo.

Fato é que com a tomada do poder pelos militares, muitos recuos nos direitos políticos e civis aconteceram; repetindo a estratégia de Vargas em 30, o avanço se deu nos direitos sociais, e o desenvolvimento econômico volta ao foco. Após o golpe, a primeira medida adotada para repressão foram os Atos Institucionais (AI), o primeiro suspendeu os direitos políticos pelos 10 anos subsequentes, políticos e sindicais também foram cassados, quantidade significativa de sindicatos foram fechados por intervenção militar (ibidem, 2013).

O AI-1 também criou uma comissão de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que perseguia e prendia resistentes. O segundo concedeu mais poder ao presidente, “aboluiu a eleição direta para presidente da República, dissolveu os partidos criados a partir de 1945 e estabeleceu um sistema de dois partidos (ibidem, 2013, p.161). Os operários e estudantes se mobilizaram em 1968, o que provocou uma reação de repressão maior por parte do governo.

Com o AI-5 o Congresso foi fechado e oficialmente o governo passou a ser ditatorial, o *habeas corpus* não podia mais ser usado em crimes políticos, o que deixou a população civil desprotegida. A segunda fase (1968 a 1974) do regime militar é marcada como o pior momento de repressão e violência física, em 1969 foi introduzida uma lei que instituía pena de morte por fuzilamento, em 70 a censura prévia em jornais; cassação de políticos, demissões de funcionários públicos e expulsão de militares foram abundantes.

Paralela à repressão veio o crescimento econômico, houve uma migração da população rural para os centros urbanos, os empregos cresceram, mas os salários diminuíram, assim as desigualdades foram aguçadas e quem se beneficiou do “milagre econômico” foi a burguesia. A grau de escolarização também cresceu com o fluxo para as cidades, passou “do primário para o secundário e terciário” (ibidem, 2013, p.170).

O avanço nos direitos sociais ocorreu no setor da previdência, em 1966 o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) unificou os Institutos de Aposentadoria e Pensão, exceto o IAP do setor público, e em 1971 foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural) que incluiu os trabalhadores das áreas rurais no plano de Previdência nacional. Os autônomos e as empregadas domésticas também foram incluídas na previdência. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) também foi criado em 1966.

Em 74 se inicia um momento de transição de volta ao regime democrático, esse processo foi lento e durou 11 anos, progressivamente as legislações repressivas foram retiradas, os movimentos opositores reaparecendo, e se concretizou em 1985. Notamos que apesar das conquistas dos direitos sociais, os direitos civis e políticos foram altamente afetados, passos para trás foram dados no caminho da aprendizagem política da sociedade. Em resumo ao período militar, destacamos da fala de Carvalho (2013) que

Os avanços nos direitos sociais e a retomada de direitos políticos não resultaram, no entanto, em avanços dos direitos civis. Pelo contrário, foram eles os que mais sofreram durante os governos militares. O *habeas corpus* foi suspenso para crimes políticos, deixando os cidadãos indefesos nas mãos dos agentes de segurança. A privacidade do lar e o segredo da correspondência eram violados impunemente. Prisões eram feitas sem mandado judicial, os presos eram mantidos isolados e incomunicáveis, sem direito a defesa. Pior ainda: eram submetidos a torturas sistemáticas por métodos bárbaros que não raro levavam a morte da vítima. A liberdade de pensamento era cerceada pela censura prévia à mídia e às manifestações artísticas, e, nas universidades, pela aposentadoria e cassação de professores e pela proibição de atividades políticas estudantis (2013, p. 193).

Não vale a pena trocar liberdade por liberalismo. Os movimentos insurgiram a partir de 1974, um dos mais fortes foi o movimento sindicalista, principalmente do sindicato dos metalúrgicos. Realizando greves e comícios, desse contexto nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, depois em conjunto com outras organizações e partidos, se fez a Central Geral dos Trabalhadores independente, assim os sindicatos tiveram pouco mais de autonomia, afrouxando seus laços com o governo se comunicando diretamente com os empregadores.

Ponto auto dos movimentos populares, foi a grande manifestação em 1984 a pedido das eleições diretas, mais conhecido como “Diretas já”. As eleições aconteceriam no ano seguinte, programadas no formato indireto, então os partidos de oposição lançaram essa campanha que ganhou dimensões impensadas, foi a maior mobilização popular na história brasileira. O hino nacional e a bandeira foram símbolos do movimento, que apesar de amplo e da divulgação da mídia, não atingiu seu objetivo e as eleições de 1985 foram indiretas.

A aparente derrota se converteu em vitória quando o apoio popular ao candidato Tancredo Neves foi ouvido e ele venceu a disputa. Com sua eleição, de fato se encerrou o regime militar no Brasil. A seguir iniciou-se o período chamado de redemocratização, que compreende desde 1985 até a atualidade.

A conquista mais recente da cidadania brasileira é a Constituição Federal de 1988, o texto que demorou 1 ano para ser redigido, constitui a mais liberal e democrática legislação já feita. De tantos direitos garantidos, é chamada de Constituição Cidadã. Ela estabeleceu a eleição direta, concedeu direito de voto facultativo aos analfabetos e aos adolescentes de 16 a 18 anos e regularizou a multiplicidade de partidos políticos. Não se descarta as limitações e necessidade de ampliação dela.

Os direitos civis foram devolvidos (a liberdade de imprensa, o *habeas corpus*), a Constituição acrescentou o *habeas data*, o racismo e a tortura como crimes inafiançáveis e exigiu a defesa do consumidor. Em 1996, se fez o Programa Nacional de Direitos Humanos, setor público destinado a tomar medidas práticas pra proteção dos direitos civis. A Constituição Cidadã foi um passo na direção da cidadania, o outro passo seria, efetivar o que a legislação indicava.

O crescimento acelerado da população urbana, entre 1960 e 1980, deixou saldos negativos, a velocidade do êxodo não foi acompanhado em termos de infraestrutura. O número

de favelas subiu, a criminalidade e o comércio de drogas também, apresentando ameaças aos direitos civis, à segurança pública. Outras demandas do setor social, como educação e saúde acompanharam essa progressão lenta e não foram oferecidas em quantidade suficiente para suprir as demandas das populações de grandes cidades.

Essas dificuldades da vida urbana, na verdade se apresentam como empecilhos ao pleno gozo dos direitos civis, liberdade de ir e vir e segurança pública são primárias. O cerne da desigualdade brasileira está “sobretudo de natureza regional e racial” (ibidem, 2013, p.208), revelando a história da colonização no Brasil, que deixou um número reduzido de pessoas na posse de grande parte das terras e uma população em níveis de pobreza e miséria decorrentes da privação de acesso a ferramentas para ascensão social. Ratificando, Carvalho (2013, p.207) fala que “as maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde a independência, para não mencionar o período colonial”.

Das eleições de 1989 até hoje, o que se percebe como universal é o desejo do povo de encontrar um “salvador”, uma “figura messiânica” que vai resolver todos os problemas do país sozinho em um piscar de olhos. Essa expectativa é percebida sendo projetada nas escolhas dos Chefes de Estado. A essa visão de um Estado “superpoderoso” intitula-se “Estadania”, em que o poder se concentra na burocracia da máquina pública e seus gestores que concedem ao povo direitos. Ao se pensar em cidadania, essa lógica se inverte, as pessoas são as detentoras do poder e dizem a seus representantes que direitos precisam para garantir seu modo de vida. A seguir, uma síntese dos eventos na história da cidadania Brasileira.

Figura 5: Linha do tempo- Cidadania no Brasil

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao observar a figura, a linha do tempo da cidadania no Brasil, percebemos que tivemos pouco tempo para exercitá-la em um sistema favorável ao seu desenvolvimento. Os períodos democráticos que vivemos foram curtíssimos em comparação aos séculos de História; agora em que parecemos engatinhar nesse crescimento, a construção dessa cidadania segue ameaçada.

Ao escrever o livro “Cidadania no Brasil”, José de Carvalho e nenhum dos brasileiros, tinha vivido ainda o golpe político de 2015, nem visto as medidas que viriam a seguir – vetando direitos sociais (PEC 241/2016), tentando disfarçadamente impor censura (Projeto Escola Sem Partido) e disseminando uma cultura da violência que tem tirado vidas e vidas. E lembremos, poupando comentários por ora, da atuação durante a Pandemia Mundial da Covid-19. Estas ameaças foram feitas durante o período do governo do presidente Michel Temer e Jair Bolsonaro, assumidos em 2016 e 2018, respectivamente.

Nos atendo às ameaças relatadas por Carvalho, o cenário mundial tem nos empurrado para um neoliberalismo que prejudica os direitos civis conquistados até aqui. Vimos na história da cidadania ocidental europeia, que o Estado-nação passou do formato de Estado de Direito, para Estado Liberal e para Estado de Bem-Estar Social, de maneira orgânica, aprendendo com os processos históricos. O parece se pretender agora, é um retrocesso para o Liberalismo

reajustado às demandas novo cenário econômico, ou seja, um Neoliberalismo. A esse respeito, Carvalho (2013) elucida

Mas o cenário Internacional traz também complicações para a construção da cidadania, vindas sobretudo dos países que costumamos olhar como modelos. a queda do Império soviético, o movimento de minorias nos Estados Unidos e, principalmente, a globalização da economia em ritmo acelerado provocaram, e continuam a provocar, mudanças importantes nas relações entre Estado, sociedade e nação, que eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental. O foco das mudanças está localizado em dois pontos: a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva. Dito de outro modo, trata-se de um desafio a instituição do Estado-nação. A redução do papel do Estado em benefício de organismos e mecanismos de controle internacionais tem impacto direto sobre os direitos políticos. [...] os direitos sociais também são afetados. A exigência de reduzir o déficit fiscal tem levado governos de todos os países a reformas no sistema de seguridade social essa redução tem resultado sistematicamente em cortes de benefícios e na descaracterização do Estado de bem-estar (2013, p.225).

Um sintoma da atual tentativa de alteração do papel do Estado, pode ser visto no surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), na tentativa de associativismo independente do Estado. Talvez hoje as ONGs sejam meios para outros interesses fins, mas seu aparecimento representa uma forma de fala de grupos da sociedade.

Em resumo a esta breve revisão histórica, podemos entender a cidadania como um status atribuído a um indivíduo pertencente a um Estado-nação, esse Estado gere os meios para garantia dos direitos civis, políticos e sociais. A tradução desse tripé as vezes é colocada no bordão de que “ser cidadão é ter direitos e deveres em uma sociedade”, sem estar em um contexto essa frase pode ser reduzir a ideia de cidadania. Ser cidadão ou cidadã, é ser ativo historicamente, é ter opinião e espaço para expressá-la, é contribuir por meio dos mecanismos políticos na construção da realidade do país (ou do mundo?), é ser o protagonista e deter o poder na coletividade.

Constatação importante na obra de Carvalho, são algumas menções que faz à presença da educação popular, e sua relação com o exercício da cidadania. Na primeira delas, a Constituição de 1981, a primeira após ser instaurada a República, desobrigava a oferta da educação primária pelo Estado. Na efervescência dos direitos sociais, na década de 1930, a Educação foi influenciada por referenciais americanos e defensores da Escola Nova, ligados de

certa maneira à industrialização. Necessidade também notada entre 60 e 80, no aumento de nível de escolaridade dos moradores rurais, que atraídos pelos empregos nas indústrias, migraram para a urbanidade.

Na redemocratização, resgate e expansão dos direitos, um dos maiores avanços aconteceu na Educação, constatada pela queda do analfabetismo e o aumento da escolarização, com a ressalva de melhorias a serem feitas quanto a evasão escolar e o analfabetismo funcional. O autor cita ainda uma pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro, em que se constatou que “o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a Educação [...] o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos (p.210)”.

Se estamos quase no início de um caminho longo até a cidadania plena, se sofremos ameaças constantes à Instituição do Estado-nação, se o cenário global se altera e arrasta consigo o prejuízo à cidadania; nos resta entender qual o papel da Educação no meio desse emaranhado e qual a sua contribuição.

1.4 Algumas palavras finais

Realizamos uma revisão histórica a respeito dos tipos e conceitos de Cidadania e Educação, elegendo como períodos históricos a antiguidade, idade média, renascimentos, modernidade e pós-modernidade. Em cada contexto percebemos diferentes maneiras de gestão política e econômica, porém, o fator em comum que propiciou o avanço da Cidadania em pontos chave, foi o associativismo. Apenas com um movimento de coletivização é que se avança na participação social e na garantia do bem-estar dos seres humanos.

Assim foi nas cidades-estado (Grécia), no Cristianismo, no Renascimento, no Iluminismo e nas lutas Socialistas e Comunistas do século XX. A causa geradora da formação desses coletivos, em geral está associada ao modo de produção vigente e às opressões geradas por ele ao grupo menos favorecido. Atualmente, vivemos em um contexto desafiador, com mudanças implementadas a partir da década de 1970-1980 tornou-se cada vez mais difícil a emancipação da cidadania e a reconstrução de um coletivo, tal ameaça se apresenta por uma ideia de organização social, a saber: o neoliberalismo.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA: o Estado como mediador e a Cidadania como produto da Educação

Era meu primeiro dia em uma escola enquanto estudante de Pedagogia, retornando após uns 3 anos desde que saíra do Ensino Médio. Contemplada com uma vaga no programa PIBID, iria participar ativamente do cotidiano escolar. Passei pelos portões eufórica, ansiosa por colocar em prática tudo o que estava aprendendo, um pouco temerosa por não ter experiência, mas com o pensamento de que aquele lugar seria lugar de crescimento e início da construção de uma identidade profissional.

Cheia da beleza inspiradora de uma educação transformadora que conhecera nas salas da universidade, o primeiro dia já se apresentou um choque. Atuando como auxiliar de professora em um Colégio Militar da Polícia Militar em Manaus, a reputação que a precedia me fez criar certa expectativa; uma escola geralmente vista com bons olhos, vagas concorridas pelas famílias, propagandas com altos números de aprovações em vestibulares...

Naquela manhã de sol, as famílias chegavam para deixar as crianças na escola. Havia um enorme estacionamento com o chão de asfalto escuro, ao lado de um prédio cimentado; natureza, árvores, balanço ou escorregador eram figuras ausentes. Mentes que pensaram um lugar para o aprendizado (de quê?) mas não enxergaram as infâncias da qual a instituição fazia parte.

Para recebê-las, os chamados monitores – policiais realocados – e os oficiais superiores – diretor e vice-diretor – estavam espalhados pelos corredores e portas, devidamente fardados, indicando para onde cada criança deveria ir. O diretor usava um microfone para falar à comunidade e fazer o acolhimento no primeiro dia de aula do ano. Em seu discurso, orgulhosamente o lema da escola era ressaltado: Educação, honra e mérito.

Tomei noção da importância desse lema algum tempo depois, ao ouvi-lo no “bom dia” diário das crianças sempre que um professor ou autoridade adentrasse a sala de aula; ao ser recitado enquanto todos os alunos esperavam em filas antes mesmo de entrarem nas salas. Essas palavras dizem muito sobre as práticas e ideias que norteavam o trabalho e a organização pedagógica naquele contexto.

A palavra “mérito” fazia-se valer quando, avaliados sempre pelo mesmo instrumento (prova e trabalho escrito), os alunos eram classificados primeiramente pelas notas e depois por

um sistema estabelecido internamente chamado “Honra ao mérito”. Nesse programa, os alunos com as melhores notas e obedecendo a outros critérios, eram considerados dignos de horas por seu próprio mérito, então recebiam homenagens e insígnias em uma cerimônia semestral perante toda escola, tornando-se distintos e “superiores” aos outros. Um ato de extrema violência organizado e enaltecido por toda comunidade escolar.

A violência era explícita e simbólica, verbal e psicológica, em termos pedagógicos, podemos dizer que também havia violência. Um ensino mecânico, tradicional e padronizador. Ensino que antes dos conteúdos ensinava a obediência irrestrita, o respeito a hierarquia, sem espaço para questionamentos. A cultura da violência era reproduzida de superiores para pedagogas, de professores para alunos, de monitores para alunos, de alunos conta alunos.

Essa é uma amostra pequena do que vi e experienciei durante um ano de permanência no projeto. Experiência que incomodou. Me questionei sobre que tipo de ser humano essa educação formava, será que poderia chamar de Educação ou era só Ensino? Pensei em para quê serviria a Educação e como seria possível um lugar com tanto controle ensinar autonomia e liberdade de escolha. Só se fosse pela revolta.

A euforia inicial se converteu em desencantamento e uma tristeza que era acessada em mim toda vez que via uma criança chorando, uma criança desesperada por não entender a explicação do conteúdo, uma criança que temia a conversa entre professora e responsável, uma criança que se autodenominava incapaz... Cada vez que o espaço para a brincadeira (alocada em um único tempo semanal) era barganhada para conseguir mais obediência... Eu ainda imatura, pensava que aquele não era o caminho e sentia que algo não estava certo.

De fato, muita coisa estava errada. Se no mundo pós-moderno, em um Estado democrático, não se educa para a cidadania, então se educa para a servidão. A Educação é uma ferramenta poderosa, ela pode “criar” os seres humanos. Eu já sabia que existiam outros caminhos possíveis, então, queria entender por que não eram adotados, ou por que não eram exigidos pela sociedade. Uma Educação que não é pensada para a Cidadania, não gera cidadania. Sobre a educação e sua potência, vejamos a opinião de Brandão (2007, p. 11).

Assim, quando são necessários guerreiros ou burocratas, a educação é um dos meios que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e

poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força. (BRANDÃO, 2007, p. 11).

Ao ler uma afirmação como essa, não há como escapar do pensamento que a educação é a ferramenta mais poderosa e eficiente que possuímos para a evolução social. Ela é quem pode de fato transformar qualquer coisa! Porém, como pretendemos demonstrar, não é qualquer Educação que poderá exercer esse papel, mas apenas uma Educação libertadora, consciente e politizadora.

Sabendo de sua força, vamos agora defini-la. De acordo com Èmile Durkheim, a Educação é um processo de socialização de valores em uma sociedade, valores que organizam o modo de vida social e, portanto, garantem o funcionamento dela. Sendo assim, a Educação é entendida de maneira abrangente, como um mecanismo instituído socialmente para a universalização de valores, crenças e comportamentos. Uma sociedade educa um sujeito a todo instante. Precisamos escolher que Educação queremos instituir, uma Educação que ajude a pensar as soluções que precisamos para os problemas sociais, e ser intencionais em nossas ações (ARAÚJO, 2016).

Brandão (2007) em seu livro “o que é Educação?” cita o exemplo das comunidades indígenas em que a Educação de uma criança é responsabilidade de toda a aldeia e compara a aldeia à ideia de escola, pois é na convivência coletiva que a criança aprende os saberes necessários para sua subsistência e para viver em sociedade. Por sua vez, o pensador e iluminista Rousseau, dá a entender que a Educação é um processo de formação humana; em seu clássico livro “Emílio ou da Educação”, descreve uma metodologia para formar um ser humano desde o período neonatal até a juventude, de maneira que preservasse a bondade que ele acreditava, trazia ao nascer.

Esse processo educativo ocorre em variados espaços da vida social como a casa, bairro, igreja, escola, ambientes profissionais, ambientes comerciais etc., e são liderados em sua maioria por instituições sociais basilares, como a família, a religião, a política ou o Estado e a Escola. Compreende-se assim, que a Educação é uma categoria ampla entrelaçada em toda vida social, em variados extratos, formatos e tecituras. Ensina um humano a ser humano, a viver em sociedade e exercer nela algum papel. Nessa temática, Brandão (2007, p.10) aponta

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; [...] A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida. [...] A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. (BRANDÃO, 2007, p. 10, grifo do autor)

Nesse trecho, Brandão nos faz lembrar do caráter histórico da Educação, pois cita o fato de que é uma criação humana e por isso mesmo se transforma ao longo do tempo, se “recria”. Sua invenção ou reinvenção, obedece às necessidades de determinado grupo social, em um tempo e espaço histórico específico. A partir de agora, falaremos de maneira sintética sobre algumas das transformações que Educação passou ao longo do tempo histórico.

Objetivamos atingir ao fim, o panorama histórico brasileiro, portanto será privilegiada a história da Educação Ocidental. No ocidente, a Escola foi instituída como a principal ferramenta do Estado para promoção da Educação, sendo entendida como “uma invenção da humanidade em seu processo histórico para difundir o conhecimento de forma sistematizada” (BITTAR, 2009, p.16); a evolução da Escola reflete o discurso social sobre a Educação em cada época. Por isso, em muitos momentos, contar a história da Educação será contar a história da Escola.

Uma informação curiosa dada por Aranha (2012) é sobre o surgimento da escola na história geral. De acordo com a autora, nas sociedades tribais pré-históricas não existiam escolas pois nelas a educação era integral, as crianças aprendiam pela imitação dos adultos nas atividades diárias e nos rituais, dessa maneira o conhecimento estava acessível a todos, pois todos aprendiam o necessário para a sobrevivência individual e coletiva, e ao participarem dos ritos aprendiam sobre os mitos dos ancestrais, importantes também para o sentido da existência do grupo.

Maria Teresa Aranha a chama de Educação difusa, pois todos participam e todos tem acesso a ela. A medida em que a sociedade foi tornando-se mais complexa, surgiram cidades e impérios, divisões e hierarquia; nesse momento a sociedade percebe a necessidade de criar um lugar para reprodução do conhecimento – a Escola, pois seu acesso passou a ser restrito às elites e seu acesso limitado apenas as pessoas pertencentes a esses grupos privilegiados. Nesse sentido a escola nasceu com a finalidade de exclusão e diferenciação social.

As primeiras civilizações surgiram próximas aos rios, por serem necessários à sobrevivência, às atividades diárias e comerciais. Os registros históricos apontam para o Egito e Mesopotâmia como as mais antigas civilizações, logo em seguida a China, Índia e Israel. Nessas sociedades, as escolas existiam com a finalidade de formar os futuros líderes e eram alocadas em templos, casas ou mesmo ao ar livre, não havia ainda um local específico separado.

A partir dessa separação nos papéis sociais, a educação também passou a ser dividida entre “estudo do sagrado e a administração e aqueles voltados ao adestramento para os diversos ofícios especializados. Teve início, então o *dualismo escolar*, que destina um tipo de ensino para o povo e outro para os filhos dos nobres e de altos funcionários” (ARANHA, 2012, p.52). O dualismo escolar refletiu a dualidade da divisão das condições de existência entre pobreza e riqueza.

Essas sociedades eram extremamente religiosas e os livros sagrados diziam como deveriam educar. No Egito, a educação era centrada no saber falar, as negociações e atividades políticas eram feitas pela arte do convencimento, então, se a escola formava os novos líderes políticos, esses precisavam saber falar bem; a escrita ficava por conta dos escribas, não era o principal na formação política, os escribas exerciam uma função privilegiada, Bittar (2009) afirma que por vezes os escribas ensinavam os filhos do rei.

O ensino egípcio também privilegiava o desenvolvimento e domínio do corpo, praticando a educação física preparavam o corpo para a guerra, pois a guerra fazia parte de cultura. Ainda assim, os guerreiros vinham das classes mais altas, e aprendiam também o princípio da obediência, mesmo preparados para governar, a obediência a um superior era um princípio inegociável, o ensino acontecia de maneira autoritária.

Entre os mesopotâmicos (sumérios, acádios, assírios, caldeus, entre outros) a Educação acontecia no âmbito familiar, até que os assírios conquistaram Babilônia em 1240 a.C e instituíram escolas para impor suas crenças aos dominados. O que é interessante é que depois das escolas foram criadas instituições de ensinos superiores, “centros e estudos e história natural, astronomia, matemática criados os palácios reais” (ibidem, 2012, p.56). Além das bibliotecas montadas nos templos, e a produção do conhecido Código de Hamurabi.

A Índia, por estabelecer um sistema de castas rígido, restringia bastante o acesso ao estudo, sendo beneficiados os brâmanes, grupo considerado superior aos demais. Mestre e alunos se reuniam ao ar livre, embaixo de árvores. O ensino era religioso e moral, somente os

brâmanes seguiam e aprofundavam com o aprendizado de outras áreas do conhecimento, como literatura, matemática e astronomia.

De maneira parecida, na China os mandarins eram prestigiados, mas ao invés de ficarem restritos ao setor sacerdotal e religioso, eles eram funcionários do imperador, atuando de maneira direta no funcionamento burocrático. O ensino mais básico era composto pelo aprendizado da leitura, escrita e cálculo, além do aprendizado moral.

Entre os Hebreus, a educação ficava por conta dos profetas. Antes de haver a divisão entre as tribos e a instituição de reis, vimos que os profetas e juízes eram as principais figuras de liderança. Os profetas ensinavam baseados no livro sagrado dos hebreus, a Bíblia e a Torá (os cinco primeiros livros da Bíblia), as sinagogas eram centros de ensino, lugar em que a lei e as escrituras eram interpretadas pelos profetas. O ensinamento hebraico valorizava os ofícios sem distinção, essa crença influenciou na formação do que futuramente seria chamado “ética protestante”.

Tempos depois, surgiu a civilização da Grécia, formulando uma outra organização social e política, instituindo as cidades-estado. Em relação ao aspecto educacional, Atenas ganha maior destaque, por ter sido berço de grandes pensadores que influenciaram de maneira considerável na tradição ocidental. Ainda que de base escravagista, é na polis que nasce a educação para a política, e os que tem acesso a ela, os cidadãos.

Na educação grega novamente aparecem os conceitos de “fazer” e “falar”, no sentido do preparo para a guerra (o fazer associado ao trabalho era visto com maus olhos, associado aos pobres e escravos) e a persuasão eram as características mais valorizadas entre a sociedade. Também versada na prática da guerra, o disciplinamento do corpo se fazia necessário para os interesses da cidade; e tendo o debate como meio para tomada de decisões políticas, a fala tornava-se arma e ferramenta para vida social (BITTAR, 2009).

Não só o debate foi erigido, como dado poder as individualidades, sem divindades ou soberanos para determinar os destinos, o poder da argumentação decidia o futuro dos seres humanos. A separação entre o político e o divino propiciou a busca por outras formas de explicações, foi essa alteração que fez com que a sociedade grega produzisse algo diferente das civilizações anteriores – o cidadão da polis (ARANHA, 2012).

Façamos a ressalva de que a os gregos vivenciaram vários momentos em sua história (homérico, clássico, helenístico etc.) e a educação não permaneceu estática, mas transformou-se no decorrer dos vários estágios. Não faremos uma explanação de cada um deles, citaremos os eventos mais relevantes. Sobre as instituições responsáveis pela educação ao longo do tempo, Aranha (2012) contribui:

Nos primeiros tempos, quando ainda não existia a escrita, a educação era ministrada pela própria família, conforme a tradição religiosa. Quando se constituiu a aristocracia dos senhores e terras, de formação guerreira, os jovens da elite eram confiados a preceptores. Apenas com o surgimento das pólis apareceram as primeiras escolas, visando a atender à demanda por educação. [...] Mesmo que essa ampliação da oferta escolar representasse uma ‘democratização’ da cultura, a educação ainda permanecia elitizada, atendendo principalmente os jovens de famílias de comerciantes enriquecidos (2012, p. 81).

Além das instituições pelas quais o educando passava, outra característica da educação grega é a utilização de espaços públicos na promoção de atividades coletivas em que os educandos e cidadãos em geral pudessem reforçar seus valores sociais. Exemplo dessas ações são: o teatro, os jogos olímpicos, festivais e banquetes públicos e reuniões na ágora (a praça pública central que abrigava o comércio, onde aconteciam os festivais as assembleias políticas).

Um conceito peculiar grego, é o conceito de Paideia, representava o ideal grego de educação integral do homem, previa uma educação do corpo físico e do intelecto. Formulada inicialmente por Homero, tomou outras dimensões com o passar dos séculos de maneira que não seja tão fácil traduzi-lo. A ideia era da educação das crianças e se expandiu para a o constante processo de aperfeiçoamento individual já na vida adulta (ibidem, 2012).

No período helênico, após o período clássico, a Paideia se transforma em enciclopédia, e o conteúdo passa a ser organizado em torno das “sete artes liberais”, são elas “três disciplinas humanísticas (gramática, retórica e dialética) e as quatro científicas (aritmética, música, geometria e astronomia)” em que se percebe a finalidade de formação para a intelectualidade, deixando de lado o corpo físico, antes trabalhado pela ginástica (ibidem, 2012, p.91).

Bittar (2009), acrescenta a informação de que o fato de a Paideia dar destaque ao estudo da escrita tem total relação com a invenção da polis e da vida política; pois a partir da criação de leis surgiu a necessidade de fixá-las, para que fosse estabelecida e seguida por todos. A escrita antes era utilizada para registrar feitos importantes das autoridades, passando estar mais

próxima do cidadão pela formulação de leis que regiam suas relações e seu cotidiano, passou a ser considerada mais relevante.

Outro grande feito da cultura grega foi pensar pela primeira vez uma Escola de Estado, sendo deste a responsabilidade de expansão e manutenção da escola; nas cidades-estado a educação era privada, por isso só tinham acesso a ela a nobreza, de maneira igual a escola do estado também era pensada apenas para os filhos da nobreza. A ideia foi formulada por Aristóteles no fim do século IV a.C., primeiro com o argumento de que a polis devia servir ao bem comum, portanto, servir aos cidadãos; segundo porque a educação deveria ter como único fim o bem da polis.

O processo educativo então deveria servir para formar os cidadãos de maneira que ao fim pudessem atuar em benefício da polis. Com o modelo da educação privada gerenciada pela família, as finalidades da educação eram diversas e nem sempre atendiam as necessidades do funcionamento da polis. O mais importante de se notar na educação grega é que visava a formação do cidadão, portanto uma formação política.

Após a Grécia ser conquistada pelo império Romano, muito de sua cultura foi incorporada, a união entre as duas culturas ficou conhecida como “cultura greco-romana”. Roma tornou-se um império e tinha a visão universalizante, de unificação; assim, não excluía os estrangeiros, mas concedia-lhes o direito de comprar a sua cidadania e pertencer ao império. A influência grega no setor educacional pode ser vista na implementação de escolas em todo o território.

Em confluência com essa visão de humanidade universal, os romanos formularam o conceito de Humanitas, mais uma vez de difícil tradução, pode ser comparado ao conceito de Paideia dos gregos, mas acrescido desse olhar humanístico universal, “buscando aquilo que caracteriza o ser humano, em todos os tempos e lugares. [...] se estendia a formação do indivíduo virtuoso, como ser moral, político e literário”. (ARANHA, 2012, p.132)

Assim como na Grécia, a formação intelectual, artística e literária era preterida em relação à formação para o trabalho, atividade considerada inferior. Quintiliano organizou um programa de estudos reunindo disciplinas como gramática e retórica, mais uma marca grega (BITTAR, 2009). Ao longo do tempo, porém, a Humanitas foi reduzida ao ensino das letras e deixou de lado a cultura geral.

Aparentemente a Educação foi valorizada entre os romanos, mesmo na decadência do Império e lutando para conter o cristianismo, foi estabelecido pela primeira vez um salário estatal para os mestres de uma determinada cátedra de retórica; em outro episódio, em situação de crise o imperador Augusto expulsou os estrangeiros para reduzir gastos e poupar recursos, mas preservou os médicos e os mestres na cidade. Isso demonstra que os romanos enxergavam certa utilidade e valor na educação. (BITTAR, 2009)

A junção das duas culturas inaugurou o bilinguismo nas escolas, as crianças precisavam aprender ambos os idiomas. Muito evidente na educação romana era o pragmatismo da vida cotidiana, por isso a retórica foi muito mais cultivada do que a filosofia, pois era útil na ação política. Talvez relacionado com essa praticidade na resolução da vida, inclusive dos conflitos, a grande contribuição das escolas de Direito romanas foi ímpar; ainda que a característica pragmática estivesse presente, o foco ainda era a formação do cidadão, mais uma herança grega.

Na sequência, no período da Idade Média em que a Igreja e o Estado estavam unidos e comandavam a sociedade, o objetivo de formar o ser humano integralmente e formar para a cidadania, foi substituído pela formação do cristão, inicialmente no contexto romano e depois amplamente difundido ao redor do globo. Se por um lado a Paideia foi abandonada, por outro houve abertura para os pobres ao mundo do conhecimento, pois o cristianismo pregava a igualdade entre os indivíduos e a justiça social.

Porém o ensino tomou caráter técnico- instrumental, aprendia-se a ler para ler as escrituras e não mais para a reflexão. Além da educação familiar e social que sempre estiveram presentes, predominaram dois tipos de centros educativos – “escolas”: as catedrais, situadas nos centros urbanos em que crianças de classes populares eram alfabetizadas recebendo ensino elementar; e os mosteiros, localizados em regiões mais afastadas, o ensino tinha característica de maior complexidade, reservado para os futuros líderes da Igreja (BITTAR, 2009).

A tentativa de expansão da escola não foi tão bem-sucedida, a concentração do saber (e do poder) ainda estava com o clero e com a nobreza. O conhecimento continuou a ser cultivado na classe dominante e mesmo na época medieval surgiu a Universidade, na outra ponta nasceram as “corporações de ofício”, direcionadas para o público adolescente, que aprendiam um ofício na vivência cotidiana com os artesãos, sapateiros, relojoeiros, padeiros etc. e ficavam sob tutela de seus mestres, não havia uma sala reservada ao ensino, mas o aprendizado da técnica durante o fazer prático (BITTAR, 2009).

Aproximando-se do fim da Idade Média aparecem as figuras de mestres livres, uma expressão da iniciativa privada e busca das famílias (artesãos e comerciantes) por educação elementar. Esses mestres se organizavam de formas livres, alguns autônomos, alguns faziam parcerias ou outros gerenciavam um grupo de mestres subordinados. Esse comportamento pode ser identificado como traços de mercantilismo e do novo momento que a sociedade inauguraria: o rompimento com o poder religioso (BITTAR, 2009).

O fim da Idade Média se deu em longa transição dessa separação entre Estado e a Igreja Católica, fim do feudalismo e nascimento do mercantilismo; alguns eventos (como a Reforma Protestante e o Movimento Renascentista) contribuíram para essa passagem. A mudança no cenário político também chegou até a escola, como um dos ideais do Luteranismo era que cada protestante pudesse ler e interpretar a Bíblia por si mesmo, então todos deveriam saber ler.

Dessa maneira, mais escolas passaram a ser cobradas do Estado pelas famílias protestantes, escolas que acolhessem meninos e meninas, destaque se faça a esse fato pois desde a educação difusa nas sociedades primárias não se ouviu falar novamente em um modelo educativo que incluísse mulheres. Outra influência veio da “ética protestante”, a supervalorização do trabalho manual e técnico, se fez presente no campo educacional promovendo uma educação escolar voltada para o mundo do trabalho.

Por sua vez a Igreja Católica organizou em 1599 o *Ratio Studiorum*, uma espécie de diretrizes para a educação jesuítica (normas, disciplinas, metodologia, séries) baseadas em Tomás de Aquino, reunidas em um só manual; foi utilizado na catequização ocorrida nas diversas nações colonizadas. Enquanto a educação católica controlava os espaços de aprendizagem formal, a educação protestante impulsionou a expansão das escolas mantidas e gerenciadas pelo Estado (ibidem, 2009).

O período do Renascimento (século XVI E XVII), abrigou importantes avanços para a história da Educação. Mesmo sob forte influência da Igreja (Protestante ou Católica), a didática ganhou novas abordagens, os alunos passaram a ser divididos em graus conforme a idade, e o ensino foi pensado em torno da experiência empírica, metodologia proposta por Comenius, que foi influenciado pelo pensamento filosófico da época (Bacon, Lock e Descartes) e sintetizou suas ideias na obra Didática Mágnã. Do renascimento ficou para a escola a forma de organização sistemática e a participação do Estado, ambas se ampliaram na Modernidade (BITTAR, 2009).

Como vimos, após o movimento renascentista iniciou-se a Era Moderna, momento em que as três principais revoluções burguesas aconteceram (Inglesa, Americana e Francesa), o Estado-nação começava a ser desenhado, época em que ocorreu a Revolução Industrial e consolidação do capitalismo. A revolução industrial alterou os meios de produção manual e artesanal para o modo de produção fabril esse fato rompeu com a barreira do tempo, acelerando-o e desencadeando mais mudanças sociais.

Alterações estruturais tão significativas precisavam do poder da Educação para conseguir êxito. A lógica do tempo acelerado chegou à escola, levou a uma formulação minuciosa de sua organização, prevendo inclusive a disciplina dos indivíduos, habilidade indispensável para a nova sociedade burguesa. Além do disciplinamento, precisava-se de mão de obra minimamente qualificada, por isso era preciso saber ler, escrever e contar, para atuar no mercado. Esse fato também impulsionou a expansão da Escola e de espaços educativos em outros níveis.

Outra grande herança do período moderno foram os princípios de universalidade e laicidade da Escola, já que as grandes revoluções lutavam pela liberdade dos indivíduos, a educação deveria ser para todos e sem impor qualquer religião absoluta. A escola gratuita e a manutenção da mesma pelo Estado foram princípios gestados no mesmo tempo, pois dos debates filosóficos iluministas nascia o Estado-nação e sua responsabilidade de cuidar e garantir os direitos dos cidadãos. Sem esquecer da variação das classes, e que a sociedade europeia do século XVIII que pedia liberdade era a mesma que escravizava milhões de pessoas pelas colônias.

No “século das luzes” o cientificismo estava em voga, a presença do empírico já se notava desde Comenius e cresceu durante o século XVIII. Predominante, mas não exclusivo, grandes nomes como Rousseau, Pestalozzi, Fröebel e Herbart formularam modelos diferentes de pedagogias e ampliaram o olhar da sociedade para a criança. Rousseau, revolucionou ao trazer a criança para o centro do processo e ao defender que a aprendizagem acontecia pelo sentir e não pela razão; acreditava na “bondade da infância” portanto a educação deveria ser moral e preservar a bondade dentro dos seres humanos, valorizava a conexão do ser-natureza, e via a pedagogia e a política estreitamente ligadas (BITTAR, 2009).

Pestalozzi, seguidor de Rousseau desenvolveu uma pedagogia baseada na intuição do aprendiz, no desejo de descobrir e aprender algo por meio da experimentação e na crença do

desenvolvimento natural (bom) do ser humano, bastando auxiliar nesse desenvolvimento. Colocou a arte em pé de igualdade com a educação moral e profissional, dando importância para a dimensão da sensibilidade, das emoções.

Em síntese, na Idade Moderna são formulados outros modelos educacionais que começam a olhar para a criança em sua peculiaridade; a grande conquista foi a estatização da Educação Escolar, ela sai do domínio da Igreja Católica e passa para o Estado. Reflexo das revoluções burguesas, a finalidade da Escola era formar o cidadão, contudo, a escola não deixou de servir aos interesses do mercado industrial emergente. Sobre a expansão escolar durante os séculos XVI a XVIII, Bittar (2009) afirma:

A expansão escolar na Europa vinha ocorrendo desde longa data, mas de forma lenta e desigual. A partir do século XVI, com as reformas religiosas iniciadas na Alemanha, países ao leste deram uma arrancada inicial nessa direção. Já na França, o impulso se deu mais tarde, com a revolução burguesa de 1789. A Inglaterra, por sua vez, começou a vivenciar a pressão por educação escolar com o processo de revolução industrial que requeria trabalhadores pelo menos alfabetizados. [...] É importante compreendermos que a expansão escolar, iniciada séculos antes, irá se consolidar na segunda metade do XIX, quando, finalmente, o interesse pela instrução como elemento de valorização de uma nação se torna evidente aos olhos dos governantes (2009, p. 71).

Assegurada considerável expansão escolar, a educação passou por outro dilema. Após a Revolução Francesa e a consolidação do sistema capitalista, a vivência das desigualdades de condições levaram a sociedade a formular outras propostas de organização do Estado, surgiram as teorias socialista e comunista em contrariedade à lógica capitalista. Em uma queda de braço, a corrente Positivista embasava e favorecia os interesses da classe burguesa, enquanto o socialismo científico de Marx e Engels apontavam para a escola como mantenedora da desigualdade de classes.

Ao percorrer seus escritos, deixaram instruções a respeito da educação desejada, previam um ensino que superasse a existência de um ensino para formar operários e outro para formar patrões. Que todos tivessem uma formação dos dois âmbitos “fazer e falar”, ou seja, trabalho produtivo e trabalho intelectual. Uma retomada do conceito de omnilateralidade grego, porém ampliado para além da nobreza, para qualquer um. Também defendiam que só pela educação que se transforma uma sociedade. Foi no século XIX que a Educação e a Escola foram

reconhecidas pelo Estado como preciosa para a vida política e social, e foi tratada como um sistema integrado ao projeto nacional (ibidem, 2009).

No século XX a escola recebeu muitas críticas por sua metodologia e práticas pedagógicas tradicionais, a vertente da Escola Nova veio para inovar tais práticas, apresentando a centralidade do trabalho pedagógico no fazer do aluno, ficando conhecida como “métodos ativos” ou “escola-ativa”. O norte americano John Dewey foi o teórico representante da corrente, e nota-se que a atividade do aluno no processo de ensino-aprendizagem foi centralizada, o “aprender fazendo” foi colocado em ação e influenciando outros estudiosos, como por exemplo Maria Montessori. Os métodos da Escola Nova foram implantados nos países capitalistas, por isso o método ficou associado à burguesia e ao próprio capitalismo.

A experiência na União Soviética, por exemplo, para citar a ponta oposta, num primeiro momento seguiu ideais marxistas. Lênin via as deficiências nos métodos de ensino tradicionais e os criticava duramente, porém, ao subir ao poder Stalin, findou-se a chance de criação de metodologias pensadas no ativismo, o retorno foi para os métodos tradicionais (memorização, repetição e escrita) de ensino. Antonio Gramsci contribuiu significativamente ao formular uma proposta pedagógica alinhada com os ideais marxistas, chegou a estruturar o modelo da “escola única” e falar de conceitos como práxis e dialética na dinâmica educacional.

Bittar (2009) afirma que a escola se consolidou e expandiu cada vez mais a partir da segunda metade do século XX, porém ela se tornou mais vulnerável ao controle ideológico por conta da indústria cultural e diferentes meios tecnológicos que impactam cada vez mais o cotidiano das pessoas. Não podemos crer que hoje a Escola já esteja presente em condições de acesso favoráveis para todas as pessoas, quando pensamos em atender necessidades especiais, em escola do campo ou escolas indígenas, percebemos o quanto a escola ainda precisa de expansão e aperfeiçoamento. Na figura a seguir, uma síntese com destaques dos momentos citados até aqui.

Figura 6: Linha do Tempo História Geral da Educação

Fonte: Elaborado pela autora

Deste caminho brevemente descrito, destacamos que no movimento histórico a Educação acompanha o modo de produção e suas necessidades, sempre acompanha a sociedade, e as demandas que ela apresenta. Se num contexto tribal, ela é difusa e coletiva; se numa sociedade hierárquica, ela é escassa e meritocrática; se no contexto industrial, ela é técnica e massificada; se não há indústria para todos, ela individualiza e prepara para competição. Contudo, se democrática e igualitária, ela pode ser crítica e libertadora.

No decorrer caminho, observamos que a Escola conquistou sua estatização, a garantia legal da oferta educacional como direito de todos da nação. Mas e agora? Precisamos averiguar se o Estado tem sido o responsável pela gestão e expansão escolar ou se o movimento é de responsabilização do setor privado e da família.

A Escola é a principal instituição que media o acesso ao conhecimento, ela é o espaço em que a maioria dos indivíduos passam sempre em algum momento de sua vida, é a Escola quem tem estrutura para alcançar cada vilarejo ou comunidade, ainda é ela a responsável por contribuir com uma parcela considerável na formação integral dos seres humanos.

2.1 Educação como formadora de Cidadania

Como comentado na apresentação, nos momentos iniciais da graduação em pedagogia muitos professores questionaram nossas compreensões (se é que elas existiam), de nossos lugares sociais. Em uma aula do professor Geraldo Valle, foi lançada a questão, se todos nós ao procurar uma palavra em um dicionário (citando dois dos mais importantes dicionários conhecidos por todos: Aurélio e Houaiss) se porventura, tínhamos plena confiança de que o significado apresentado à leitura de todos que estivessem consultando os mesmos, se aquela sentença definidora corresponderia a um consenso. O significado apresentado para quaisquer palavras, seria acima de tudo “isento”, ou se poderia haver em algumas transformações das definições, de compreensões, dentro dos grupos sociais e históricos que naquele momento estivessem lendo palavras “importantes”.

O professor problematizou um pouco mais, haveria uma certa tendência a apresentar aquele tal significado a partir de um ponto de vista que não seria totalmente “isento” de uma interpretação valorativa daquela palavra? ou seja, se o significado não aparecia também com uma certa carga de “ideologia”, ou tendenciosamente mais à direita – liberal digamos; ou mais à esquerda – humanista em nosso entendimento. Ficamos confusos no início, mas no próximo slide da projeção de power point, o professor nos mostrou para que lêssemos juntos o significado da palavra “educação”.

A palavra educação no seu significado inicial, aquele que é vinculado diretamente no verbete era de fato o que imaginamos todos nós, a saber: a transmissão de valores e atitudes e técnicas e práticas etc, de uma certa cultura e que nenhuma cultura e seu respectivo grupo social poderia sobreviver sem a transmissão de sua cultura e valores, e que se entende como este processo “a educação”. Bem até então estávamos de acordo, que era isso mesmo e que acima de tudo entendíamos como coletivo e social todo esse processo que estávamos chamando de Educação.

Estava muito claro que nossos valores, práticas, formas de alimentação, modos de vestir, e muitas e muitas outras situações, pensamentos e formas de ver o mundo eram a chamada “cultura” e suas formas de transmissão era a “educação”. Assim que o professor passou o slide e apresentou outros significados do que poderia ser entendido como educação, a perspectiva mudou. No segundo e terceiros significados de “educação” o dicionário refere-se ao fato de que a educação como uma prática é determinada pelas atitudes dos indivíduos, e que os indivíduos seriam os responsáveis por sua própria educação, ou seja, a educação deixava de ser um valor e uma prática coletiva para se tornar individual.

As consequências dessa mudança de perspectiva da educação podem ser entendidas ou pensadas muito claramente como um discurso ideológico de focar e construir uma interpretação da educação e seus desdobramentos como individuais e não mais coletivas do grupo social (a ideologia neoliberal). Como uma percepção do “mérito” dos indivíduos que decidem, a par de suas condições históricas e sociais, pela sua própria conta e risco quais caminhos sua própria formação e sua educação irão seguir, que direções sua formação educacional irá tomar como se fosse possível aos indivíduos se produzir e produzir sua própria formação cultural, social e histórica, em condições específicas de sua escolha.

Bem ao contrário e confirmando a famosa sentença de Karl Marx de que os homens fazem a sua história, mas não a fazem como querem! Os seres humanos não têm a consciência dessa sua capacidade de compreender a sua própria produção da vida social, portanto não sabem que são os produtores de sua história e muito menos de sua educação. Falta em nós todos, esse chamado “privilégio” da consciência de saber sua condição histórica, ou seja, ter conhecimento de sua cidadania como sendo produto coletivo do exercício de nossos direitos e deveres, ou, na primeira definição do dicionário, de sabermos coletivamente e conhecermos os processos sociais e históricos da reprodução de nossa cultura, ou seja, a educação.

Neste tópico, pretendemos discorrer sobre a contribuição da educação para a formação da Cidadania, nós já vimos no capítulo um que o associativismo é um fato crucial para a formação de um coletivo. Contudo, ao formar-se o coletivo, circulam dentro dele formas de socialização de valores para fortalecimento do grupo, essa socialização é a Educação. E a principal função que ela exerce é a da conscientização dos indivíduos. Essa é a hipótese que defenderemos aqui e isso o que se objetiva exemplificar com o relato apresentado. Educação conscientiza, pessoas conscientes leem, refletem e atuam em sua realidade.

Assim como existiram e existem diferentes tipos de gestão de um coletivo, grupo, tribo ou Estado, também existem diferentes tipos de Educação (difusa, erudita, tecnicista, disciplinadora, liberal). Deixaremos claro aqui que a educação que acreditamos ter o poder de levar a uma mudança social, é uma educação crítico-reflexiva e libertadora.

Este princípio que aqui compactuamos, é de autoria de nosso patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire. Ele foi filósofo e educador, um nordestino que viveu a transição que acontecia no Brasil entre as décadas 1950 e 1960, e que revolucionou a educação popular ao criar um método de alfabetização de adultos partindo da contextualização e do diálogo.

Ao teorizar sobre a construção de seu método, Freire primeiramente reconhece o ser humano como um ser histórico, que não apenas está no mundo, mas está com o mundo, interfere nele e o transforma, atribui significado para as coisas, para as relações e para a vida. Por sua ação no mundo, o ser humano cria a cultura e faz história, os registros das transformações que ele executa ficam na natureza, no espaço, nos costumes e modos de vida. Estão sempre em evidência (FREIRE, 2021).

É por isso que Freire defendia que além de históricos, os humanos são por natureza críticos, pois somente enquanto seres críticos é que poderiam atuar sobre a realidade, ele acreditava piamente na capacidade crítica e interpretativa dos “oprimidos”⁵ de observar seu próprio contexto e refletir sobre ele. Sendo assim, ainda seria necessária a educação?

Com toda certeza. Os processos históricos vividos pela sociedade ocidental, e posteriormente, pelas sociedades colonizadas, resultou em uma sociedade de classes com desigualdades tamanhas, em que a maior parte da população é desassistida em suas condições básicas para a subsistência. Enquanto se concentram em sobreviver, percebem a injustiça em sua realidade (capacidade crítica) mas não conseguem se organizar para efetivamente transformarem sua realidade.

A criticidade, segundo Freire, não está apenas em perceber a realidade, mas está em compreender a causalidade das coisas, “a compreensão resultante da captação será tão mais crítica quanto seja feita a apreensão da causalidade autêntica” (FREIRE, 2021, p.138). Portanto, compreender o que construiu essa realidade, o que causou a organização social que herdamos. Esse processo de “apreensão da causalidade” não acontece por outro caminho, se não o da educação. Por meio do diálogo, especialmente o diálogo com a história.

Mas ele nos recomenda, só é possível alterar a realidade se o caminho para sua compreensão partir de onde se está, do contexto do sujeito. Portanto, a conscientização começa por meio da problematização do que já se percebe, conhece e vive. Nas palavras de Paulo Freire (2021, p.119), se almejamos a transformação social, a educação que deveríamos almejar seria

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”,

⁵ A influência marxista e de autores decoloniais como Frantz Fanon, o levaram a perceber na realidade as relações de opressão entre as classes sociais, é muito comum em sua obra a divisão entre “opressores e oprimidos”, as definições são dadas de maneira clara na obra “Pedagogia do Oprimido”, primeira parte.

submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispucesse a constantes revisões. (FREIRE, 2021, p. 119).

O que é sugerido, e o que acreditamos como modelo de educação, é esta que leve o sujeito a “constantes revisões”, a aprender a refletir. Sem receber discursos prontos, ou se engajar apenas em um momento específico. Esta educação torna o sujeito consciente de sua historicidade e de seu poder de atuação. Esse processo é progressivo e se amplia a cada vez que se reflete sobre o seu contexto.

Sendo assim, o processo de tomada de consciência é individual, por meio de uma autorreflexão; ainda que só aconteça mediante o diálogo com o mundo. A autorreflexão que leva à tomada de consciência e à atuação dos seres humanos como autores e protagonistas, não apenas como espectadores. A conscientização é a base de uma educação libertadora e respeitosa. Respeitosa pois dá ao ser humano o lugar que ele deveria ocupar, de atividade, criação e recriação, permite o espaço para a autonomia, enquanto outros modelos gostam da ignorância e manipulação (ibidem).

Ora, a conscientização do sujeito o leva a compreensão de seu lugar social, sua classe, de seu nível de opressão e subalternidade. Esse é um entendimento que vai além de perceber ou sentir-se injustiçado, com pouco acesso e desassistido pelo Estado. Amplia o olhar do sujeito sobre si, pois compreende que eventos históricos e político contribuíram para sua situação atual e da mesma forma que foram postos, podem ser refeitos.

A conscientização, ou seja, a compreensão das causalidades, sempre leva a uma ação diante do mundo. “A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será” (ibidem, p.139). Com base na capacidade crítica que já possui, cedo ou tarde, o sujeito consciente de sua opressão, tomará medidas para reconstrução social e alteração de seu lugar social.

E aqui precisamos lembrar, a conscientização individual sempre ocorre por sua inserção em um coletivo que favoreça a autorreflexão. De igual modo, a transformação social só acontece, por meio de uma organização coletiva. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2013, p.44). Assim, a transformação social só ocorre a partir da

mobilização de um coletivo reflexivo e organizado, não é tarefa que apenas uma pessoa consiga exercer isoladamente. Se não, se torna um ato impositivo como qualquer outro.

O caminho de reflexão e ação pode ser resumido em uma única palavra: práxis. Freire, esclarece as etapas para tomada de consciência, pois a partir dela as ações práticas são tomadas, a esse movimento de reflexão-ação, ação-reflexão, se atribui o conceito de práxis. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (ibidem, p.25). O sujeito reflete sobre a prática, dialoga, reflete e cria nova prática. A executa, passa a refletir novamente sobre ela, até que formule outra nova prática, num ciclo dinâmico e infinito, como demonstrado na figura a seguir.

Figura 7: Representação do conceito de práxis



Fonte: Elaborado pela autora

A práxis, resume em si a possibilidade de metamorfose que a educação representa, pois sempre a reflexão trará uma ação, e nesse contexto que falamos, uma ação sobre a ordem social que está ancorada na acumulação do capital, na meritocracia e na lógica do lucro. Pensamos então, ser conveniente, chamar esta ação interventiva, que se dá dentro da organização política vigente, de uma manifestação da participação cidadã. De uma efetivação da cidadania plena. Portanto, ter clareza de seu contexto e agir coletivamente em função da melhoria e bem-estar das condições de vida desse coletivo, pode ser denominado, acreditamos, de exercício de cidadania.

A criticidade é essencial para o exercício democrático, a práxis é a ferramenta para o exercício democrático e cidadão. Freire acreditou e com seu método de alfabetização de jovens

e adultos, objetivava o engajamento, o associativismo, a intervenção popular, o exercício da cidadania. Com base naquele contexto, Freire (2021, p.123 e 124) afirmou

Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De **criação de disposições democráticas** através da qual se substituíssem, no brasileiro, antigos e culturológicos hábitos de passividade por novos **hábitos de participação e ingerência**, de acordo com o novo clima da fase de transição. (FREIRE, 2021, p. 123-124, grifo nosso)

Quanto mais nós, necessitamos cada vez mais promover uma educação para a reflexão, a coletividade e práxis social. Entretanto, ao mesmo tempo em que a educação se apresenta como solução e promotora de mudança, ela é perpassada por contradições. Ao observarmos a história da Educação, notamos que o tipo de educação muda conforme as demandas do contexto social local e global. A educação está articulada às necessidades de cada época. Entendemos, ser essa educação, crítica-reflexiva, que pode oferecer as ferramentas necessárias para que os sujeitos, entre si, articulem transformações sociais efetivas. A partir das reflexões e mobilizações próprias, porém, que só podem ser formuladas a partir do conhecimento e compreensão da realidade.

Em Mészáros (2008), encontramos a afirmação de que a educação está diretamente ligada com processos sociais mais amplos, dentre eles o modo de produção capitalista. E é nessa união que se encontram as contradições, pois o capitalismo se baseia na lógica do lucro e exploração, se a educação apenas obedece às necessidades do sistema econômico, ela nunca será conscientizadora e muito menos libertária.

Para ele, o capital se apropria da educação para internalizar nos sujeitos “a legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44), portanto, sua aceitação e passividade. Por isso, para que a educação retome seu lugar de agência de mudança, é necessário que junto com ela outras transformações aconteçam em todos os âmbitos da sociedade, uma verdadeira revolução do modo de organização política e econômica. Principalmente, a retomada do domínio sobre o modo de produção.

O entendimento é de que precisamos de uma educação que nos acompanhe ao longo de toda a vida, uma educação plena que compreenda as diversas fases do desenvolvimento, as

outras esferas da existência humana que estão além do trabalho⁶. Uma educação para além do capital. Esta sociedade que precisamos criar, tem que ser qualitativa e autossustentável, na gestão da riqueza e na construção dos seus membros, ou podemos dizer, cidadãos. Sujeitos capazes de “automudança consciente” (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

O papel da educação nesta revolução, para Mézáros, é o de conscientização social e o de criar as estratégias apropriadas para a alteração da conjuntura atual; romper com o capital e pensar novas possibilidades de existência. As duas coisas precisam ser realizadas em conjunto para que se tenha sucesso. Essa difícil tarefa se apresenta como que obrigatória, pois o que está em perigo, com o modo de vida em torno do lucro, é a própria vida da humanidade (MÉSZÁROS, 2008).

A História nos comprova que seus movimentos resultaram da ação humana, da ação integrada de muitos seres humanos. É preciso acreditar, esperar, de que a educação tem potencial de conscientizar as pessoas, para que elas recriem seus modos de vida. Citando novamente Freire (2021, p.60) é “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a”. Eis o nosso desafio e esperança, universalizar a educação, torná-la reflexiva, libertadora, e humanizar a realidade.

⁶ Para Mézáros é definido como “atividade humana autorrealizadora” (2008, p.65)

CAPÍTULO 3 – O DISCURSO NEOLIBERAL E AS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Eu era uma estudante, finalizando minha graduação. Certo dia, ao fazer o caminho de volta para casa, encontrei no ônibus um conhecido que ao contrário de mim, havia ingressado há pouco tempo em umas das engenharias – não me recordo qual em específico, na Universidade do Estado. Puxei conversa sobre sua experiência, sobre como estava sentindo o ambiente universitário.

Contrariando minhas expectativas, ele me relatou alguns pontos negativos. Percebi que assim se configuravam por questões subjetivas, relacionadas com suas necessidades. A sua realidade o fazia achar ruim o curso ter carga horária integral (manhã e tarde), porque não permitia que ele trabalhasse e tivesse renda. Ele comentou que talvez migrasse para outro curso que pudesse ser realizado em apenas um turno. Ou mesmo um curso técnico, “é mais jogo” disse ele, não leva tanto tempo e se consegue emprego com salário um pouco melhor do que apenas com ensino médio.

Eu sabia que ele era um menino vindo da escola pública, que tinha grande habilidade para as ciências exatas e que seria como que um desperdício (e quando não é?) depositar tanta riqueza em um mero curso técnico e um emprego no distrito. Tentei convencê-lo de tentar outros caminhos. Ele argumentou que já havia tentado outras seleções para setores das forças armadas, por não ver futuro para ele na engenharia.

Disse para mim que ser engenheiro “é só um título, tem engenheiro montando moto na linha de produção da Honda e fazendo Uber, é só um título” e mais, “esse curso é feito pra riquinho, que vai formar e ganhar um emprego na empresa do pai”. Pensei o quanto de verdade tinha nessa fala... a facilidade de emprego é maior para alguns? Parece que sim, e também, eu mesma já havia conhecido pessoas com formação, com anos de carreira em uma empresa que, após serem demitidas, atuavam como motoristas de aplicativo para conseguir renda.

Que realidade é essa em que ter formação acadêmica e profissional possui tão pouco valor? Que sociedade é essa em que mais vale um curso técnico do que uma pós-graduação? Aqui não tenho a intenção de hierarquizar ou desmerecer pessoas por seu nível de ensino, mas refletir que, ao mesmo tempo em que o acesso ao conhecimento é desigual e exige suporte financeiro (o que torna mais difícil para um grupo de pessoas se inserir no mercado e alterar

sua realidade material), aos que tem esse suporte e adquirem formação intelectual, nem para esses há tanto espaço. Irônico é que passamos a vida nos preparando para o mercado de trabalho e nem sempre ele nos concede uma vaga.

O que mais machucou a mim, naquela conversa, foi vê-lo duvidando da própria capacidade. “Até quando eu vou ser um fracassado?”, ouvi essa pergunta da boca de alguém que eu tanto admirava e sabia de todo potencial. Naquele contexto, essa pergunta tinha a ver com a reprovação nas seleções das forças armadas e com as dificuldades iniciais do curso. Mas enxerguei a aflição de alguém que tinha pressa, precisava de uma saída rápida para sua condição material escassa. Para sua existência ter mais dignidade, conforto e acesso. No seu cronograma espremido, não cabiam 4 anos estudando em tempo integral e sem emprego.

Lancei mão de tudo que aprendera em minha graduação, sobre a desigualdade, as classes sociais, as estruturas historicamente estabelecidas, as condições básicas para aprendizagem... tudo! Não queria que ele carregasse essa culpa. De nada adiantou, explicar a realidade não ajuda a minimizar a miséria das pessoas. Só entendi isso, depois do choque que levei com sua resposta, “isso é uma ilusão Carla, não vou lascrar a minha vida pra romper com sei lá o quê”. Temos que dançar conforme a música, para quê tentar alterar a realidade?

No ano seguinte, veio a pandemia, soube que ele trancou o curso e tentou iniciar um tecnólogo noturno em uma universidade da rede privada, enquanto trabalhava durante o dia. Afinal, ele precisava correr atrás de sua subsistência.

Esse mundo não nos dá escapatória, porque do contrário, pagamos com a fome, com a doença sem possibilidade de tratamento... por vezes com os sonhos e a existência limitada. Nos faz questionar nossa inteligência, nosso valor e nos reduzir ao nível de fracassado. E principalmente, nos faz acreditar que essa organização não pode ser mudada.

O drama que relato acima é quase que insignificante em comparação com o drama de muitas outras pessoas. É certo que aquele jovem tem tempo e habilidades para conseguir assegurar sua subsistência, é apenas uma questão de tempo. Contudo, não deixa de ser uma história representativa. Assim como existem tantas outras histórias únicas e singulares que compartilham semelhanças, são tantas, que parece coincidência além da conta.

Podemos com esse exemplo, colocar em cena a problemática da Educação, que valor ela tem atualmente? Ao mesmo tempo em que a ascensão social não acontece sem ela, apenas

ter educação não garante “sucesso”. Ou mesmo, que condições existem para que se acesse à Educação? Ou, que educação foi e está sendo oferecida, de maneira que os educandos estejam convencidos de que é impossível alterar sua realidade? Vamos tentar dar nome a esses personagens. O fato de nossa sociedade estar organizada dessa maneira tem uma explicação.

Atualmente, vivemos em um mundo dividido em Estados-nações ou países. No caso do Brasil, vivemos em um regime político democrático, portanto, temos uma estrutura burocrática que gere e regula as relações nessa sociedade, o Estado. Além do regime político, temos o econômico, que podemos definir como capitalista e neoliberal.

O termo neoliberalismo tem sido utilizado para definir as relações econômicas na contemporaneidade. “Neo” é um prefixo que quer dizer “novo”, portanto, neoliberalismo é uma versão atualizada e readaptada do Liberalismo primário, originado a partir das Revoluções Burguesas⁷ e da criação do Estado Moderno. Aquele liberalismo tinha John Locke como teórico principal e propunha que o Estado não interferisse nas relações do setor econômico, nem sobre a liberdade dos indivíduos.

Como vimos no capítulo 1, o Estado Moderno foi criado pela burguesia insurgente, e se configurou como um Estado Liberal, que via a pobreza como algo natural e de responsabilidade apenas dos sujeitos. Após uma série de acontecimentos históricos, como a crítica marxista ao capitalismo e os movimentos socialista e comunista, criou-se então o Estado de Bem-Estar social, já no século XX, como alternativa para atender as questões que estavam sendo reivindicadas pelos movimentos citados, a saber, a seguridade social.

O século XX foi um século de conquistas de direitos políticos e sociais. Esse cenário de progressão foi interrompido em 1979 e 1980, quando a Inglaterra e os Estados Unidos de maneira clara, reduziram os direitos sociais em função do favorecimento do mercado. Tal acontecimento é considerado um marco de inauguração do Estado Neoliberal; consideramos, é claro, que esse evento foi resultado de outras transformações e experimentos sociais gestados anteriormente, em especial a partir da década de 1930 – 1940, após a grande depressão.

As medidas tomadas em 1980, sinalizaram o início de um novo momento histórico, pois houve uma abertura dos Estados para rever o Estado de bem-estar, e caminhar no movimento contrário, de regressão e declínio. Por meio da implantação de novas políticas que reduzem os

⁷ Revolução Inglesa (1640), Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789).

direitos sociais, trabalhistas e minam as políticas de amparo do Estado, abrindo espaço para o reestabelecimento de um Estado Liberal, agora em novos moldes, com novas estratégias mais adequadas ao contexto pós-moderno.

Como aponta Andrade (2019), o termo “neoliberalismo” começou a ser discutido intensamente no meio acadêmico a partir dos anos 2000, gerou (e gera) muita controvérsia, pois além de defensores e opositores, percebeu-se uma tarefa difícil definir seu conceito, listar as características que o compõe, pela diversidade de percepções e pela multiplicidade de atuação do neoliberalismo ao redor do mundo. Algumas teorias foram lançadas⁸, contudo, o tema é recente, presentista e segue como objeto de estudos e formulação conceitual.

Atualmente, neoliberalismo também pode ser entendido como uma ideia de modo de gestão do capital, a fim de que se permaneça na lógica do lucro e no modo de produção capitalista. Pode ser entendido como uma nova estratégia para a resolução das crises que são sistêmicas no modelo econômico vigente. Sobre a definição do termo, Maria Paniago (2012) descreve:

Ele apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas intentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho (PANIAGO, 2012, p. 1).

Do que já se pode afirmar, nota-se que o Neoliberalismo possui duas principais características: a inserção e utilização da própria máquina pública – o Estado, por meio da alteração das legislações e políticas públicas, o que leva, por conseguinte à fragilização do governo do Estado de bem-estar; e a responsabilização cada vez maior do sujeito pela sua própria subsistência, carecendo de direitos, em especial, os trabalhistas.

A transformação do Estado não quer dizer torná-lo mínimo, mas sim, aliado ao setor empresarial. Transpor a lógica do capital para o Estado, alcançando o âmbito da vida social e

⁸ Definição Foucaultiana; Marxista; Bourdieusiana; Weberiana; Pós-colonialista; Hibridismo Governamental e Neorregulacionista. (ANDRADE, 2019)

transpor a lógica do capital para a lógica da vida no sentido particular, subjetivo. O próprio indivíduo se vê como uma empresa que deve ser gerar alta produtividade.

Utilizando a definição Foucaultiana, compreende-se o neoliberalismo como uma forma de “governamentabilidade”, ou seja, uma maneira de conduzir ou orquestrar os processos. Uma nova (e revisada) forma de governar e exercer poder. Portanto, um modelo de gestão, dividido em duas esferas: social e subjetiva. Nesse sentido, vejamos o que Franco, Castro e Manzi (2021) escreveram sobre como Foucault definiu o neoliberalismo. Ele o entendia

como uma forma específica de governamentabilidade, na qual a economia se converte em um modo de gestão de si e dos outros. Como modo de gestão de si, o neoliberalismo pressupõe um sujeito que age em conformidade com a lógica capitalista, movido pelo interesse, pela utilidade, pela satisfação, que se traduzem nas formulações teóricas em termos matemáticos. Como gestão dos outros, o neoliberalismo pressupõe um modelo de interação social baseado na dinâmica do mercado. [...] Depois de esvaziar a vontade humana de tudo que não esteja em consonância com os ditames do mercado, o neoliberalismo a desloca para o centro de seu funcionamento (CASTRO; MANZI, 2021, p.66-67).

Este sistema posto, responsabiliza exclusivamente o indivíduo pela garantia de seu próprio bem-estar, desconsiderando as condições sócio-históricas previamente estabelecidas nas macroestruturas da sociedade. Desse ponto de vista, o indivíduo é considerado como uma empresa que se autogere, vulnerável à insegurança e instabilidade do mercado. O neoliberalismo atinge seu corpo e mente, sua condição da vida material e sua condição emocional e mental.

O termo “capital humano”, reflete esse movimento de transposição do modo de funcionamento do mercado para o modo de funcionamento da vida. Visto como mercadoria, a valorização do indivíduo se dá conforme acesso à Educação, quanto maior for a formação educativa, mais o indivíduo é valorizado no mercado (ibidem, 2021, p.48).

A “gestão do outro” faz referência ao aspecto social, aos mecanismos complexos de estruturação da sociedade. Ao que parece, o Estado de bem-estar tem sido afetado e invadido pelo modo de governança neoliberal, por meio da efetivação de políticas públicas que estabelecem parcerias com o setor privado e retiram do setor público a responsabilidade da oferta de determinados serviços, ligados aos direitos sociais, como por exemplo, saúde, educação e previdência.

Nesse sentido, do ponto de vista da definição Foucaultiana, Andrade (2019, p.219), explica que “não se trata, portanto, da instituição governo, mas da ação de reger a conduta dos homens em um quadro e com instrumentos estatais” [...] A ênfase recai, portanto, na racionalidade política que busca reconfigurar normativamente prática e instituições”.

Isso apenas colabora com a ideia que estamos desenvolvendo de que uma das características do neoliberalismo é a sua inserção no Estado e reconfiguração das relações econômicas a partir dele, relações estas que impactam diretamente nos sujeitos. Estabelecendo normas e políticas, regulamentadas e institucionalizadas. Assim, o Estado deixa de minimizar as desigualdades sociais, para cuidar do interesse e bem-estar do setor econômico. Como aponta Andrade (2019):

A legitimidade do Estado acaba atrelada à sua capacidade de garantir e alimentar a racionalidade econômica. As novas políticas sociais de *workfare* promovem um cidadão baseado no interesse egoísta cujo cálculo ultrarresponsabiliza-o por tudo o que ocorre com ele, ao passo que desobriga o Estado da garantia de direitos (2019, p. 220-221).

Stephen Ball (2020) materializou em sua pesquisa, um exemplo da implementação neoliberal, analisado especificamente o campo educacional; descreve de maneira consistente uma série de acordos realizados entre agências Americanas e Britânicas com países distintos (como China, Índia e África). Acordos em que instituições filantrópicas ofereceram “apoio” ao financiar a criação de escolas privadas de baixo custo; Ball conclui que com o discurso de tentativa de “resolução do problema do Estado” (o problema do acesso à Educação), se revelou na realidade, para o setor privado um grande campo de investimento, em que a Educação Básica em larga escala foi entregue para setor privado e lhes gerou lucros consideráveis.

Nesse caso, a efetivação dos projetos aconteceu com a mediação do Estado, flexibilizando políticas públicas e criando outras novas. Ou seja, atuando como um Estado Neoliberal. Não iremos focalizar na filantropia, mas iremos por esse caminho de desmistificar o entranhamento do discurso neoliberal nas políticas públicas e ações da gestão pública endereçadas à Educação.

Ao definir neoliberalismo, ao que aparenta, Ball se ampara na definição do hibridismo governamental⁹ e apresenta três estratégias ou três etapas que os defensores do neoliberalismo procuram desenvolver para implementá-lo no setor público. São elas: “proto’ neoliberalismo, neoliberalismo ‘*roll back*’ e neoliberalismo ‘*roll out*’ (PECK E TICKELL, 2002 *apud* BALL, 2020, p. 26). Proto se refere à construção intelectual do neoliberalismo, os teóricos e defensores que formulam o discurso e atacam o Estado de Bem-estar.

Roll back, por sua vez, se refere à destruição das políticas públicas e instituições coletivas, desqualificando e destituindo; é o desmonte das conquistas sociais até então efetivadas. A tradução literal de *roll back* significa “reverter”, desfazer algo. E por fim, *roll out*, é a fase em que novas políticas e instituições são estabelecidas e o modo de governança neoliberal é implementado – de maneira irregular – no Estado, transformando-o aos poucos em Estado Neoliberal.

No sentido prático, deixar de lado políticas estabelecidas (*roll back*) e instaurar outras (*roll out*), depende da ação de pessoas, instituições, negociações... O que Ball apresenta em sua pesquisa, é como essa articulação acontece de maneira concreta, em casos específicos (instituições norte americanas financiando escolas na Índia), que usa como amostra de um movimento que sugere ser global.

Para tentar delinear as conexões e relações entre os agentes, Ball analisou “redes políticas” e as desenhou, literalmente. As redes políticas, são as interações existentes entre diversos agentes sociais, como: Institutos privados, Filantropos, ONG’s, Jornais, Think thanks¹⁰, canais de comunicação, pessoas influentes, políticos; que agem de maneira coordenada para levantar demandas, negociar e introduzir nas ações estatais, meios de favorecimento próprio.

Por exemplo, a Atlas é uma fundação de pesquisa econômica com sede em Virginia (Estados Unidos), esta fundação, no entanto, se conecta (alimentou ou alimenta) mais de 400 organizações de mercado livre em mais de 80 países; apoia centros de educação de livre iniciativa que trabalham diretamente com jovens, conduz o Fórum da Liberdade em que reúne

⁹ “inspirada na abordagem foucaultiana, não considera o neoliberalismo como sistema e sim um conjunto migratório de práticas que se adaptam a diversas situações e que participam de mutantes configurações de possibilidade” (ANDRADE, 2019, p.231)

¹⁰ São instituições que oferecem dados para fundamentar e auxiliar na tomada de decisão e formulação de políticas públicas.

pensadores liberais, organizações que defendem a escolha da escola¹¹, entre outras. As redes “são um tipo de ‘social’ novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos. Eles constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções [...]” (BALL, 2020, p.29).

A influência direta da ação coordenada das redes políticas sobre as políticas de Estado, tem sugerido uma alteração no modo de governo, permitindo a maior inserção dos interesses do setor privado e dando a ideia de redistribuição do poder ou democratização do poder, por ser gestado por agentes, que não os gestores e servidores públicos. Contudo, como comprovou Ball (2020), o poder de influências das redes se deve a sua relevância econômica precedente de cada “elo” e “nó” dessa rede.

Essa ideia de descentralização da gestão, transforma a adoção do conceito de “governo” na adoção do conceito de “governança”. Ao que nos foi possível ler, compreendemos que “governo” seria definido pela concentração na estrutura e burocracia do Estado para escolha e resolução dos problemas sociais. A “governança” por sua vez, seria um conceito que abarca a flexibilidade na gestão dos recursos públicos, mediada pelas redes políticas. “Metagovernança representa uma mudança na organização e nas práticas do Estado, que, em ciência política, é comumente referida como uma mudança de governo para governança”. (ibidem, p.47)

As estratégias para incorporação do discurso e práticas neoliberais são inteligentes e pouco discretas. Aos poucos os discursos, vinculados nos mais variados suportes, “denunciam” a necessidade intensa de desestatização, depreciando o setor público, criticando e expondo suas dificuldades de funcionalidade. No campo da Educação, são realizadas comparações entre resultados de escolas públicas e privadas, apontando o setor privado como solução para todos os problemas sociais (*rool back*).

Ao mesmo tempo¹² em que parcerias com o setor privado são estabelecidas de maneira direta ou indireta; por meio de uma aliança clara ou por meio de modificações na legislação privilegiando o setor privado (*roll out*). No molde neoliberal, o Estado deixa a responsabilidade de promoção, “prestação” dos serviços, e passa a ser gestor, “contratante” dos serviços;

¹¹ Movimento muito forte nos Estados Unidos, pais que se juntam à lideranças do movimento e lutam para escolher a escola de suas crianças e adolescentes.

¹² No mesmo sentido: “O ponto é que a reforma neoliberal é tanto exógena (privatizadora) quanto endógena (reformista), o setor público é substituído e reformado ao mesmo tempo, e as duas coisas são conectadas” (BALL, 2020, p.43).

terceirizando a responsabilidade e oferecimento ao público (ibidem, p.37). Portanto, uma mudança do modelo de governo para o modelo de governança, ou “governamentabilidade” no vocabulário de Foucault.

Essencial, como podemos notar, é a formulação e divulgação dos discursos. Por isso a fase “proto” é parte vital para o sucesso na implementação do modelo neoliberal. “Proto” significa o empenho de uma elite intelectual na produção de teorias para sustentação científica e conceitual do benefício e necessidade do neoliberalismo. Teorias econômicas densas, de fato, são formuladas e propagadas no meio acadêmico.

Contudo, em sua circulação popular e cotidiana, esse discurso é destituído dos termos conceituais e revestido de “simplicidade” e acessibilidade. Nesse sentido, o papel dos sites, jornais, rádios, redes sociais, plataformas de vídeos, influenciadores digitais ou mesmo de líderes políticos; destacam-se como necessário e eficientes. Podemos ousar em afirmar que nas redes políticas, existem “sub redes” de comunicação adequados para os diversos nichos.

O desenvolvimento dessas três fases do neoliberalismo, não ocorrem necessariamente desencadeadas na sequência proto – roll back – roll out. Assim como as redes criam vários núcleos que interagem de maneira complexa, o efetuar das fases de igual modo ocorre de maneira complexa, não linear. No entanto, jamais desarticuladas ou desorganizadas. Há uma intencionalidade. Vejamos o comentário de Ball (2020):

Janelas de políticas são, pelo menos em parte, construídas discursivamente, e especificamente aqui janelas são criadas dentro dos processos e das atividades e críticas ideológicas de neoliberalismo “proto” e “roll-back”. Além disso, essas críticas, [...] são tipicamente, “totalmente financiadas” e estrategicamente articuladas. [...] Problemas de política são geralmente “construídos” ao invés de identificados (2020, p.41).

Na fase “proto”, como explanado, se criam teorias e fundamentos intelectuais para convencer da necessidade do neoliberalismo. A criação de demanda também pode ser gerada a partir dos dados fornecidos pelas “thinks thanks”, apontando setores que precisem de mais atenção por parte do setor público. O que Ball sugere nesse trecho que citamos, é de que há possibilidade de muitas dessas demandas serem insinuadas e não necessariamente reais.

Ao que podemos inferir, a finalidade do discurso formulado e divulgado a partir das redes é a criação de “janelas de políticas”, pois essa janela é o meio de entrada do discurso neoliberal no Estado de bem-estar e início do caminho para o estabelecimento do Estado Neoliberal. A criação e circulação de um discurso que incita a simpatia e a necessidade de implementação de tal sistema. O modo de veicular esse discurso é dinâmico e complexo, perpassa por todos os estratos sociais e está sendo internalizado pelos indivíduos, que se autodisciplinam, autogerem e auto empreendem.

Em síntese, o Neoliberalismo é a formulação de um sistema político de governança, ou governamentabilidade, que quer estabelecer a lógica da empresa no Estado. Portanto se embuti no Estado para minar as políticas públicas sociais e colocá-las sob domínio do setor privado. Utilizando estratégias gestadas e financiadas pelos representantes dos interesses econômicos, para efetivação da criação do Estado Neoliberal, tem avançado na expansão de sua implementação por meio da formação de redes políticas. Ball (2020) ressalta a relação Estado e neoliberalismo quando afirma que

O neoliberalismo também atua nas instituições do setor público e no Estado - de fato, o Estado é importante para o neoliberalismo como regulador e criador de mercado. [...] O neoliberalismo é também realizado, disseminado e incorporado por meio de quase-mercados, *parcerias público-privadas*, o empreendedorismo de organizações públicas, e o trabalho de instituições de caridade e organizações de voluntariado [...]. (BALL, 2020, p. 42, grifo nosso)

Uma vez que o Estado concede ao setor privado legalmente a redução de direitos sociais (como os trabalhistas e mesmo civis); ou quando, ao invés de criar mecanismos para a promoção e oferta gratuita de serviços básicos (como educação e saúde), forma parcerias que induzem a população a pagarem por esses serviços no setor privado, por não ter oferta gratuita; o que resulta é um indivíduo, cidadão, totalmente desassistido, desamparado e sobrecarregado.

3.1 Discurso Neoliberal e a Educação Brasileira

Na primeira parte desse capítulo, exploramos como o discurso neoliberal tem invado o Estado e as políticas sociais em geral, entregando ao setor privado serviços básicos que deveriam ser promovidos pelo Estado (como saúde, educação, previdência, gestão de recursos naturais, entre outros). Neste subtópico, trataremos da presença desse discurso em políticas educacionais brasileiras, e para isso exploraremos um exemplo.

Em âmbito nacional, a legislação do chamado “novo Ensino Médio” apresenta uma série de sinalizadores da influência do setor econômico sobre ela. Para que se chegue à compreensão de sua formulação, é necessário conhecer o caminho percorrido, por isso também abordaremos questões sobre o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois o novo formato do Ensino Médio se ancora diretamente na BNCC. A análise realizada aqui se limitará apenas aos documentos escritos, não irá abranger aspectos como a transição, implementação ou realidade atual das escolas.

O caminho da legislação do Ensino Médio se inicia na própria Constituição Federal de 1988, que a partir de seu artigo 205, estabelece princípios gerais para a Educação, sendo um deles a garantia da oferta da Educação Básica de maneira gratuita a todos os cidadãos brasileiros, fixando ainda, o acesso ao ensino como um direito público subjetivo. Acrescentou-se à Constituição em 1996, por meio de emenda constitucional, os níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a divisão de competências entre União, Estados e Municípios.

Neste mesmo ano, em 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, lei 9.394/1996¹³), que contém um detalhamento maior sobre os níveis da Educação Básica, da Educação Profissional e da Educação Superior, e suas respectivas finalidades. Como se explicita em seu título, a lei fornece diretrizes e elementos gerais para a organização da Educação no país, deixando espaço para a adequação aos contextos variados.

A indicação de criação de uma Base Curricular, está presente na Constituição de 1988 (art. 210) e LDB (art.26), assim, desde a década de 1990, houve uma iniciativa em torno da

¹³ Alterada pela lei 13. 415 em 2017. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>

formulação de documentos e referenciais nacionais. O Ministério da Educação e Desporto (MEC), em 1997 e 1998, lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e, no ano 2000, lançou os PCNs para o Ensino Médio.

Os PCNs em geral tinham o objetivo de organizar quais os conteúdos deveriam ser explorados em cada série e nível de ensino, bem como designar as expectativas de aprendizagens para cada a faixa etária, considerando a fase do desenvolvimento respectivamente. Após o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE) se mobilizou para redigir as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais e para cada nível de ensino da Educação Básica.

Tais Diretrizes foram publicadas com o intuito de oferecer para as escolas maior direcionamento sobre a organização e planejamento das atividades pedagógicas. Em 2010 são publicadas as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica e as diretrizes para a Educação Infantil; em 2011 as diretrizes para o nível de Ensino Fundamental e em 2012 para o Ensino Médio. O conjunto dos PCNs e Diretrizes, configurou como o primeiro referencial curricular para o Brasil, exerciam a função de balizadores de todo o sistema de Educação brasileiro, portanto, representavam o esforço do governo em organizar uma Base Curricular Nacional.

Em 2009, outra emenda constitucional acrescenta à Constituição o artigo 214. que determina a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), com metas e estratégias para políticas educacionais a serem atingidas no período de 10 anos; tais metas devem ser revistas e reformuladas após esse período. Então, em junho de 2014 foi sancionada a lei 13.005/2014, e instituído o primeiro PNE brasileiro, com 20 metas abrangendo expansão e universalização da Educação Básica (Alfabetização, Inclusão, Educação em tempo Integral, Gestão democrática); valorização dos profissionais da educação por meio de planos de carreira; e ampliação da educação superior. No PNE, é novamente reforçada a ideia de implementação de um referencial curricular para o país.

Podemos dizer que a junção de alguns fatores levou à construção da BNCC, como por exemplo o caminho dos documentos públicos citados (PCNs, DCNs, PNE); alguns movimentos organizados pela iniciativa pública¹⁴ e a participação no debate de organizações oriundas da

¹⁴ Como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012); Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (2013), e principalmente, a Conferência Nacional de Educação (2014).

iniciativa privada, representações como da ong Todos Pela Educação¹⁵ pertencente à Fundação Lemann e o Movimento Pela Base Nacional Comum¹⁶ que se identifica como uma organização não governamental e apartidária, possui membros representantes do Instituto Natura, Itaú Social, Vivo e parceiras com o Instituto Ayrton Senna entre outros.

A participação de instituições da iniciativa privada se deu desde a formulação da primeira versão da Base Nacional Curricular. Em junho de 2015, há uma movimentação clara do Estado brasileiro com a realização do I Seminário Interinstitucional para Elaboração da BNC¹⁷, no então governo da presidenta Dilma Rousseff. Desse Seminário, institui-se uma Comissão de Especialistas, responsáveis por redigir a primeira versão do texto da BNCC.

De fato, a produção da BNCC foi processual, a primeira versão publicada em 2015, ficou aberta para consulta pública em um site (criado com essa finalidade), foram realizados seminários em todos os Estados para discussão do texto proposto. Das críticas e sugestões recebidas, o CNE formulou pareceres e solicitou nova versão do texto, por serem necessárias alterações (ROSSANO, 2020, p.68).

A segunda versão foi entregue em maio de 2016, e foi disponibilizada para consultas públicas por meio do site. Entretanto, em agosto de 2016, após um Golpe Político, houve um processo de Impeachment da presidenta Dilma Rousseff e assumiu a presidência, como interino, o até então vice-presidente, Michel Temer. Temer efetuou mudanças cruciais para o processo de construção da BNCC: revogou 12 nomeações de membros do CNE e substituiu o Conselho de Especialistas das Universidades Federais por um Comitê Gestor. Dessa maneira, aumentou significativamente a representação empresarial e das universidades privadas, em detrimento da representação das universidades públicas (idem, p.69).

Em maio de 2017, a terceira e última versão da BNCC foi instituída, permaneceu aberta para ouvir comentários entre junho e setembro, e apesar de comentários a favor e contra, em dezembro de 2017 o texto foi aprovado pelo CNE, e atualmente segue em vigência. Rossano

¹⁵ “Apoiamos organizações e fazemos parte de coalizões e movimentos que buscam garantir que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) seja implementada com qualidade em todo o Brasil: Movimento pela Base, Educação Já, Instituto Reúna e Nova Escola. Trabalhamos em articulação com Consed e Undime no monitoramento do avanço da implementação da BNCC. Produzimos insumos técnicos e orientações para orientar gestores públicos e ainda atuamos com instituições de pesquisa de ponta no Brasil e no exterior para avaliar a implementação da BNCC e propor recomendações”. Informação retirada do site <<https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/politicas-educacionais>> acesso em abril de 2023.

¹⁶ <<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>

¹⁷ Maiores informações sobre o histórico a Base Nacional Comum Curricular no site: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>> acesso em abril de 2023

(2020) após análise dos pareceres do Conselho Nacional de Educação, aponta grande diferença entre as duas primeiras versões e a terceira. Principalmente, no que diz respeito a fase de escuta e consulta pública aos profissionais atuantes na Educação Básica, mas também na concepção de conceitos, como por exemplo, na versão de 2015 o conceito apresentado é o de “direitos de aprendizagem” e não aparece no texto a palavra “competências”¹⁸. Já na terceira versão do texto (2017), os “direitos de aprendizagem” são colocados como subjugados às competências (idem, p.39).

Por que isso seria tão prejudicial? A argumentação dos grupos a favor da BNCC, em especial dos representantes da iniciativa privada, é a de que a Base democratiza e favorece a redução das desigualdades sociais, por meio de avaliações se consegue garantir a qualidade da Educação Básica. Por outro lado, as críticas que a base recebeu, por estar formulada dessa maneira, se ancora na total submissão da educação brasileira à lógica da produção e do resultado, portanto, à lógica do mercado¹⁹. Além de ao uniformizar, excluir a diversidade, também não dá atenção aos contextos mais específicos como Educação de Jovens e Adultos (EJA), e Educação do Campo.

É nesta versão da Base Nacional Comum Curricular que se ancora a alteração no modelo do Ensino Médio, mais conhecido como “Novo Ensino Médio”, observemos agora esta modalidade de ensino.

Algo em comum a todos os documentos citados até então, é considerar a finalidade da educação em dois âmbitos, o preparo para a cidadania, portanto a dimensão da vida social, das relações interpessoais, da política; e o preparo para o mercado de trabalho, a dimensão da produção de riqueza e subsistência; do mercado. Compreendendo que as duas esferas não estão desvinculadas, mas que são colocadas como duas dimensões representativas da função social da Educação, nos documentos oficiais. A começar pela própria Constituição Federal de 1988²⁰.

¹⁸ A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu setor de Formação Profissional, produziu vasto material teórico na década de 1990, em que centralizava as competências como base do processo formativo. Naquele contexto, “competência” foi definida como capacidade produtiva, e se visava a formação de um profissional com capacidade de adaptar-se a diferentes demandas, contextos e resolução de problemas (ROSSANO, 2020, p.49). A medida fazia parte de uma “reorganização produtiva” pela qual a sociedade passava, o autor defende que os PCNs brasileiros foram formulados baseados na “pedagogia das competências”, que seria o conjunto de ações e documentos que defendem a responsabilização do indivíduo. Influenciando, por conseguinte, a BNCC.

¹⁹ A discussão sobre “competências” é um bom exemplo, ela obedece à lógica da individualização e da empregabilidade. A educação estaria a serviço, claramente, da preparação de concorrentes para o mercado, concorre melhor o que possuir mais habilidades e competências.

²⁰ “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania

O Ensino Médio se constitui como última etapa do sistema da Educação Básica brasileira, sua oferta gratuita e pública é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Por estar localizado no fim de um dos níveis de ensino, possui uma finalidade específica, que busca corresponder ao momento do desenvolvimento humano da faixa etária correspondente e seu momento de vida social. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2014, p.465), a finalidade do Ensino Médio é:

Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir ‘aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea’, como definido na Introdução desta BNCC”.

O nível do Ensino Médio possui algo especial, por se constituir como a última etapa da Educação Básica recebe um olhar e cobrança diferentes, pois coloca em evidência todo o trabalho realizado nos níveis anteriores, e testa os conhecimentos que o aluno deve construir ao longo de sua formação. É nesse momento que há uma “constatação” dos resultados de todo o processo educativo, que devem ser: atuação na sociedade (cidadania) e no meio profissional (mercado de trabalho).

Considerando ainda a faixa etária do público do Ensino Médio. Se no ensino regular, jovens entre 15 e 17 anos, saindo da adolescência e aprendendo sobre a vida adulta; se na educação de jovens e adultos, pessoas com idade superior, já adultas em busca de autorrealização ou de melhorar sua condição social. Algumas estratégias já foram pensadas para essa transição, o Programa Menor Aprendiz pode servir de exemplo, o programa consiste em inserir adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, com direitos trabalhistas (como a carteira assinada), recebendo remuneração e dentro de uma carga horária que possibilite a continuidade nos estudos.

Essa preocupação pode ser percebida igualmente no PNE de 2014, na Meta 11, em que se almeja “Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão do segmento”

(BRASIL, 2014). O texto é claro em evidenciar a intenção de ampliação da educação profissional vinculada ao nível do Ensino Médio, e de fato, foi o que veio a acontecer.

Para que fosse possível o estabelecimento da BNCC nos moldes atualmente postos, foi necessária uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em fevereiro de 2017 a Lei 13.415/2017, alterou o art. 36 da LDB e estabeleceu novos parâmetros para o Ensino Médio. Além da Base, a reforma veio acompanhada de outros documentos, como a Resolução nº 3, de 21 novembro de 2018, que defini questões práticas da nova organização e um guia para implementação nas escolas (Itinerário de Formação Técnica e Profissional).

Utilizaremos principalmente a Resolução nº3/2018 e o Itinerário de Formação Técnica e Profissional como referências. Por serem documentos com maior riqueza de detalhamento a respeito do fazer prático cotidiano e das definições dos termos empregados. A Resolução aborda princípios gerais e questões mais específicas como disciplinas, carga horária, eixos da BNCC e os itinerários formativos. O Itinerário discorre sobre as possibilidades de oferta da Educação Profissional Técnica.

Em linhas gerais, os dois documentos definem que:

- A legislação para o Novo Ensino Médio foi estabelecida em articulação com o PNE e a LDB;
- As diretrizes são válidas para todas as modalidades de ensino do Ensino Médio;
- O Currículo do Ensino Médio é formado pela BNCC e por Itinerários Formativos;
- Os Itinerários Formativos são 5: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Técnica e Profissional;
- A carga horária total deveria ser de 3.000 horas a partir de 2022. Divididas em, até 1.800 horas para conteúdo da BNCC e no mínimo 1.200 horas para os Itinerários Formativos;
- Há diversos arranjos possíveis para a oferta dos conhecimentos básicos e dos itinerários formativos, fica a critério de cada escola escolher que modelo lhe é conveniente.

As características listadas podem nos oferecer uma visão geral das alterações realizadas. A principal mudança é a da organização por “Itinerários Formativos” e a carga horária, se antes a organização se dava por disciplinas, agora se dá pelos Itinerários e a característica de obrigatórios e optativos. Como já citado, os Itinerários Formativos são cinco (Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Técnica e Profissional).

Linguagens e suas tecnologias, Matemática são obrigatórios nos três anos, os outros itinerários a partir de determinada carga horária, passam a ser opcionais. Fica a critério do estudante escolher com qual itinerário possui mais afinidade, para cumprir a carga horária total de 1200 horas o aluno deverá fazer mais de um itinerário, e não é obrigatório escolher o itinerário de Formação Profissional.

Em tese a escolha do itinerário é do aluno, orientado pelos professores. Contudo, a oferta dos itinerários varia conforme as possibilidades estruturais de cada escola, sendo assim, a escola não é obrigada a oferecer as cinco alternativas de itinerários que constam na legislação. Isso pode reduzir consideravelmente a possibilidade de escolha dos alunos. Abre-se uma nova oportunidade de mercado para o setor privado, que pode vender itinerários diversos para as escolas. No entanto, o que nos interessa aqui é questionar qual a necessidade de inserir a formação técnica no currículo.

Considerando que no novo Ensino Médio uma parte é composta por conteúdos básicos iguais para todos e outra parte é optativa, o ensino passa a ser ainda mais fragmentado pois o acesso é ramificado e não universal (FERRETTI, 2018). O argumento é de que o aluno escolha as áreas com que tem mais afinidade e que irão colaborar com seu futuro, optando por, seguir no mundo dos estudos ou no mundo do trabalho. Esta escolha está posta literalmente na Resolução nº 3 na sessão em que se definem os termos, itinerários são definidos como:

III- itinerários formativos: cada conjunto de unidades ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e *se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho* de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade. (BRASIL, 2018, p. 2, grifo nosso)

Nesse trecho podemos inferir alguma justificativa para a inserção da Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio, entende-se que a intenção é preparar o indivíduo para o seu

futuro profissional, seja intelectual ou técnico²¹. Pode-se afirmar que esta medida foi tomada tendo em vista a inserção no mercado e empregabilidade. Sobre a definição do termo, a Resolução nº3 de 2018 (BRASIL, 2018, p.7), art.12, inciso V, define o que se entende por “formação técnica e profissional” na legislação em questão. É definida como:

Formação técnica e profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, *quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo* e suas contínuas transformações em condições de *competitividade, produtividade e inovação*, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino”. (grifo nosso)

Percebe-se claramente no texto que a intenção é a de que a Educação acompanhe as necessidades e mudanças no “mundo do trabalho”, servindo aos interesses do capital. Em continuidade ao inciso V, o documento prossegue na definição de “formação técnica”

1º Os itinerários formativos devem considerar as demanda e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses do estudante e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino.

2º Eixos estruturantes:

- Investigação científica; processos criativos; mediação e intervenção sociocultural; **empreendedorismo** (BRASIL, 2018, p.7. Grifo nosso)

É de fato significativo que um documento de legislação nacional contenha em seus eixos geradores palavras pertencentes ao universo do capital. E de maneira extremamente direta represente os interesses do setor privado. Existem inúmeras questões a serem criticadas quanto a aplicabilidade desse modelo proposto, como aponta Ferretti (2018), porém, a questão que nos interessa aqui é a presença de estratégias neoliberais na legislação educacional brasileira, acreditamos que nesta legislação elas estejam claramente expressas.

²¹ Dessa maneira se reforça a dicotomia entre quem faz e quem pensa, e dependendo da qualidade dos itinerários ofertados, o acesso à universidade pode ser dificultado.

3.2 Políticas Educacionais Neoliberais e Cidadania

Agora que já compreendemos que o neoliberalismo iniciou seu processo de implementação de maneira maciça a partir de 1980, como uma nova estratégia do capital para sua permanência diante de mais uma de suas crises cíclicas. Diante de do avanço tecnológico que automatizou os processos de produção industrial e a quase esgotada exploração dos recursos naturais; o capital avançou em direção ao setor de serviços.

A ousadia do neoliberalismo está em inserir-se no Estado de maneira a atuar também nos serviços que são ofertados pelo poder público, incorporando-o ao seu corpo de clientes e ampliando seu campo de obtenção de lucro; ao acabar com a oferta pelo poder público, faz do Estado um contratante dos serviços gerenciados pelo setor privado, terceirizando. Utiliza os recursos públicos para retroalimentar as empresas privadas. Esta é uma estratégia para destruir o Estado à longo prazo.

No campo da Educação, as portas de entrada da estratégia neoliberal tem sido a Legislação e a depreciação da Educação Pública (o que também conta com a ação do poder político), a precarização do sistema educativo brasileiro é a demonstração do avanços bem-sucedidos do capital. Precarizar para entregar às empresas de *edubusiness*. Sobre tais estratégias Libâneo (2011, p.114) afirma

No tocante à educação, a orientação política do neoliberalismo de mercado evidencia, ideologicamente um discurso de crise e de fracasso da escola pública, como decorrência da incapacidade administrativa e financeira de o Estado gerir o bem comum. A necessidade de reestruturação da escola pública advoga a primazia da iniciativa privada, regida pelas leis de mercado. Desse modo, o papel do Estado é relegado a segundo plano, ao mesmo tempo que se valorizam os métodos e o papel da iniciativa privada no desenvolvimento e no progresso individual e social. O Estado, na perspectiva neoliberal de mercado vem desobrigando-se paulatinamente da educação pública.

Este tipo de ataque se faz necessário para a abertura desse “mercado” ao setor privado. A Educação pública, no regime neoliberal, se tornou mercadoria. As escolas, materiais, os itinerários, tudo virou mercadoria. Nessa concepção, a Educação é um serviço como qualquer outro, é mais uma mercadoria que precisa ser vendida a fim de obter lucro e está sujeita às mesmas “estratégias, técnicas e sistemas de valor” (BALL, 2020, p.222).

A crença na incapacidade da gestão por parte do Estado, cria abertura para criação de parcerias e legislações favoráveis ao mercado. As empresas, além de prestar serviços e sugerir políticas, estão agora produzindo as próprias políticas educacionais “em primeira mão” por meio da intromissão de políticos locais e funcionários públicos que compactuam com essas práticas e já as redigem em seus moldes (ibidem, p.178).

Este modo de produção quer se fazer dominante, por isso introjeta-se nas legislações públicas e alia-se à educação para garantir sua hegemonia. A Educação nesse caso precisa atender as demandas do capital e fornecer o “material” adequado ao seu funcionamento. Precisa que a mão de obra possua certas características – ou competências e habilidades, estas não serão desenvolvidas pela empresa nem a curto prazo. Serão treinadas na escola durante um longo processo de formação (LIBÂNEO, 2011).

E sobre que fundamentos estaria assentada a educação neoliberal? Sob a “promoção da **competitividade**, da eficiência e da produtividade demandadas e exigidas pelo mercado” (ibidem, p.126). Desigual em acesso, hierárquica, meritocrática, classificadora. Uma educação disciplinadora, docilizante, centrada cada vez mais no indivíduo e em sua própria capacidade de articulação e trabalho. Educação tecnicista, profissionalizante, sem espaço para a criticidade e reflexão.

A educação que caminha nesse sentido, não oferece boas expectativas para a construção de um Cidadania ativa, já que as bases necessárias para isso não estão sendo cultivadas. Como afirma Libâneo (2020, p.127) “pode-se concordar que as perspectivas para o campo educacional não indicam a construção de uma educação democrática, equalizadora, formadora e distribuidora de cidadania”.

A educação pela qual precisamos lutar é aquela que socializa os conhecimentos já produzidos pelo ser humano, que potencializa o humano em todas as suas esferas (cognitiva, social e emocional), promove a inserção no mundo e na participação cidadã visando a construção de uma sociedade mais justa. “A educação deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e exclusão social.” (ibidem, p.133)

Este ideal não pode ser alcançado sem que haja um movimento de união e intervenção popular. A educação neoliberal é uma ameaça, pois ao super individualizar as pessoas, inviabiliza a organização de forças coletivas, a associação entre partes, ou grupos, em função

de uma causa em comum. Assistindo ao cenário que se desenha, o que será da cidadania? Como promover senso de comunidade em meio a tempos de tamanha particularização? Não nos resta acreditar em outra alternativa, se não a Educação. Concluimos citando mais uma vez Libâneo (2020, p.132): Escola não é fábrica, é formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Cidadania por si só pressupõe um grande cruzamento de informações e ideias para que possa ser compreendido, ideias como democracia, criação e modo de funcionamento do Estado, por exemplo. Educação por sua vez se apresenta como outro grande conceito a ser apreendido. Nesta produção, objetivamos proporcionar o conhecimento e refletir sobre como essas duas áreas estão interconectadas, como a ação de uma afeta diretamente na outra.

A cidadania representa a forma de participação dos sujeitos pertencentes a um coletivo, esta varia de acordo com a organização política que se tem. A Educação, enquanto tecnologia de transmissão de valores dentro de uma sociedade, ou coletivo, também reproduz aos sujeitos, as regras sociais que constituem essa forma de organização política. Porém, a Educação possui a característica de criticar e refletir sobre a ordem das coisas no mundo, ou seja, sobre a organização política, econômica e social. Tal reflexão, incide sobre a alteração da própria ordem das coisas no mundo.

O entendimento dos fatores que construíram o mundo e a relação entre os seres humanos, do modo como se configuram hoje; é o trabalho de conscientização ao qual a educação serve. A educação emancipa, pois conscientiza, concede as ferramentas para compreensão do lugar social de um indivíduo, esclarece para ele os mecanismos burocráticos estabelecidos, forma e amplia o vocabulário. E principalmente, leva à ação.

A reflexão sobre a ação, e a ação gerada pela reflexão, constituem o conceito de práxis social. Conceito que aqui associamos ao exercício da cidadania plena, afinal esta participação efetiva dos sujeitos só se dá mediante a leitura de mundo e diante das possibilidades de intervenção – ou criação das condições para a intervenção. Faz-se necessário lembrar que esta participação social tem como pré-requisito a associação entre pessoas. Os momentos na história em que a cidadania avançou, foram momentos em houve união e coletivização.

Entendendo a importância do associativismo, entende-se porque a educação neoliberal representa grande perigo. A base da ideologia neoliberal é a individualização e a competição entre os seres humanos. Ao fomentar esse tipo de educação segregadora, hierárquica e meritocrática, está se enfraquecendo as possibilidades de associação coletiva, de participação e engajamento crítico-reflexivo dos sujeitos. Portanto, está também destruindo as chances de exercício pleno da cidadania. A nossa ação deve ser na direção da universalização da Educação,

da promoção da criticidade e no desenvolvimento de estratégias reais que efetivem a sociedade que idealizamos.

Esta pesquisa apresenta diversas possibilidades de ampliação, como a problematização da própria democracia como um sistema que garante ao capitalismo operante, sua permanência; ou a questão do exercício de cidadania no contexto em que a inteligência artificial e algoritmos podem incidir sobre as opiniões e escolhas das pessoas. Outra investigação que pode ser aprofundada é sobre os acontecimentos especificamente em nosso país entre as décadas de 1950 e 1980, período que favoreceu a expansão da educação e exercício cidadão, em transição para o período atual, de precarização da educação e dualismo ideológico na participação popular.

Independente das opções apresentadas, o que nos fica como certeza é que há necessidade de se explorar cada vez mais o tema, entendemos como de extrema importância para nossa sociedade, e como desejo, a principal contribuição que o estudo pode trazer é a formulação de estratégias a serem implementadas para destituir o neoliberalismo e o modelo de educação que ele requer.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v.34, n. 1, jan.-abr. 2019.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.
- ARAÚJO, Glauco Ludwig; DOURADO, Ivan Penteado; SOUZA, Vinicius Rauber e. **Sociologia para não sociólogos: os clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.
- BALL, Stephen J. **As novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020.
- BITTAR, Marisa. **História da Educação: da antiguidade à época contemporânea**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia as trocas simbólicas: introdução, organização e seleção** Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em março de 2023.
- BRASIL. **Resolução nº 3/ 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>> Acesso em março de 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**- disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 22/06/2022.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Mria Zöller. O conceito de cidadania. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018. p. 43-73. Scielo Livros.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, Fábio; CASTRO, Julio Cesar Lemes de; MANZI, Ronaldo (et. al.). O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. A Cidadania entre os Romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Tradução: Guacira Lopes Louro & Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. As Comunidades Cristãs dos Primeiros Séculos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ODALIA, Niro. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Jaime. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SINGER, Paul. Cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUSA, Jesse. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ZERON, Carlos. A Cidadania em Florença e Salamanca. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ANEXOS

Figura 8: Beco 1- Bairro Crespo



Fonte: Fotografia feita pela autora

Figura 9: Beco 2- Bairro Crespo



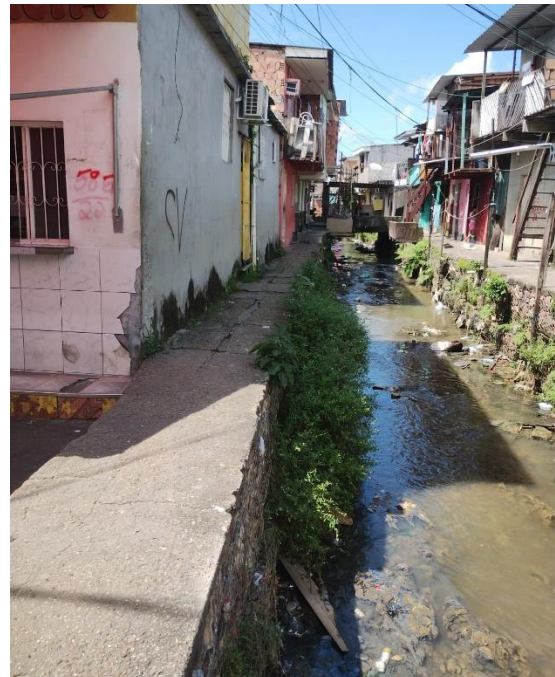
Fonte: Fotografia feita pela autora

Figura 10: Casa de provável catadora



Fonte: Fotografia feita pela autora

Figura 11: Igarapé ou “rip rap”



Fonte: Fotografia feita pela autora